

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2009

Obra publicada pelo



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— João Emílio Gazzana

— Luiz Carlos Everton de Farias

— Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

— Oswaldo Serrano de Oliveira

— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

— Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Gerente de Ambiente)
Antônio de Castro Queiroz Serra
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Ailton Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

Francisco Diniz Bezerra (Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe Responsável

Autores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuero Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Júnior, Daniel Barboza Guimarães, Francisco Ferreira Alves, Francisco Raimundo Evangelista, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Maria Simone de Castro Pereira Brainer, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Antônio Rodrigo Félix Rodrigues, Deborah Régis de Almeida, Germano Bezerra de Melo e Valéria Falcão de Souza.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Edmílson Nascimento da Silva

Normalização Bibliográfica

Maria Nilma Rodrigues da Costa

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bl. A2 - Térreo - Passaré

Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP 60.740-000

e-mail: conjuntura@bnb.gov.br

fone: (85) 3299.3033

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 21 (abr. - jun. 2009) - . - Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -

104 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 21

Abril-Junho 2009

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Entraves ao Desenvolvimento Regional: Uma Análise a Partir dos Fluxos Comerciais da Região Nordeste do Brasil
09	1.2 - As Desigualdades Espaciais no Estado do Ceará
13	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
19	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
19	3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)
25	3.2 - Produção Industrial do Brasil
29	3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste
36	3.3 - Comércio
36	3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil
38	3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste
42	3.4 - Produção Agropecuária
42	3.4.1 - Agronegócio
42	3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do Faturamento
46	3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio
49	3.4.2 - Agricultura
59	3.4.3 - Pecuária
65	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
65	4.1 - Brasil
65	4.2 - Nordeste
69	5 - SETOR EXTERNO
79	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
79	6.1 - Governo Federal
79	6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

- 80 6.1.2 - Dívida Pública Federal
- 82 6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
- 83 6.2 - Estados e Municípios do Nordeste
- 83 6.2.1 - Arrecadação do ICMS
- 85 6.2.2 - Transferências Constitucionais
- 87 6.2.3 - Transferências Voluntárias
- 91 7 - INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA**
- 92 7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
- 98 7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
- 100 7.3 - BNB - Depósitos, Taxas de Juros e Operações de Crédito

1 - Avaliação e Perspectivas

1.1 - Entraves ao Desenvolvimento Regional: Uma Análise a Partir dos Fluxos Comerciais da Região Nordeste do Brasil

*Antônio Castro Queiroz Serra¹
Otávio Augusto Sousa Miranda¹*

O presente estudo teve como objetivo calcular os saldos comerciais que se verificam nos estados do Nordeste brasileiro, no restante do país e no exterior, estabelecendo comparações com o saldo de transferências federais para a região. Para tanto, utilizou-se a Matriz de Insumo-produto (MIP) calculada para o Nordeste, com dados de 2004. A MIP é um valioso instrumento de análise econômica. Funciona tal qual uma fotografia, mostrando como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços e quais setores os adquirem de quais. Como requer a compilação de inúmeros dados sobre compras e vendas de bens e serviços, a MIP do Nordeste possibilita identificar os fluxos comerciais entre os estados da região, e entre estes e o restante do país e o exterior.

Os resultados concernentes ao ano 2004 indicam que a região apresenta déficit de R\$ 34.811 milhões nas suas relações comerciais com o restante do país. Mesmo quando se desconta o superávit obtido com o comércio exterior, de R\$ 11.302 milhões, a região enfrenta um déficit comercial de grande monta, no valor de R\$ 23.509 milhões, o que corresponde a 9,5% do

PIB regional, tomado por base o valor de 2004 (R\$ 247.043 milhões) divulgado pelo Ipeadata (Ver Tabelas 3 e 4).

Os resultados obtidos sugerem que o Nordeste precisa compensar esse déficit comercial. Uma medida que poderia solucionar esse problema consiste em fazer com que os fluxos de recursos federais para a região sejam maiores do que o déficit comercial, e que sejam de preferência recursos para empreendimentos produtivos, em infraestrutura, por exemplo, de forma a aumentar a competitividade e, consequentemente, reduzir a dependência da região de transferências do Governo Federal em curto ou médio prazo. Os números mostram que para compensar a baixa competitividade de curto prazo, a região deveria receber, anualmente, não menos que R\$ 23,5 bilhões (a preços de 2004) via transferências federais. No longo prazo, contudo, essas transferências serviriam para proporcionar maior competitividade aos produtos regionais.

As Tabelas 1 a 4 evidenciam o nível de dependência de cada estado nordestino, em termos de bens e serviços, com outros estados e o restante do país. Com isso, também se pode identifi-

¹ Técnicos do BNB-Etene.

car o nível de dependência da região Nordeste como um todo, em relação ao Brasil. A Tabela 1 mostra como essa dependência ocorre quando se consideram apenas os bens intermediários da produção, ou seja, insumos em geral. A Tabela 2 mostra a dependência ao nível dos bens finais, ou seja, aqueles destinados ao último elo da cadeia produtiva. A Tabela 3 agrupa as Tabelas 1 e 2 para identificar o nível de dependência total de cada estado nordestino, representado pelo montante do saldo (superávit ou déficit) resultante do fluxo de comércio. A Tabela 4 faz uma comparação entre o saldo da balança comercial interna com o saldo da balança comercial com o exterior, de forma a identificar se cada estado nordestino apresenta *superávit* ou *déficit* comercial quando se consideram todas as saídas e todas as entradas de bens e serviços através de seus limites geográficos.

Examinando-se os fluxos comerciais de bens intermediários, é fácil perceber que três dos nove estados do Nordeste - Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte - são altamente deficitários nas suas relações comerciais com os demais estados da região, com saldos negativos anuais de R\$ 404 milhões,

R\$ 210 milhões e R\$ 369 milhões, respectivamente. Por outro lado, são bastante favoráveis os saldos comerciais da Paraíba, Pernambuco e Sergipe, com superávits de R\$ 223 milhões, R\$ 228 milhões e R\$ 493 milhões, respectivamente (Tabela 1).

Quando se analisam os fluxos de comércio de bens intermediários dos estados do Nordeste com os estados das demais regiões, observa-se que em sete deles os saldos são negativos. As exceções são Bahia e Sergipe, com superávits de R\$ 3.351 milhões e R\$ 93 milhões, respectivamente. Por outro lado, os valores são altamente desfavoráveis no Ceará e em Pernambuco, com déficits de R\$ 3.221 milhões e R\$ 2.998 milhões, respectivamente. Ainda quando se consideram os bens intermediários, o déficit do Nordeste para com as demais regiões chega a ultrapassar os R\$ 5,6 bilhões (Tabela 1).

A análise dos fluxos comerciais de bens finais mostra que apenas Alagoas, Ceará e Pernambuco apresentam superávit nas relações com os outros estados do Nordeste, de R\$ 13 milhões, R\$ 820 milhões e R\$ 1.103 milhões, respectivamente. Por outro lado, a análise dos fluxos comerciais de bens finais demonstra níveis mais acentuados de dependência dos estados da região com relação

Tabela 1 – Nordeste – Saldo da Balança Comercial – Bens Intermediários – 2004 – R\$ Milhões

	DESTINO												
	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	NORDESTE	RBR(*)	TOTAL	
Alagoas	0	-199	12	0	-14	172	4	6	14	-5	-440	-445	
Bahia	199	0	207	89	49	1	76	-112	-494	15	3.351	3.366	
Ceará	-12	-207	0	-36	-122	-171	13	163	-32	-404	-3.221	-3.625	
Maranhão	0	-89	36	0	-5	20	73	7	-13	29	-557	-528	
Paraíba	14	-49	122	5	0	-51	9	161	12	223	-765	-542	
Pernambuco	-172	-1	171	-20	51	0	24	144	31	228	-2.998	-2.770	
Piauí	-4	-76	-13	-73	-9	-24	0	-2	-9	-210	-803	-1.013	
Rio Grande do Norte	-6	112	-163	-7	-161	-144	2	0	-2	-369	-314	-683	
Sergipe	-14	494	32	13	-12	-31	9	2	0	493	93	586	
NORDESTE	5	-15	404	-29	-223	-228	210	369	-493	0	-5.654	-5.654	
RBR (*)	440	-3.351	3.221	557	765	2.998	803	314	-93	5.654	0	-	
TOTAL	445	-3.366	3.625	528	542	2.770	1.013	683	-586	5.654	-	-	

Fonte: Matriz de Insumo-produto do Nordeste, com dados de 2004.

(*) RBR – Restante do Brasil.

ao restante do país, comparativamente aos bens intermediários. O déficit global de bens finais somou R\$ 29.157 milhões. Todos os estados da região apresentam fluxos comerciais de bens finais desfavoráveis com o restante do país, sendo mais dependentes a Bahia, com déficit de R\$ 8.521 milhões, e Pernambuco, com déficit de R\$ 4.340 milhões (Tabela 2).

Considerando-se a soma dos fluxos comerciais de bens intermediários e finais, os resultados são bastante desfavoráveis. O déficit comercial total do Nordeste com o restante do país totaliza R\$ 34.811 milhões (Tabela 3).

A seguir, é comparado o saldo de comércio interno com o de comércio exterior de cada estado nordestino. O saldo positivo no comércio exterior não tem sido suficiente para compensar o déficit nos fluxos de comércio interno desses estados. A Bahia assinala o menor déficit comercial total, com R\$ 1.132 milhões, e Pernambuco o maior déficit comercial total, no valor de R\$ 5.657 milhões. A região Nordeste registra um déficit comercial total de R\$ 23.509 milhões (Tabela 4).

A análise se complementa quando se consideram as transferências federais como redutor das necessidades de recursos adicionais para o Nordeste, estimadas em R\$ 23.509 milhões. Essas transferências totalizam R\$ 21.328 milhões com a seguinte distribuição: Fundo de Participação dos Estados (FPE), R\$ 10.672 milhões; Fundo de Participação dos Municípios (FPM), R\$ 7.524 milhões; Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), R\$ 2.086 milhões; e transferências voluntárias, R\$ 1.046 milhões. Descontando-se, desse total, a contribuição da própria região, no valor de R\$ 16.908 milhões, para a contabilização desse montante, o total líquido de transferências federais alcança R\$ 4.420 milhões. Ainda assim, no final, persiste um déficit de R\$ 19.089 milhões. Esse resultado serve como parâmetro para indicar que o Governo Federal deveria desenvolver uma política compensatória de transferências anuais para o Nordeste, compensando assim o fato de a região contribuir para o desenvolvimento do restante do país, em especial da região Sudeste, ao ser comprador líquido de bens e serviços intermediários e finais.

Tabela 2 – Saldo da Balança Comercial – Bens Finais – 2004 – R\$ Milhões

		DESTINO											
		Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	NORDESTE	RBR (*)	TOTAL
ORIGEM	Alagoas	0	49	-45	8	-9	-35	7	-6	44	13	-2.013	-2.000
	Bahia	-49	0	-183	64	28	-501	55	47	55	-484	-8.521	-9.005
	Ceará	45	183	0	87	109	76	64	208	48	820	-3.350	-2.530
	Maranhão	-8	-64	-87	0	-9	-60	0	-11	-6	-245	-3.509	-3.754
	Paraíba	9	-28	-109	9	0	-348	13	25	11	-418	-2.202	-2.620
	Pernambuco	35	501	-76	60	348	0	45	88	102	1.103	-4.340	-3.237
	Piauí	-7	-55	-64	0	-13	-45	0	-8	-4	-196	-1.710	-1.906
	Rio Grande do Norte	6	-47	-208	11	-25	-88	8	0	10	-333	-1.897	-2.230
	Sergipe	-44	-55	-48	6	-11	-102	4	-10	0	-260	-1.615	-1.875
	NORDESTE	-13	484	-820	245	418	-1.103	196	333	260	0	-29.157	-29.157
	RBR (*)	2.013	8.521	3.350	3.509	2.202	4.340	1.710	1.897	1.615	29.157	0	-
	TOTAL	2.000	9.005	2.530	3.754	2.620	3.237	1.906	2.230	1.875	29.157	-	-

Fonte: Matriz de Insumo-produto do Nordeste, com dados de 2004.

(*) RBR – Restante do Brasil

Tabela 3 - Saldo da Balança Comercial - Total, R\$ Milhões

		DESTINO											
		Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	NORDESTE	RBR(*)	TOTAL
ORIGEM	Alagoas	0	-150	-33	8	-23	137	11	0	58	8	-2.453	-2.445
	Bahia	150	0	24	153	77	-500	131	-65	-439	-469	-5.170	-5.639
	Ceará	33	-24	0	51	-13	-95	77	371	16	416	-6.571	-6.155
	Maranhão	-8	-153	-51	0	-14	-40	73	-4	-19	-216	-4.066	-4.282
	Paraíba	23	-77	13	14	0	-399	22	186	23	-195	-2.967	-3.162
	Pernambuco	-137	500	95	40	399	0	69	232	133	1.331	-7.338	-6.007
	Piauí	-11	-131	-77	-73	-22	-69	0	-10	-13	-406	-2.513	-2.919
	Rio Grande do Norte	0	65	-371	4	-186	-232	10	0	8	-702	-2.211	-2.913
	Sergipe	-58	439	-16	19	-23	-133	13	-8	0	233	-1.522	-1.289
	NORDESTE	-8	469	-416	216	195	-1.331	406	702	-233	0	-34.811	-34.811
TOTAL		2.445	5.639	6.155	4.282	3.162	6.007	2.919	2.913	1.289	34.811	0	-

Fonte: Matriz de Insumo-produto do Nordeste, com dados de 2004.

(*) RBR – Restante do Brasil.

Tabela 4 - Saldo Balança Comercial - Total (Com Brasil e Exterior) - R\$ Milhões

	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe	NORDESTE	RBR(*)
SALDO BR	-2.445	-5.639	-6.155	-4.282	-3.162	-6.007	-2.919	-2.913	-1.289	-34.811	34.811
SALDO EXT	1.257	4.507	1.217	1.803	467	350	295	1.407	-1	11.302	127.356
TOTAL	-1.188	-1.132	-4.938	-2.479	-2.695	-5.657	-2.624	-1.506	-1.290	-23.509	162.167

Fonte: Matriz de Insumo-produto do Nordeste, com dados de 2004.

(*) RBR – Restante do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Arrecadação federal**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

1.2 - As Desigualdades Espaciais no Estado do Ceará

Carlos Américo Leite Moreira²

Amundialização e a intensificação da concorrência internacional engendraram significativas transformações na organização da produção. As condições de oferta mudam significativamente. As firmas abandonam o paradigma da produção em massa por estratégias mais adaptadas a uma nova configuração da concorrência. Essa configuração se explica notadamente por um declínio relativo da concorrência preço em relação à concorrência extra preço. Esta última baseia-se em critérios de diferenciação da oferta, de inovação, de qualidade e de variedade dos bens e serviços (MOATI; MOUHOUD, 2005).

Essas transformações produziram uma nova concepção da competitividade do território. Não basta para a região ter uma vantagem concorrencial específica. A cada dia que passa, os recursos estratégicos são menos recursos dados (trabalho, capital) e cada vez mais recursos construídos (mão de obra qualificada, infraestrutura material e social, rede de fornecedores e clientes, etc.). As vantagens competitivas de uma região específica estão vinculadas à existência de fatores estratégicos que possibilitem o fortalecimento da estrutura produtiva (VELTZ, 1996).

Portanto, as firmas procuram localizar-se nos espaços com grande capacidade de ofertar esses fatores estratégicos, como as regiões metropolitanas. Em decorrência disso, constata-se uma polarização das atividades produtivas dinâmicas em torno dessas regiões, em detrimento dos espaços periféricos.

Como essa configuração se manifesta na geografia econômica do Ceará? A tendência dominante continua sendo crescimento demográfico e econômico, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e de exclusão dos territórios mais vulneráveis. Tal processo intensifica as desigualdades econômicas e sociais, inviabilizando o desenvolvimento de vantagens competitivas nas demais regiões do estado.

Em 2007, a RMF concentrava 42% da população cearense, um peso de relevância comparado aos 5% de participação do Sertão dos Inhamuns, cuja área territorial supera em mais de cinco vezes a da RMF.

No que tange ao número de empregos formais, as disparidades são evidentes. Na RMF, os empregos com carteira assinada atingiram 658.731 em junho, correspondente a quase o dobro do registrado no conjunto dos demais espaços. Vale destacar que as áreas de Sobral/Ibiapaba e Cariri/Centro Sul também registraram bom desempenho nesse indicador.

O contraste torna-se evidente entre as macrorregiões que possuem cidades de médio e grande porte e dinâmicas (Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte) e os demais espaços com forte regressão de emprego e de população. Vale mencionar, no entanto, que o dinamismo econômico dessas cidades não necessariamente implica fortes efeitos de irradiação nas respectivas macrorregiões. Ou seja, o número de empregos

² Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, professor associado do Departamento de Teoria Econômica e do Curso de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará.

formais é bastante concentrado nas principais cidades de cada macrorregião.

A concentração do Produto Interno Bruto (PIB) também é expressiva no Estado do Ceará. Em 2005, o PIB do conjunto das sete macrorregiões não chegava a 60% da riqueza acumulada na RMF. Já o PIB *per capita* da RMF correspondia a quase o triplo do registrado no Sertão dos Inhamuns. A centralização das empresas industriais incentivadas na mesma zona, o forte dinamismo do setor de serviços (comércio, imobiliário) e a realização de investimentos turísticos na área da capital explicam, em grande medida, essa disparidade.

O processo de adensamento das atividades econômicas parece ser consequência de um mecanismo cumulativo e inerente ao funcionamento do mercado. O fenômeno de inversão de diferencial de custos, devido, sobretudo, à automatização dos processos produtivos, às restrições de flexibilidade da produção e à proximidade entre a produção e o mercado, limita as operações de instalação de firmas nos espaços periféricos.

Nessa perspectiva, a atuação do Estado torna-se determinante no sentido de criar mecanismos compensatórios com o objetivo de reduzir o hiato entre as regiões “ganhadoras” e as “perdedoras”. A inexistência desses mecanismos implica pobreza e migração para os territórios mais desenvolvidos e o consequente crescimento da área metropolitana e aumento das disparidades espaciais e socioeconômicas. A centralização de projetos estruturantes nos espaços dinâmicos do estado, embora importante para a expansão do PIB, somente agrava essa polarização.

Esses mecanismos compensatórios teriam dois objetivos: a criação de riqueza nas regiões periféricas e a redistribuição de riqueza entre os territórios. Com relação ao primeiro ponto, as in-

tervenções estariam relacionadas com processos de desconcentração da atividade econômica e de transmissão de dinamismo no sentido de ampliar a geração de riqueza nessas macrorregiões.

Uma das estratégias passaria pelo fortalecimento da agricultura familiar em bases sustentáveis, pressupondo o rompimento de uma estrutura agrária em que prevalecem relações de produção fortemente marcadas pelo binômio latifúndio/minifúndio. Essa estrutura acaba contribuindo para a subutilização da terra, assim como para o seu baixo nível de produtividade. Como consequência, fica comprometida a geração de um excedente agrícola suficiente e capaz de sustentar o desenvolvimento econômico.

A ampliação da oferta de oleaginosas, como a mamona e o girassol, visando abastecer usinas de biodiesel no estado, como no caso de Quixadá, seria uma excelente iniciativa nessa direção. Seria também crucial a atuação estatal na oferta de sementes de qualidade, na garantia de assistência técnica e de preço que assegure remuneração pelo trabalho do agricultor.

Já a transferência de excedente dos espaços dinâmicos geradores de riqueza para as regiões periféricas ocorreria por meio de uma reorientação tanto da estrutura tributária quanto das despesas públicas. Nesse sentido, o orçamento público seria um poderoso instrumento de redução das desigualdades espaciais, ao desvincular a riqueza gerada da riqueza disponível (DAVEZIES, 2008).

Não se trata, portanto, de uma política explícita de desenvolvimento territorial, mas da adoção de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando assegurar um equilíbrio na oferta de serviços públicos ao conjunto da população nas diferentes macrorregiões, independentemente de sua capacidade de criar riqueza.

REFERÊNCIAS

- DAVEZIES, Laurent. *La république et ses territoires*. Paris: Seuil, 2008.
- MOATI, Philippe; MOUHOUD, El Mouhoud. Décomposition internationale des processus productifs, polarisation et division cognitive du travail. *Revue d'Economie Politique*, Paris, dez. 2005.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.

2 - Síntese de Expectativas

As projeções da edição de julho do World Economic Outlook, do Fundo Monetário International, apontam para um crescimento da economia mundial de 1,4% em 2009 e de 2,5% em 2010. Na avaliação dessa instituição, as políticas macroeconômicas contracíclicas (a redução das taxas de juros, o aporte de liquidez, a melhoria das condições de crédito, as garantias públicas e a recapitalização dos bancos) estão sendo decisivas na recuperação das economias desenvolvidas e emergentes.

Entretanto, a recuperação da produção mundial não é uniforme, com significativas diferenças de *performance* entre regiões e países. No grupo dos países desenvolvidos, vale destacar o crescimento de 0,9% da economia japonesa entre abril e junho, após cinco trimestres de taxas negativas. O desempenho positivo reflete as medidas fiscais e monetárias visando estimular o consumo, assim como o incremento das exportações, em decorrência, principalmente, dos bons resultados observados em outras economias asiáticas.

Na Zona do Euro, alguns indicadores positivos recentes da Alemanha, principal economia da região, certamente contribuirão para uma revisão das previsões para 2009. A economia germânica registrou, de forma inesperada, um incremento de 0,3% no segundo trimestre, estimulada pelas medidas para a recuperação do setor financeiro e a expansão da demanda. Em agosto, a confiança do investidor alcançou o maior nível em três anos, subindo de 39,5 pontos em julho para 56,1 pontos (REUTERS BRASIL).

Em relação à América Latina, as projeções da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) preveem uma retração de 1,9% em 2009, após seis anos seguidos de crescimento. Entretanto, já no próximo ano as economias da região apresentarão um incremento de 3,1%. Na avaliação da Cepal, a recuperação dos preços do petróleo e de algumas *commodities* possibilitará a reativação das economias latino-americanas altamente dependentes das exportações de produtos básicos (GLOBAL 21, 2009).

No caso do Brasil, o relatório Focus divulgado em 17.08.2009 melhorou a previsão de desempenho da economia para 2009 e 2010. Esse novo cenário já reflete as perspectivas de taxa de crescimento positiva do PIB no segundo trimestre, em função, sobretudo, do dinamismo do comércio varejista, assim como de alguns segmentos industriais, como bens de consumo duráveis e construção civil.

Dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) mostram que as vendas do comércio varejista cresceram 4,4% no primeiro semestre, reflexo, principalmente dos resultados obtidos no segundo trimestre. Vale destacar que esse incremento refletiu o dinamismo tanto dos segmentos mais vinculados à expansão do crédito, quanto dos ramos com desempenho influenciado pela renda disponível das famílias.

O ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, por exemplo, registrou aumento de 6,8% na primeira metade

do ano. O bom desempenho foi suficiente para a Associação Brasileira de Supermercados elevar de 2,5% para 4,5% a previsão de crescimento das vendas nos supermercados, em 2009.

Vale destacar que esse dinamismo do comércio varejista é particularmente significativo no Nordeste. Em junho, oito dos nove estados nordestinos assinalaram acréscimos no volume de vendas acima da média nacional no indicador mês/mesmo mês do ano anterior. A criação de empregos formais na região – apesar da conjuntura adversa –, o reajuste do valor do benefício e a ampliação do número de beneficiados do Bolsa-Família, um dos principais programas de transferência de renda do Governo Federal, assim como a política de valorização do salário mínimo foram cruciais para a manutenção do poder de compra da população nordestina nos seis primeiros meses do ano. Diante do *boom* de consumo no Nordeste, várias empresas representativas do comércio varejista estão expandindo suas atividades na região.

No âmbito do setor secundário, a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2009a) apresentou evolução relevante no indicador de intenções dos empresários de contratar ou demitir funcionários num horizonte de três meses. O índice alcançou 107,9 pontos em julho de 2009, superando em 11% os 97,2 pontos registrados em junho.

Treze dos quatorze segmentos incluídos na sondagem registraram melhorias em julho. O grande destaque foi o de material de transporte, responsável por 22% do crescimento observado. Os incentivos fiscais oferecidos pelo governo foram decisivos para a recuperação desse segmento, um dos mais representativos da estrutura industrial brasileira.

Com relação à demanda interna, o levantamento revelou que o número de empresários que consideram significativo o consumo doméstico supera o daqueles que julgam insuficiente o patamar atual.

Pela primeira vez desde outubro de 2008, o nível atual de demanda ultrapassou os 100 pontos, chegando aos 101,2 pontos. Já a demanda externa continua preocupando. Em julho, esse quesito atingiu apenas 71,3 pontos – o pior resultado desde 1983. A recente apreciação cambial somente agravará essas expectativas negativas.

No que tange aos níveis de estoque, a tendência aponta para a normalização, sinalizando um ritmo mais acelerado de recuperação da produção industrial do país.

Já o ICI - Índice de Confiança da Indústria, também elaborado pela Fundação (FGV, 2009b), avançou quase seis pontos entre junho e julho de 2009, evoluindo de 93,6 para 99,4 pontos. Foi o maior nível desde outubro de 2008 e a sétima alta consecutiva do ICI. Constatou-se, também, um quadro de melhora da percepção dos empresários quanto à situação atual dos negócios. O Índice de Situação Atual (ISA) aumentou 4,2%, passando de 97,3 para 101,2 pontos.

A retomada da produção industrial está concentrada, principalmente, nos segmentos de bens de consumo duráveis e material de construção, refletindo o dinamismo do crédito direcionado às famílias e a expansão do gasto público. Em contrapartida, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) continua apresentando resultados insatisfatórios. Na verdade, a expansão dos investimentos somente ocorrerá com a normalização do nível de utilização da capacidade instalada (Nuci). No primeiro semestre, constatou-se um nítido progresso do Nuci da indústria de transformação, atingindo 79,8% em julho, porém ainda abaixo da média histórica de 82,2%.

Para o segundo semestre, a Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) prevê uma recuperação, em decorrência dos recentes incentivos governamentais para o setor. Em junho, verificou-se acréscimo de 10,6% na produção nacional de bens de capital, em re-

lação ao mês anterior. Na avaliação da Abimaq, o segmento de bens de capital sofrerá queda de 14% em 2009, no confronto com 2008. No primeiro semestre de 2009, o recuo foi de 23,6% em relação ao mesmo período de 2008, portanto bem mais acentuado.

Conforme estudo realizado pelo BNDES em junho (BNDES, 2009), a taxa de investimento brasileira continuará em expansão, apesar de crise econômica mundial. Segundo os autores¹, constatou-se um importante ciclo de investimento na economia brasileira entre 2006 e 2008, refletindo planos de expansão tanto dos setores exportadores (mineração, siderurgia, celulose) como dos segmentos vinculados à expansão do mercado interno (infraestrutura, construção residencial, bens de consumo duráveis).

A crise internacional não engendrou um cancelamento dos planos de investimento desses setores. O que se observa é apenas um adiamento da maioria dos projetos, à espera de melhores condições externas. Entretanto, o estudo destacou que a crise mundial praticamente não alterou os planos de expansão nos setores de infraestrutura e petróleo e gás, vinculados a fatores estruturais e regulatórios. Finalmente, foi concluído que a taxa de investimento brasileira está menos vulnerável a condições externas desfavoráveis, devido a alguns fatores, destacando-se (BNDES, 2009, p. 8):

1) a existência de um bloco conciso de investimentos nos setores de infraestrutura e petróleo e gás, que demonstram ter capacidade de sustentar, no longo prazo, a trajetória ascendente da taxa de investimento. No curto prazo, esses investimen-

tos, por seu porte e volume de recursos, estarão compensando a retração das inversões nos setores mais afetados pelo cenário externo.

2) a capacidade de resposta do governo aos choques adversos enfrentados, tanto mediante a execução de planos institucionais de investimentos governamentais (PAC) e a regulação e concessão de serviços públicos ao setor privado, quanto através da atuação anticíclica dos bancos públicos (BB, CEF, BNDES) na concessão de financiamentos às empresas para a manutenção e/ou retomada dos projetos de investimento.

A sustentação do crédito à indústria pelos bancos públicos torna-se decisiva para o fortalecimento da taxa de investimento do país. No plano regional, o BNB vem desempenhando papel crucial no financiamento dos projetos de investimento da região. De acordo com o presidente Roberto Smith, entre 2002 e 2008, as aplicações do BNB saltaram de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 13,2 bilhões. Ademais, o BNB já é responsável por 64,8% dos financiamentos de longo prazo na região. Somente no primeiro semestre de 2009, as contratações do BNB chegaram a R\$ 8,3 bilhões. Desse total, R\$ 5,1 bilhões (61,4%) foram direcionados para operações de longo prazo, compreendendo financiamentos rurais, industriais, de infraestrutura e de comércio e serviços. Recentemente, o BNB firmou contrato de captação de recursos junto ao Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) no valor de R\$ 600 milhões para fortalecer seu capital. Com isso, os financiamentos do BNB poderão chegar a R\$ 18 bilhões no final de 2009 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2009).

¹ Fernando Pimentel Puga e Gilberto Rodrigues Borça Júnior.

Nordeste e Brasil
Principais Indicadores Econômicos Abril-Junho/2009

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Variação (%) igual período 2008	Brasil	Variação (%) igual período 2008
Estimativa produção grãos (a)	2008/09	Mil t	11.951,20	-4,9	134.155,60	-6,9
Estimativa área plantada grãos (a)	2008/09	mil ha	8.242,20	0,6	47.614,50	0,4
Estimativa produtividade grãos (a)	2008/09	Kg/ha	1.450,00	-5,5	2.818,00	-7,3
Produção Industrial	Abr-Jun	Nº Índice	90,04	-12,86	87,69	-17,51
Pessoal ocupado na indústria	Abr-Jun	Nº Índice	95,51	-4,72	93,88	-8,34
Horas pagas na indústria	Abr-Jun	Nº Índice	94,54	-5,65	93,38	-8,76
Folha de pagamento real na indústria	Abr-Jun	Nº Índice	103,35	-2,67	98,53	-7,41
Comércio varejista volume de vendas	Abr-Jun	Nº Índice	-	-	145,69	4,43
Comércio varejista ampliado volume de vendas	Abr-Jun	Nº Índice	-	-	166,47	3,86
Exportações	Abr-Jun	US\$ milhões	2.502	-35,38	38.774	-25,37
Importações	Abr-Jun	US\$ milhões	2.364	-42,05	27.800	-35,97
Corrente de comércio (exportação + importação)	Abr-Jun	US\$ milhões	4.865	-38,80	66.574	-30,19
Saldo da balança comercial (export. - import.)	Abr-Jun	US\$ milhões	138	166,29	10.974	28,51
Saldo das operações de crédito (i)	Maio	R\$ milhões	69.431	25,81	1.128.759	13,03
Saldo dos depósitos bancários (i)	Maio	R\$ milhões	111.645	37,98	2.029.548	14,68
BNB - Saldo operações de crédito (com FNE)	Junho	R\$ milhões	32.726	30,33	-	-
BNB - Contratações do FNE (b)	Abr-Jun	R\$ milhões	1.834	-33,97	-	-
BNB - Contratações do PRONAF (b)	Abr-Jun	R\$ milhões	191	1,87	-	-
Arrecadação de receitas federais (c)	Abr-Jun	R\$ milhões	6.689	-4,76	114.387	-9,96
Arrecadação de ICMS (d)	Abr-Jun	R\$ milhões	7.862	1,47	88.825	60,58
Saldo emprego formal na indústria	Abr-Jun	Unidade	-20.778	-289,83	4.090	-97,73
Saldo emprego formal na construção civil	Abr-Jun	Unidade	7.959	-43,39	49.116	-49,62
Saldo emprego formal no comércio	Abr-Jun	Unidade	6.364	-54,48	37.775	-66,53
Saldo emprego formal nos serviços	Abr-Jun	Unidade	14.436	-44,94	133.496	-43,85
Saldo emprego formal agrop.extra.veg.caça pesca	Abr-Jun	Unidade	6.198	-57,09	132.780	-25,54
Saldo emprego formal total	Abr-Jun	Unidade	14.179	-77,63	357.257	-55,73
Taxa média de desocupação Recife (e)	Junho	%	5,1(g)	6,1(h)	-	-
Taxa média de desocup. Salvador (e)	Junho	%	5,5(g)	4,6(h)	-	-
Taxa média de desocupação Brasil (e)	Junho	%	-	-	5(g)	4,9(h)

Elaboração: Equipes de conjuntura e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE, CONAB, MF, CONFANZ e BNB.

(a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1^a. e 2^a. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1^a.2^a. e 3^a. safras), girassol, mamona, milho (1^a. e 2^a. safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

(b) Valores de 2008 a preços médios do 2º trimestre de 2009. Valores indexados pelo IGP-DI;

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores a preços constantes de Junho/2009;

(d) Valores a preços constantes de junho/2009;

(e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

(g) Em junho de 2009;

(h) Em junho de 2008.

(i) Valores de 2008 a preços de maio/2009, indexados pelo IGP-DI;

Notas:

- Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;
- Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;
- As variações para o Nordeste do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada Estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada Estado, na receita bruta da Região, divulgada na pesquisa anual do comércio, do IBGE;
- O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos.
- Os indicadores de produtividade e de área agrícola foram coletados no Levantamento Sistemático da produção agrícola do mês de Junho 2009.

REFERÊNCIAS

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Repasse do Fundo Constitucional garante expansão de operações. **Imprensa – Notícias do BNB**. Edição n. 30. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.
- BNDES. Apesar da crise, taxa de investimento continuará em expansão. **Visão de Desenvolvimento**, n. 65. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- FGV. **Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação**, ago. 2009a. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 3 ago. 2009.
- FGV. **Sondagem da Indústria de Transformação – Índice de Confiança da Indústria**,
- jul. 2009b. Disponível em: <<http://www.ibre.fgv.br>>. Acesso em: 7 ago. 2009.
- GLOBAL 21. Cepal já prevê uma forte recuperação da AL em 2010. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2009.
- IMF. **World Economic Outlook**. Disponível em: <<http://www.imf.org.br>>. Acesso em: 5 ago. 2009.
- REUTERS BRASIL. Confiança do investidor alemão é a maior em mais de 3 anos. Disponível em: <<http://br.reuters.com>>. Acesso em: [ago. 2009].

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira decresceu 0,8% entre janeiro e março de 2009, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, assinalando a segunda queda consecutiva nessa base de comparação.

Já na comparação do primeiro trimestre de 2009 com o mesmo período de 2008, o recuo foi de 1,8%. Vale destacar que o Produto Interno Bruto (PIB) não registrava retração nessa base de comparação desde o quarto trimestre de 2001. Essa diminuição resultou, principalmente, da redução de 1,5% do valor adicionado a preços de mercado e de 3,3% dos impostos sobre produtos (Gráfico 1).

Apesar do recuo, o resultado foi melhor do que o esperado. Um dos fatores que amorteceram a retração do PIB foi o desempenho do consumo das famílias, que cresceu 0,7% no indicador trimestre/trimestre anterior, após a queda de 1,8% no quarto trimestre de 2008. A política de valorização do salário mínimo e os reajustes do funcionalismo público foram determinantes para essa *performance*. Ademais, a baixa oscilação do número de empregos também contribuiu para esse resultado.

De acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a manutenção do nível de em-

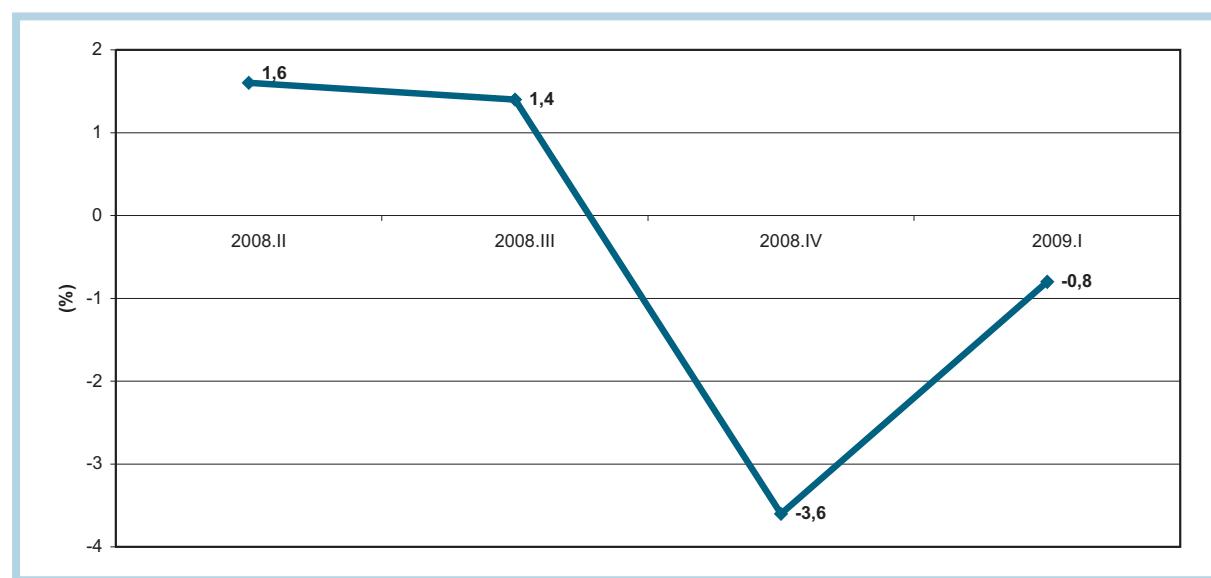


Gráfico 1 – Brasil. Variação do PIB Trimestral em Períodos Selecionados - Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior. 2008.1 a 2009.1

Fonte: IBGE, 2009a.

prego permanece no segundo trimestre de 2009. De fato, a taxa de desocupação para o conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE em junho foi de 8,1% da População Economicamente Ativa (PEA), significando queda de 0,7 ponto percentual comparativamente ao mês anterior. Vale salientar que essa trajetória descendente já se observava nos meses de abril e maio (Gráfico 2).

Em contrapartida, constata-se um acréscimo de 0,2 ponto percentual no indicador mensal e de 0,3 ponto percentual no acumulado do ano, sinalizando que o mercado de trabalho ainda não recuperou o dinamismo da fase pré-crise.

No recorte regional, Salvador e Recife registraram, em junho, diminuição da taxa de desocupação em relação ao mês anterior de, respectivamente, 0,9 e 0,3 ponto percentual. Já na comparação com a posição de junho de 2008, Salvador apresentou um recuo de 0,9 ponto percentual, o maior entre as regiões metropolitanas investigadas. Em contrapartida, a taxa de desocupação cresceu 1,7 ponto percentual em Recife.

Já a população ocupada avançou 0,8% em junho comparativamente a maio e caiu apenas 0,1%

na comparação com mesmo mês do ano anterior. A expansão deve-se, sobretudo, ao crescimento do número de contratações no setor público. De fato, o segmento de educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e segurança social registrou avanço tanto na comparação com maio (2,3%) como no confronto com junho de 2008 (4,6%).

A expansão do emprego foi acompanhada pelo incremento da massa de rendimento real da população ocupada, estimada em R\$ 27,8 bilhões em junho (mês de referência maio de 2009). Esse resultado revelou um acréscimo de 0,5% em relação a abril de 2009 e de 2,8% na comparação com maio de 2008.

No Nordeste, o contingente de ocupação permaneceu estável nas duas regiões metropolitanas investigadas. Por grupamento de atividades, Salvador apresentou variação positiva de 17,4% na construção civil na comparação com o mesmo mês do ano anterior, enquanto Recife registrou estabilidade nos dois indicadores em todos os segmentos.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) sobre a Região Metropolitana de Fortaleza

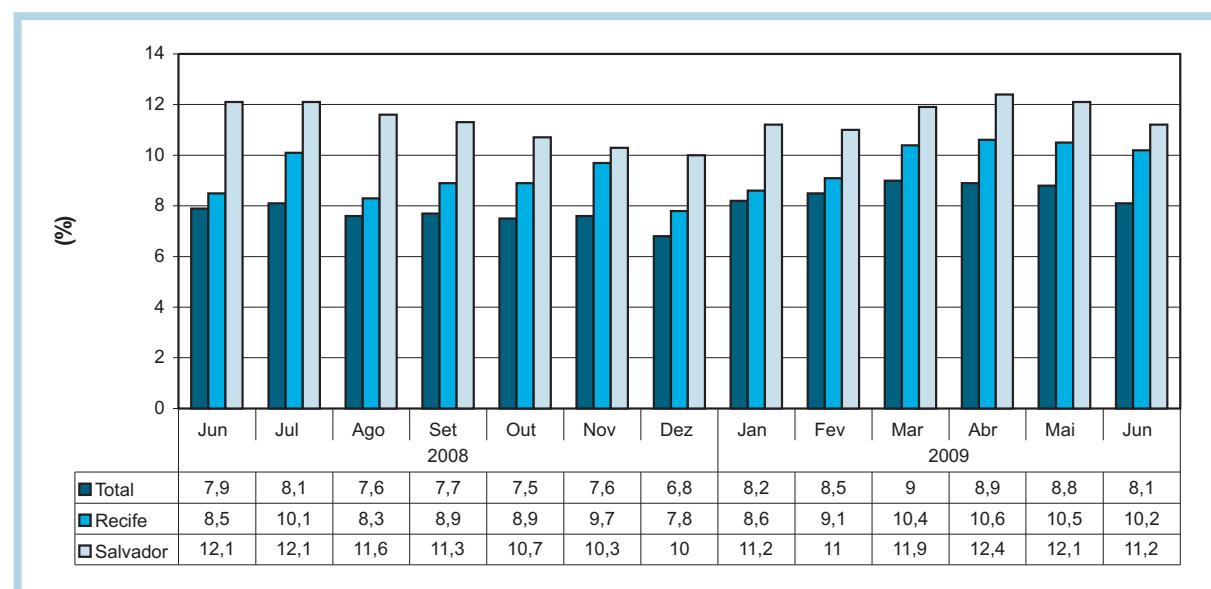


Gráfico 2 – Taxa de Desocupação – Recife, Salvador e Total das Áreas - Junho de 2008 a Junho de 2009

Fonte: IBGE, 2009g.

(RMF), divulgada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Seade, mostram que o pessoal ocupado registrou uma taxa de crescimento de 1,7% em junho em relação ao mês anterior – o primeiro resultado positivo do ano. Segundo o trabalho, todos os segmentos da atividade econômica investigados tiveram expansão do emprego, com destaque para o comércio e os serviços.

No caso da massa de rendimento real, Recife assinala um recuo de 1%, em relação a abril de 2009, e estabilidade ante maio de 2008. Em Salvador, a massa de rendimento ficou estável no indicador mês/mesmo mês do ano anterior e cresceu 6,7% no confronto com a posição de maio de 2008.

Contribuiu para a expansão da massa de rendimento, a melhora dos reajustes salariais dos trabalhadores no primeiro semestre de 2009, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o Dieese¹, 96% das categorias conseguiram recompor as perdas salariais ocorridas durante a data-base em 2009, contra

89% em 2008. Por outro lado, os acordos com reajustes inferiores ao INPC-IBGE foram de apenas 4% em 2009, bem abaixo, portanto, dos 11% registrados no ano precedente. Já o percentual de negociações com reajustes acima do índice de preços experimentou discreto acréscimo, de 77% em 2008 para 78% em 2009.

A retomada do crescimento do crédito também favoreceu a pequena alta do consumo das famílias. De acordo com o Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b), o volume das operações de crédito continua em recuperação, com o estoque total alcançando R\$ 1.278 bilhões em junho – incremento de 1,3% no mês e de 19,7% em 12 meses.

Essa recuperação decorreu, sobretudo, do dinamismo dos empréstimos a pessoas físicas, que somaram R\$ 294,6 bilhões em junho, avanço de 1,5% sobre a posição de maio de 2008. A trajetória de queda da taxa básica de juros, diminuindo o custo dos empréstimos, contribuiu decisivamente para esse desempenho.

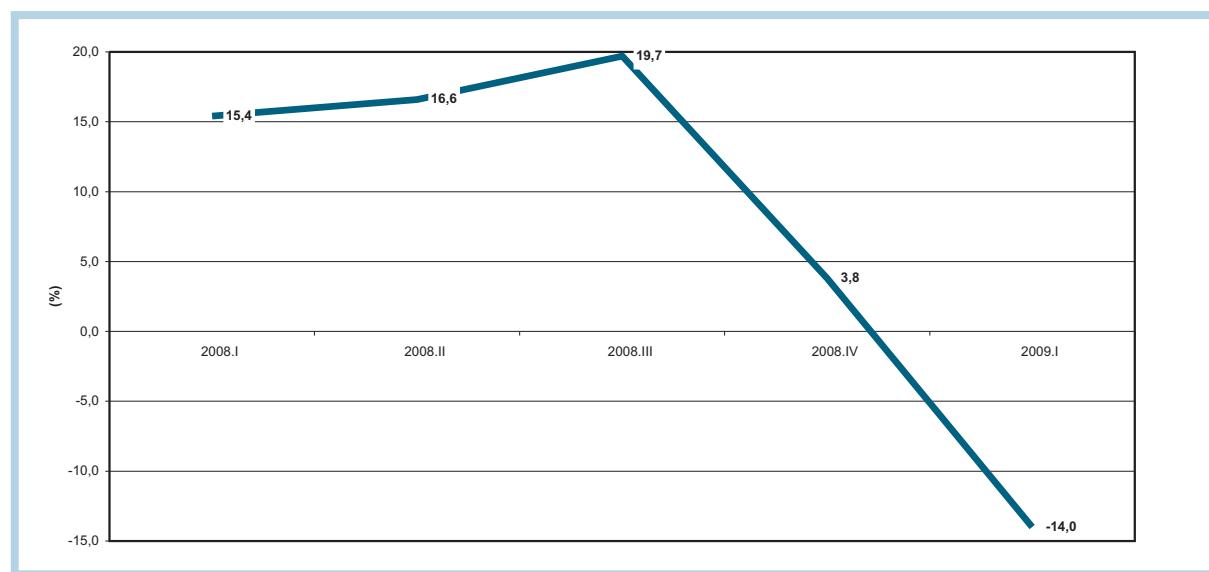


Gráfico 3 – Brasil. Variação da Formação Bruta de Capital Fixo. Trimestre/Trimestre Imediatamente Anterior. 2008.1 a 2009.1

Fonte: IBGE, 2009a.

¹ As mesmas cem unidades analisadas em 2008 foram consideradas em 2009.

O grande sucesso foi o financiamento habitacional, com expansão de 3,5% no mês e de 41,8% em 12 meses. A introdução de novas linhas de financiamento imobiliário, com redução da taxa de juros, alongamento de prazo e aumento de limites operacionais, foi crucial para esse dinamismo.

O destaque negativo da demanda interna ficou por conta da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que fechou o primeiro trimestre de 2009 com queda de 12,6% em relação ao trimestre anterior – a maior retração desde o início da série nessa base de comparação. No confronto com o mesmo trimestre do ano anterior, o recuo de 14% foi ainda mais significativo (Gráfico 3).

A forte desaceleração das importações de máquinas e equipamentos foi determinante para esse resultado. As informações da Funcex revelam que o *quantum* das importações de bens de capital caiu 18,1% em maio de 2009, no confronto com maio de 2008, e 2,2% no acumulado dos últimos cinco meses, refletindo, sobretudo, o desaquecimento da demanda interna. Entre os segmentos com maior retração no acumulado do ano, cabe destaque para material eletrônico e de

comunicações (-41,5%) e máquinas de escritório e de informática (-30,5%).

Na avaliação da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), a queda das importações só não foi mais acentuada devido à compra de máquinas mais sofisticadas vinculadas, por exemplo, a obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ademais, o excesso de oferta de outros países contribuiu para a entrada de bens de capital importados a preços reduzidos. De acordo com a Abimaq, os desembarques de máquinas para infraestrutura, logística e indústria de base cresceram 8,5%, enquanto a importação de componentes e máquinas para indústria caiu 14,7% (FUNCEX, 2009d).

Na região Nordeste, a retração das importações de bens de investimento é particularmente importante nos estados com setores exportadores (mineração, siderurgia, celulose), que lideravam o ciclo de modernização de suas estruturas produtivas. O movimento de correção de preços das *commodities* afetou os programas de investimentos na indústria extrativa e de bens intermediários, representativos da estrutura industrial nordestina.

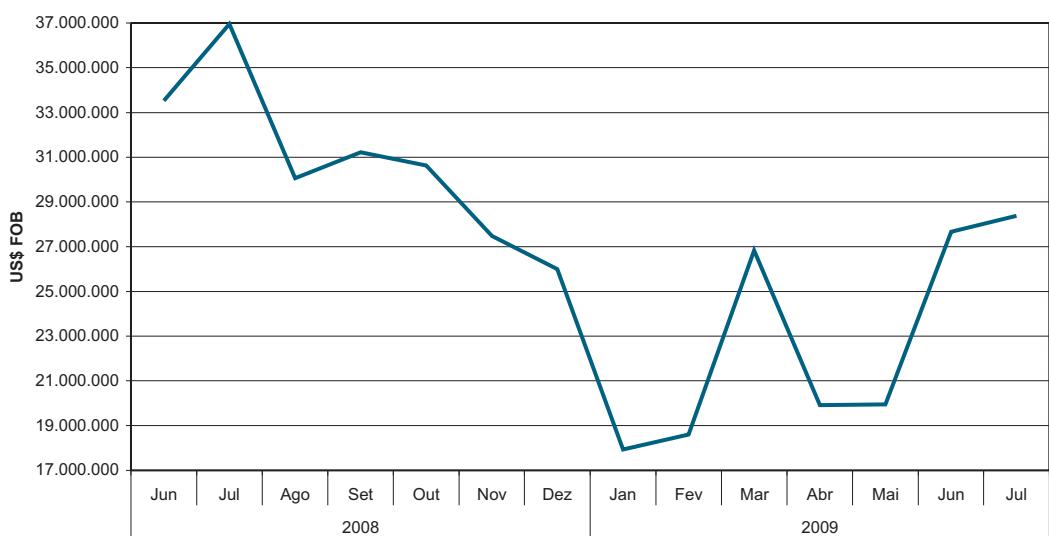


Gráfico 4 – Bahia. Importação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico e Suas Partes, etc. – Junho de 2008 a Junho de 2009

Fonte: Brasil. MDIC, 2009b.

Na Bahia, por exemplo, as importações do segmento de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, etc., apesar da trajetória ascendente a partir de maio de 2009, encontram-se, ainda, abaixo dos níveis observados antes da intensificação da crise financeira em setembro de 2008 (Gráfico 4).

A retração das importações foi acompanhada pela forte queda da produção nacional de máquinas, que registrou um decréscimo de 23% no período janeiro/junho. Todos os ramos da indústria de bens de capital se retrairam no acumulado do primeiro semestre, com ênfase para a produção de máquinas e equipamentos para o setor agropecuário e para fins industriais seriados.

Esse decréscimo da produção de bens de investimento reflete a expressiva queda da produção industrial no primeiro semestre, reduzindo o nível de utilização da capacidade instalada. O aumento da ociosidade decorre também do minicírculo de investimentos no período 2006–2008, que possibilitou a ampliação da capacidade produtiva brasileira.

Vale destacar que a taxa da FBCF – relação entre FBCF e PIB – alcançou 18,4% em 2008

(a preços de 2000) – a maior taxa desde 1989. Já a taxa de investimento fixo em máquinas e equipamentos alcançou 9,8%, a maior observada desde 1981 (IEDI, 2009a) (Gráfico 5).

O outro componente da FBCF, a construção civil, teve retração de 9,8% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, após vários trimestres com resultados expressivos. Apesar da desaceleração, a tendência é de recuperação do setor já no curto prazo, estimulada por medidas como a isenção do IPI sobre os produtos da construção civil, o programa de construção de casas direcionado à população de baixa renda e os investimentos no âmbito do PAC.

O consumo do governo registrou aumento de 0,7% no indicador mês/ mês anterior e de 2,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento das despesas de consumo e de investimento da administração pública faz parte do conjunto de medidas fiscais e monetárias anticíclicas adotadas desde o início da crise financeira (Gráfico 6)

Um dado que chama a atenção nesse primeiro semestre é o forte crescimento dos investimentos da União em obras e aquisição de máquinas e

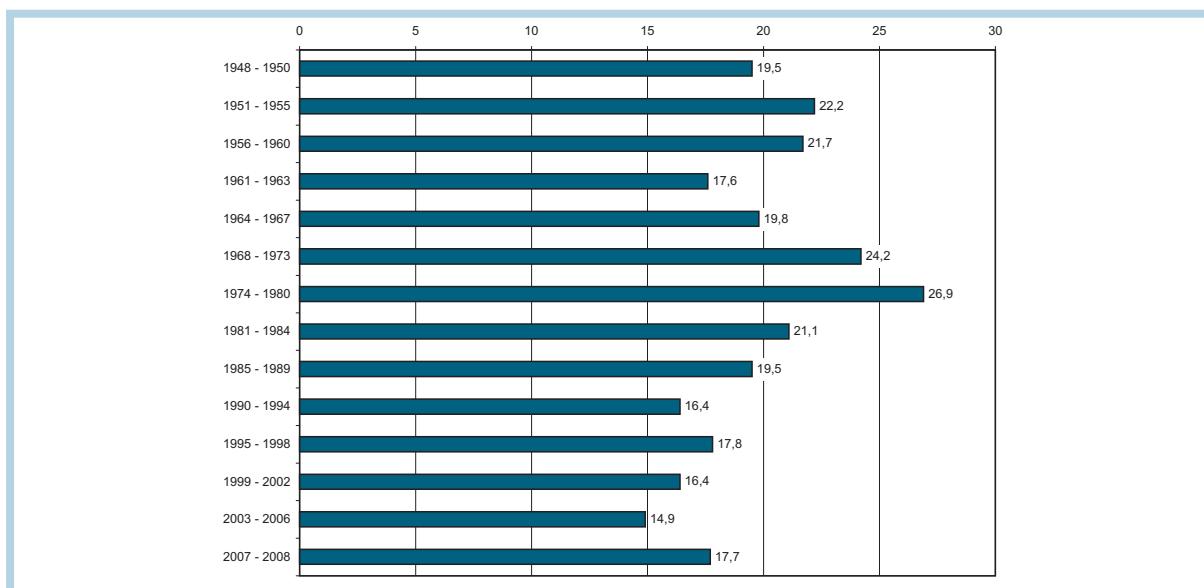


Gráfico 5 – Taxa de Investimento Fixo por Período – (valores constantes de 2000)

Fonte: IEDI, 2009a.

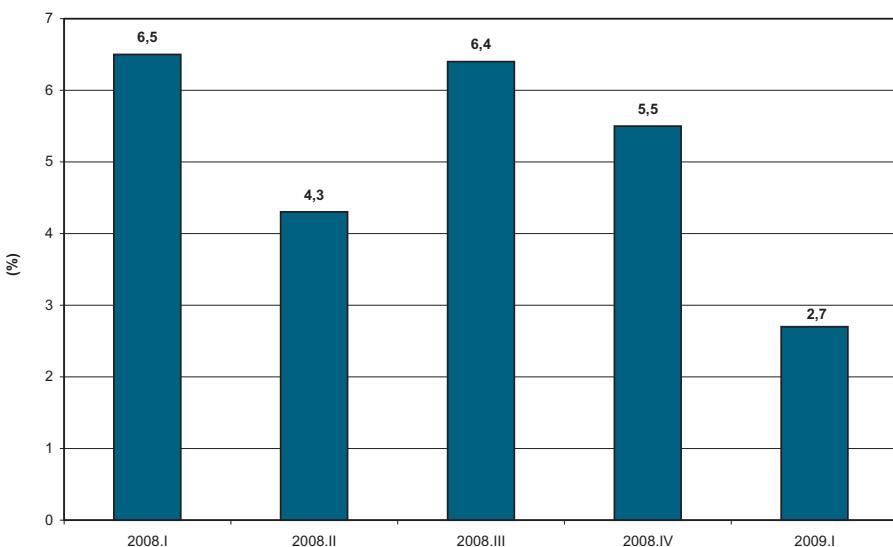


Gráfico 6 – Variação (%) do Consumo do Governo. Trimestre/mesmo Trimestre do Ano Anterior. 2008.1 a 2009.1

Fonte: IBGE, 2009a.

equipamentos: 13% sobre o primeiro período de 2008 para um volume de R\$ 11 bilhões – o maior valor desde o início do Plano Real, em 1994. Para intensificar ainda mais esses investimentos, o governo entrou em acordo com os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 e 2010 para excluir os investimentos do PAC das respectivas metas de superávit primário (CONTAS..., 2009).

Com relação ao mercado externo, as vendas internacionais caíram 16% no primeiro trimestre de 2009 comparativamente ao trimestre imediatamente anterior – reflexo da desaceleração da economia mundial. Já o recuo de 16,8% das compras internacionais decorre do arrefecimento da demanda interna nos primeiros meses do ano.

Entretanto, observa-se uma recuperação das exportações nos últimos meses, devido principalmente ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas, do minério de ferro e do petróleo. De fato, o valor das exportações de produtos básicos apresentou um incremento de 26,2% em junho comparativamente ao mês anterior, decorrente do acréscimo de 18,1% do *quantum* exportado, enquanto os preços internacionais aumentaram

6,9%. A forte demanda chinesa por essa classe de produtos e os diversos programas de estímulo dos governos centrais para sustentar a produção e o emprego contribuem para essa reativação.

Isso possibilitou um substancial crescimento do superávit da balança comercial, que atingiu US\$ 4,6 bilhões em junho de 2008 – o maior valor em 30 meses. No acumulado do primeiro trimestre, o excedente comercial alcançou US\$ 13,9 bilhões – incremento de 23,8% em relação ao mesmo período de 2008.

O crescimento das exportações de *commodities* é positivo para as vendas externas nordestinas, dada a significativa parcela desses produtos na pauta exportadora da região. Vale salientar que apenas cinco setores respondem por 90% das exportações nordestinas direcionadas para a China.

Em contrapartida, as exportações de manufaturas seguem em baixa, em decorrência da retração da demanda de alguns mercados importantes para esses produtos e do avanço de medidas protecionistas, como, por exemplo, a ampliação da lista de produtos manufaturados brasileiros sujeitos a licenças não-automáticas na Argentina.

Por outro lado, o mercado interno continua razoavelmente aquecido, impulsionando as importações de bens finais e componentes. A manutenção da apreciação cambial, associada à sobreoferta de produtos no mercado internacional, estimula a entrada de importados.

De janeiro a junho de 2008, o déficit da balança comercial de manufaturas chegou a US\$ 6,07 bilhões, superando em 18,3% o déficit observado no ano anterior. Vale destacar que entre 2002 e 2007, a balança comercial da indústria manufatureira registrou superávits.

Em síntese, a economia brasileira continua sofrendo os impactos da retração da atividade econômica mundial. Entretanto, o comportamento

contracíclico da política fiscal e monetária (queda da Selic, maior oferta de recursos dos bancos públicos, redução de impostos) vem sendo determinante para a estabilidade da demanda interna, em especial o consumo do governo e das famílias. O corte de cinco pontos percentuais na taxa básica de juros, por exemplo, vem contribuindo substancialmente para a retomada do volume de crédito e para melhoria das expectativas dos consumidores e empresários. Ademais, a redução da Selic possibilita que o governo economize recursos no pagamento dos juros da dívida interna. Em contrapartida, a expressiva queda da FBCF revela a necessidade de ações do governo no sentido de recuperar o dinamismo desse componente da demanda agregada.

3.2 - Produção Industrial do Brasil

O acréscimo de 0,2% da atividade industrial em junho, na comparação com o mês anterior, é o sexto consecutivo ao longo de 2009. Essa trajetória positiva revela uma recuperação parcial da atividade fabril, após a significativa contração dos primeiros meses pós-crise mundial. Os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE mostraram uma expansão de 3,4% da produção industrial no segundo trimestre de 2009 em relação ao trimestre anterior, invertendo a trajetória dos dois últimos resultados negativos nessa base de comparação.

Constata-se, no entanto, que a indústria continua registrando expressiva contração nas comparações interanuais. No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2008, o recuo da produção industrial foi de 13,4% – o maior da série histórica iniciada em 1975. Já no confronto com igual período do ano anterior, a queda chegou a 10,9%.

Analisando-se por categoria de uso, os resultados mais recentes apontam para um incremento de 2,1% do setor de bens de capital em junho, comparativamente ao mês anterior – a terceira taxa positiva consecutiva. Os bens de consumo duráveis e bens intermediários também apresentaram taxas positivas de crescimento, de 0,4% e 0,7%, respectivamente, permanecendo com índices positivos em 2009. Em contrapartida, o segmento de bens de consumo semi e não-duráveis assinalou recuo de 2,6% na produção, após quatro meses consecutivos de expansão nessa base de comparação, durante os quais acumulou incremento de 4,8%.

O maior ritmo de crescimento da indústria de bens de consumo duráveis decorre, principalmente, da *performance* da indústria automobilística. Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2008) mostram uma expansão de 8,3% da produção de veículos montados em junho de 2008, na comparação com

o mês anterior. As vendas internas foram decisivas para esse desempenho, com incremento de 21,7%. Os resultados só não foram mais satisfatórios devido à queda de 3,6% das exportações nessa base de comparação.

A estabilidade da demanda interna em decorrência da retomada do crédito das pessoas físicas e da trajetória de queda da Selic foi crucial para esse resultado. A redução do IPI de veículos novos também foi determinante para a recuperação da indústria automobilística. Outros ramos ligados ao setor de bens de consumo duráveis foram igualmente favorecidos com a desoneração tributária, como o subsetor de eletrodomésticos de linha branca.

O bom desempenho das montadoras nos últimos meses já tem reflexos positivos na cadeia produtiva. O setor siderúrgico, por exemplo, um dos principais fornecedores da indústria automobilística, apresentou uma trajetória crescente da produção no primeiro semestre, recuperando uma parte das perdas verificadas entre o final de 2008 e início de 2009. Na passagem de maio para junho, a siderurgia registrou um aumento de 2%.

O processo de desestocagem pelos clientes revela-se decisivo para a retomada da produção.

De acordo com o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), os estoques de aços planos das distribuidoras do país recuaram 6,3% de maio para junho, atingindo no primeiro semestre um nível bem próximo daquele alcançado no ano anterior (846,6 mil toneladas). Esse volume foi 10,7% inferior ao observado em março de 2008 (950,5 mil toneladas). Vale destacar que a recuperação da produção siderúrgica foi decisiva para os resultados do setor de bens intermediários na primeira metade do ano (IBS, 2009).

Já a expansão da indústria de bens de capital em junho de 2009, no confronto com o desempenho registrado em maio, sinaliza um começo de reação dos investimentos, influenciado pelo bom desempenho de bens de capital para fins industriais (4,7%) e bens de capital para uso misto (12,2%). Vale destacar também a *performance* dos segmentos ligados a infraestrutura, como de bens de capital para construção (5%) e para o setor de energia elétrica (7,2%). Em contrapartida, os bens de capital direcionados para a agricultura apresentam significativa queda, ratificando a retração iniciada no período pós-crise (Gráfico 7).

Um conjunto de medidas anunciadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

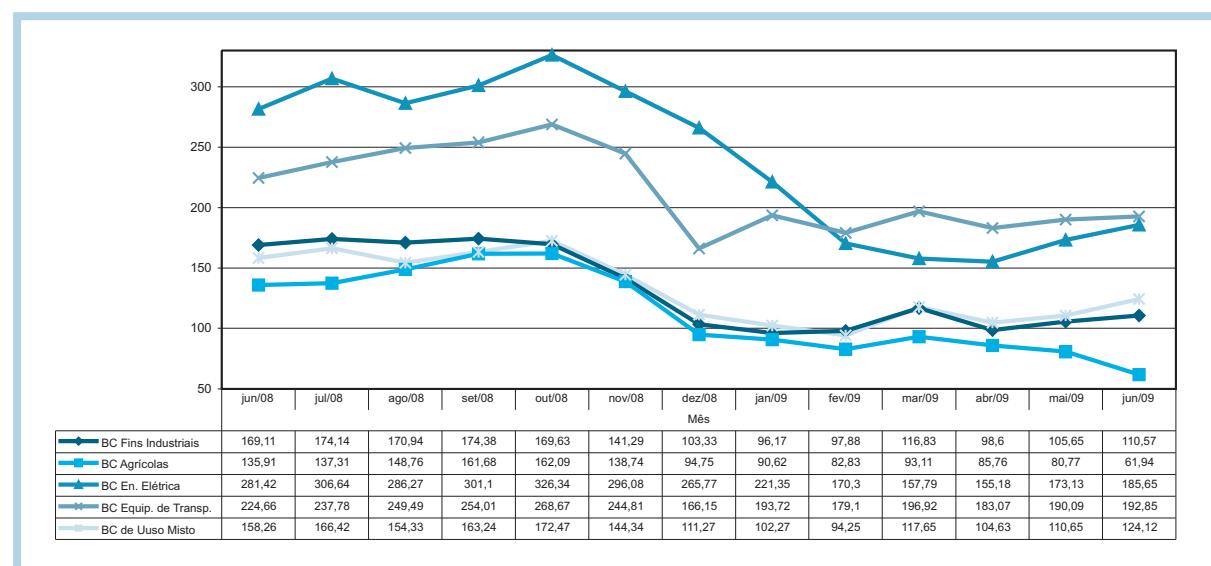


Gráfico 7 – Brasil. Produção Física – Índices Especiais de Bens de Capital Base: Média de 2002 = 100. Junho de 2008 a Junho de 2009

Fonte: IBGE, 2009c.

e Social (BNDES) tem como objetivo a retomada do crescimento da produção de bens de capital em bases sustentáveis. Entre elas, destaca-se a redução de taxa de juros de longo prazo (TJLP) de 6,25% para 6% ao ano. Adicionalmente, as taxas para aquisição e produção de máquinas e equipamentos nas linhas Finem, Finame, Agrícola e BNDES automático caíram significativamente, de uma média de 10,25% para 4,5% ao ano, com vigência até 31/12/2009. Outra medida nessa direção é a criação de um programa de refinanciamento de dívidas de empresas de bens de capital, também vigente até 31/12/2009.

O BNDES também reduziu os juros para incentivo à inovação e criou um programa para financiar a engenharia de setores estratégicos (bens de capital, petróleo e gás, aeronáutico, aeroespacial, nuclear, automotivo e defesa nacional). Finalmente, foi lançado um Fundo Garantidor para Investi-

mentos (FGI), visando assegurar maior acesso aos recursos por parte de micros, pequenas e médias empresas (BNDES, 2009a).

A melhora no ritmo de produção industrial refletiu positivamente no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Informações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam que o Nuci apresentou uma trajetória crescente nos sete primeiros meses do ano, atingindo 79,8% em julho de 2009. Esse patamar ainda se encontra bem abaixo dos níveis anteriores à crise internacional, porém já se distancia dos 76,7% de janeiro de 2009, o menor índice desde 1995. O incremento de 4% entre janeiro e julho indica uma retomada parcial da atividade industrial (Tabela 1).

Analizando-se por categoria de uso, constatou-se que os segmentos de material de construção e bens de consumo reduziram substancialmente

Tabela 1 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal (%). Julho de 2008 a Julho de 2009

Discriminação	2008						2009						
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Indústria de transformação	86,1	86,6	86,3	86,3	85,2	80,6	76,7	77,0	77,1	77,6	78,7	79,0	79,8
Setores													
Bens de Consumo	85,9	86,8	88,1	87,8	86,5	77,7	76,6	77,7	78,4	78,9	82,3	81,9	83,3
Bens de Capital	89,9	87,8	89,2	88,1	85,5	84,2	73,3	73,4	74,0	74,0	72,8	74,3	74,5
Material de Construção	88,2	91,2	92,2	91,2	89,2	82,2	81,6	82,3	77,6	84,6	83,0	84,1	86,1
Bens Intermediários	87,6	87,8	86,0	86,0	85,6	81,2	77,0	77,6	78,2	78,3	79,4	80,3	81,1
Gêneros Industriais													
Minerais Não-Metálicos	89,0	88,9	90,7	90,4	89,2	77,6	82,9	83,2	79,9	78,5	77,3	77,0	80,0
Metalurgia	91,9	93,0	92,5	92,1	89,4	78,7	66,4	68,2	66,0	68,5	71,3	73,2	75,2
Mecânica	88,0	86,1	87,1	84,6	83,1	78,1	68,3	67,7	71,1	73,0	71,7	71,6	73,9
Material Elétrico e de Comunicações	82,7	85,6	84,8	85,4	80,1	76,3	70,4	69,1	68,2	69,0	69,8	72,1	72,5
Material de Transporte	93,0	92,6	92,8	92,4	89,1	76,1	74,1	76,4	80,0	81,3	83,2	83,7	84,7
Mobiliário	83,0	80,6	82,4	79,5	78,9	79,7	72,2	69,2	75,7	73,8	72,9	70,6	75,9
Papel e Papelão	93,2	93,2	92,8	92,0	89,8	89,2	89,4	86,4	86,3	87,1	89,0	86,9	88,1
Química	85,1	85,3	82,2	82,9	84,4	82,5	82,7	82,2	82,3	82,8	82,4	83,1	83,9
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	73,5	74,2	73,3	72,8	72,7	75,3	72,9	73,4	73,5	73,1	72,4	74,4	72,7
Matérias Plásticas	84,4	87,4	85,9	86,1	84,9	81,1	80,5	79,5	78,1	78,8	79,7	80,3	82,1
Têxtil	89,5	88,7	87,7	86,9	87,5	83,7	80,0	83,9	84,0	85,8	85,6	84,4	84,8
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	86,0	87,0	87,4	87,9	87,4	86,0	81,9	83,0	82,4	84,9	84,3	83,9	84,8
Produtos Alimentares	85,3	86,2	87,8	87,4	86,5	83,0	78,1	79,5	78,1	77,1	80,5	78,9	79,4
Outros	77,7	78,3	80,0	81,3	80,7	80,7	77,9	76,4	77,2	76,0	77,8	78,5	77,2

Fonte: FGV, 2009.

a ociosidade entre janeiro e julho de 2009. Os incentivos fiscais concedidos pelo governo foram determinantes para uma maior utilização da capacidade instalada. Em contrapartida, o Nuci do setor de bens de capital, que atingiu 74,5% em julho, não avançou significativamente em relação a janeiro, refletindo o desempenho ainda insatisfatório de sua produção.

No caso de bens intermediários, a recuperação parcial dos preços e da demanda de algumas *commodities* industriais no mercado internacional estimulou um aumento do nível de ocupação no intervalo analisado. Ademais, vários segmentos dessa categoria de uso foram beneficiados pela retomada da indústria de bens duráveis e de material de construção. Entretanto, vale salientar que o Nuci desse ramo ainda se encontra abaixo dos níveis pré-crise.

Entretanto, essa melhora nos indicadores de produção na ponta da série revela-se insuficiente para compensar as perdas decorrentes da crise. No primeiro semestre, a indústria manufatureira recuou 13,4%, com ênfase para os setores de bens de consumo duráveis (-19,1%) e bens de capital (-23%), que lideravam a expansão industrial no período pré-crise. Em seguida, surge o setor de bens intermediários, com recuo de 15,8%. Já a produção de semiduráveis e não-duráveis, com queda de 3,1%, foi o segmento menos afetado nessa base de comparação.

O baixo desempenho das exportações de manufaturados contribuiu significativamente para a retração da indústria. O déficit da balança comercial de produtos manufaturados atingiu US\$ 2,1 bilhões no acumulado dos seis primeiros meses do ano. O menor recuo do mercado interno, comparativamente à diminuição da demanda externa, foi determinante para o saldo negativo. Essa si-

tuação contrasta com a *performance* da balança comercial, que registrou superávit de US\$ 14 bilhões no acumulado do ano, US\$ 1,1 bilhão a mais que o excedente observado no mesmo período do ano anterior.

Dados do IBGE mostram que os setores com coeficiente exportador acima da média nacional assinalaram um recuo de 15,4% no período janeiro-julho de 2009, acima da retração de 11,6% observada nos setores de baixo coeficiente de exportação.

Analizando-se por intensidade tecnológica, o déficit de US\$ 7,6 bilhões do segmento de alta intensidade² foi o segundo pior já registrado nesse período, ultrapassado apenas pelo resultado negativo de 2008. Da mesma forma, o saldo negativo de US\$ 11,2 bilhões do setor de média-alta intensidade³ somente foi superado pelo déficit registrado no mesmo intervalo do ano anterior. Vale destacar que o déficit de 2009 ocorreu com significativa queda das exportações, enquanto o de 2008 foi acompanhado de um incremento das exportações (IED, 2009b).

Já a balança comercial dos segmentos de média-baixa e baixa intensidade foi superavitário no primeiro semestre de 2009. Porém, esses excedentes foram bem menores do que aqueles registrados no ano passado.

A retração da produção industrial repercutiu no emprego industrial, com recuo de 5,1% no primeiro semestre sobre igual período de 2008. Os setores que mais contribuíram para essa redução foram vestuário (-9,1%), meios de transporte (-7,6%), produtos de metal (-8,3%), calçados e artigos de couro (-10,6%).

Mesmo setores desonerados continuaram demitindo nesse período. As montadoras da indús-

2 Aeronáutica e aeroespacial, farmacêutica, material de escritório e informática, equipamentos de rádio, TV e comunicação, aparelhos e instrumentos médico-hospitalares, de ótica e de precisão.

3 Máquinas e aparelhos elétricos, veículos automotores, reboques e semirreboques, produtos químicos, excluídos farmacêuticos, equipamentos para ferrovia e material de transporte, máquinas e aparelhos mecânicos.

tria automobilística, por exemplo, cortaram 5.500 empregos nos cinco primeiros meses do ano, de acordo com a Anfavea. Entre outubro de 2008 e maio de 2009, ocorreram 11,3 mil dispensas no setor. Vale destacar que, além da redução do IPI, o governo fez um aporte de R\$ 4 bilhões nos bancos das montadoras, visando estimular as linhas de financiamento de veículos (FUNCEx/IEA, 2009a).

Em contrapartida, a redução de 0,1% na passagem de maio para junho foi a menor em oito meses, o que pode sinalizar uma recuperação na margem do emprego na indústria.

Em suma, os resultados da produção industrial de junho mostram retrações em todas as catego-

rias de uso no indicador acumulado do ano. Essa contração afetou 24 dos 27 ramos investigados. O fraco desempenho do setor exportador foi um dos grandes responsáveis por esses resultados. De acordo com estudo publicado pelo BNDES, a queda nas exportações foi responsável por 50% da retração da atividade industrial entre setembro de 2008 e abril de 2009 (BNDES, 2009b).

Os estímulos fiscais e monetários do governo, ao garantir a estabilidade da demanda interna, vêm contribuindo consideravelmente para a recuperação do setor industrial nos últimos meses. As medidas de desoneração tributária setorial, por exemplo, foram cruciais para a retomada do crescimento do setor automotivo e da construção civil.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

D

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional (PIM-PF Regional), entre maio e junho deste ano o Nordeste avançou 2,9%, a segunda taxa positiva nessa base de comparação e bem acima daquela registrada pela indústria nacional. Nas comparações interanuais, os resultados permanecem negativos: -3,2% no confronto com junho de 2008 e -9,7% no acumulado do ano 2009. Entretanto, nesses indicadores, a indústria nordestina continua apresentando recuo inferior ao da média nacional. A menor presença dos segmentos de bens de capital e bens de consumo duráveis na região explica essa diferença. Essas duas categorias de uso assinalaram as maiores retrações no primeiro semestre de 2009.

A baixa *performance* da indústria nordestina no acumulado dos seis primeiros meses do ano resultou dos decréscimos de dez dos onze setores pesquisados. Os segmentos com maiores retrações foram refino de petróleo e produção de álcool (-22,5%), produtos químicos (-8,9%), metalurgia básica (-18,3%) e alimen-

tos e bebidas (-4%). O único resultado positivo (0,2%) foi verificado no ramo de celulose e papel (Gráfico 8).

Boa parte do recuo do ramo de refino de petróleo e produção de álcool tem relação com os problemas enfrentados pelo setor sucroalcooleiro do Nordeste, particularmente de Alagoas e Pernambuco, maiores produtores da região. Boa parte das usinas nordestinas apresenta grau de endividamento superior a 50% de suas receitas (FUNCEx/IEA, 2009e). De acordo com levantamento junto a consultorias, bancos e fontes do setor, as dívidas acumuladas pelas 73 usinas da região totalizam R\$ 7,5 bilhões para uma receita estimada de R\$ 5 bilhões nessa safra.

Grande parcela da dívida foi contraída pelos grupos nordestinos para financiar a expansão da capacidade produtiva nos seus estados de origem. Constatase, no entanto, que o endividamento tinha como objetivo a construção de novas unidades de produção no Centro-Sul, onde as vanta-

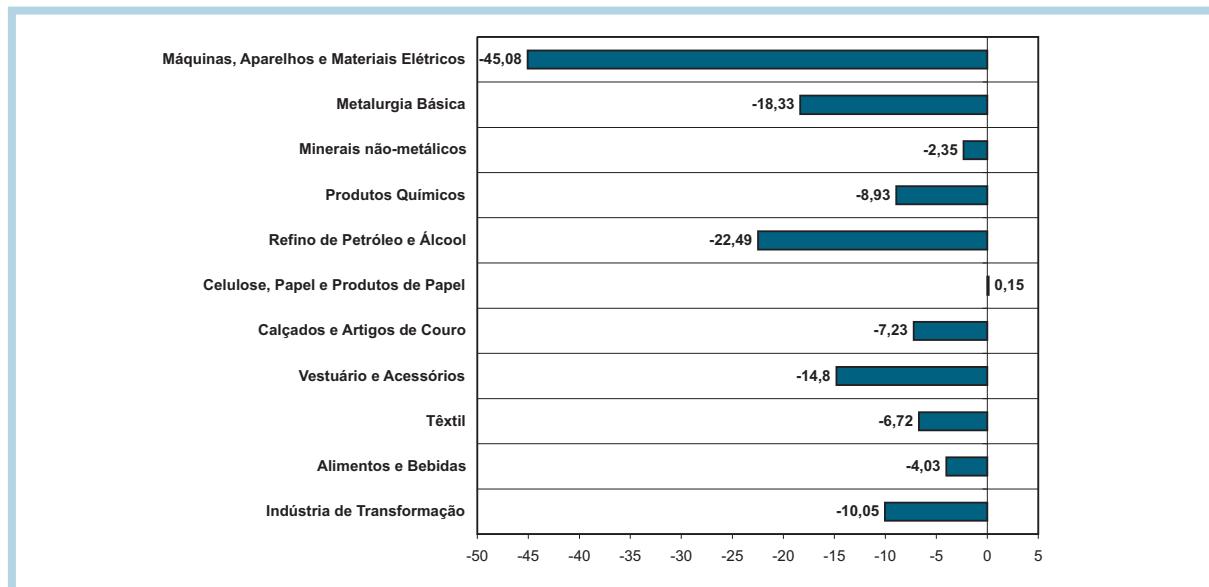


Gráfico 8 – Nordeste. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação – 2009. Indicador Acumulado do Ano (%)

Fonte: IBGE, 2009d.

gens competitivas são consideradas superiores às da região Nordeste. Vale mencionar que na safra 2008/09 a produção nordestina foi de apenas um sétimo dos canaviais do Centro-Sul.

O levantamento também chama a atenção para a dívida de R\$ 100 milhões das usinas com os fornecedores de cana independentes do Nordeste, com um expressivo crescimento da inadimplência desde dezembro de 2008. Esse fato tem provocado efeitos negativos em cadeia, afetando vários setores da economia nos municípios canavieiros. Na avaliação do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Alagoas, a ausência de investimentos poderá significar uma queda relevante na safra 2009/10.

O cenário adverso das usinas nordestinas ocorre no momento de recuperação das exportações de açúcar do país. No primeiro semestre, as vendas internacionais do produto somaram US\$ 3,18 bilhões contra US\$ 2,07 bilhões no mesmo período de 2008. Com esse desempenho, as exportações da *commodity* contribuíram com 22% para o superávit da balança comercial brasileira. A significativa demanda internacional e a queda na produção global foram determinantes para esse resultado.

Vale destacar que a conjuntura favorável para o açúcar vem compensando a retração de 25% das exportações de etanol. Diante desse fato, os principais produtores do setor passaram a direcionar uma parte significativa da produção para o açúcar (FUNCEX/IEA, 2009b).

O incremento positivo do segmento de papel e celulose na região Nordeste segue a tendência nacional de recuperação do setor, decorrente, principalmente, do acentuado crescimento da demanda chinesa por celulose. De fato, o aumento das importações chinesas de celulose provenientes do Brasil no acumulado dos seis primeiros meses do ano alcançou 119%. Com essa expansão, a China passou a ser o maior mercado para as vendas brasileiras de celulose (GLOBAL 21, 2009).

A conjuntura positiva favorece os projetos de investimentos de grandes empresas do setor na região. É o caso da Suzano Papel e Celulose, que pretende inaugurar até 2013 uma unidade de produção no sul do Maranhão, com capacidade de 1,3 milhão de toneladas anuais de celulose. A empresa fechou acordo com a Vale para adquirir matéria-prima oriunda do Projeto Vale Florestar (PA). Ao mesmo tempo, comprou a floresta de eu-

calíptio da mineradora, no sudoeste do Maranhão, por R\$ 235 milhões.

Toda a produção será exportada e o escoamento garantido pelas ferrovias da Vale que transportarão a celulose para um terminal portuário que será construído pela Suzano em São Luís. Pelo acordo, a estrutura das ferrovias Norte-Sul e Carajás poderá ser utilizada pela unidade da Suzano durante 30 anos a partir de 2013 (FUNCEX/IEA, 2009c).

Por outro lado, os planos de investimentos das empresas de papel e celulose instaladas na Bahia permanecem parados, devido à incerteza do cenário internacional. A Aracruz decidiu, juntamente com a sócia sueco-finlandesa Stora Enso, adiar o projeto de ampliação da segunda linha de produção da Varecel Celulose. Vale destacar que a Aracruz registrou perdas substanciais com derivativos cambiais, em decorrência da valorização do dólar nos meses subsequentes à intensificação da crise.

Apesar do quadro de indefinição, a estrutura de custos dos produtores brasileiros, bem mais favorável em comparação com a dos produtores nórdicos e canadenses, será crucial no momento de retomada da demanda mundial (FIEB, 2009).

Dos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, o destaque ficou com a Bahia, com acréscimo de 7,2% em junho de 2009 em relação a junho de 2008, colocando-se acima da média nacional. A produção baiana já havia registrado incremento de 7,8% em maio, nessa mesma base de comparação. No indicador mensal, o avanço foi de 2,4%, em decorrência da variação positiva de dois setores: produtos químicos (30%) e minerais não-metálicos (0,5%).

Em contrapartida, a atividade fabril baiana assinalou taxa negativa de 10,2% no acumulado dos seis primeiros meses do ano, com seis dos nove setores apresentando recuo na produção. As maiores retrações foram verificadas em refino de petróleo e produção de álcool (-25,5%), metalurgia básica (-23,8%) e produtos químicos (-5,9%). Juntos, esses setores são responsáveis por quase dois terços do Valor de Transformação Industrial (VTI) do Estado (Gráfico 10).

A retração da produção de produtos químicos ainda reflete o recuo da demanda internacional. Entretanto, seguindo a tendência nacional, constata-se uma recuperação do setor nos últimos meses,

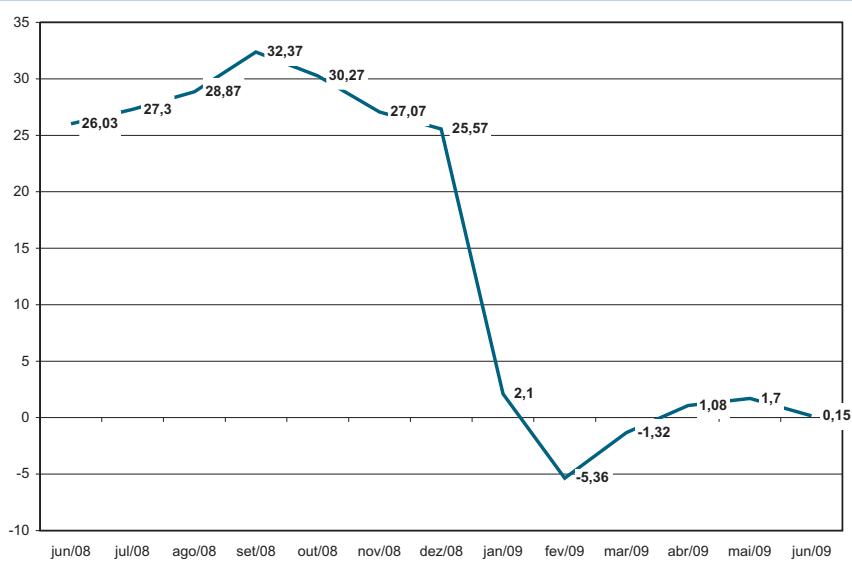


Gráfico 9 – Nordeste. Produção Industrial de Papel e Celulose – Junho de 2008/2009. Indicador acumulado do ano

Fonte: IBGE, 2009d.

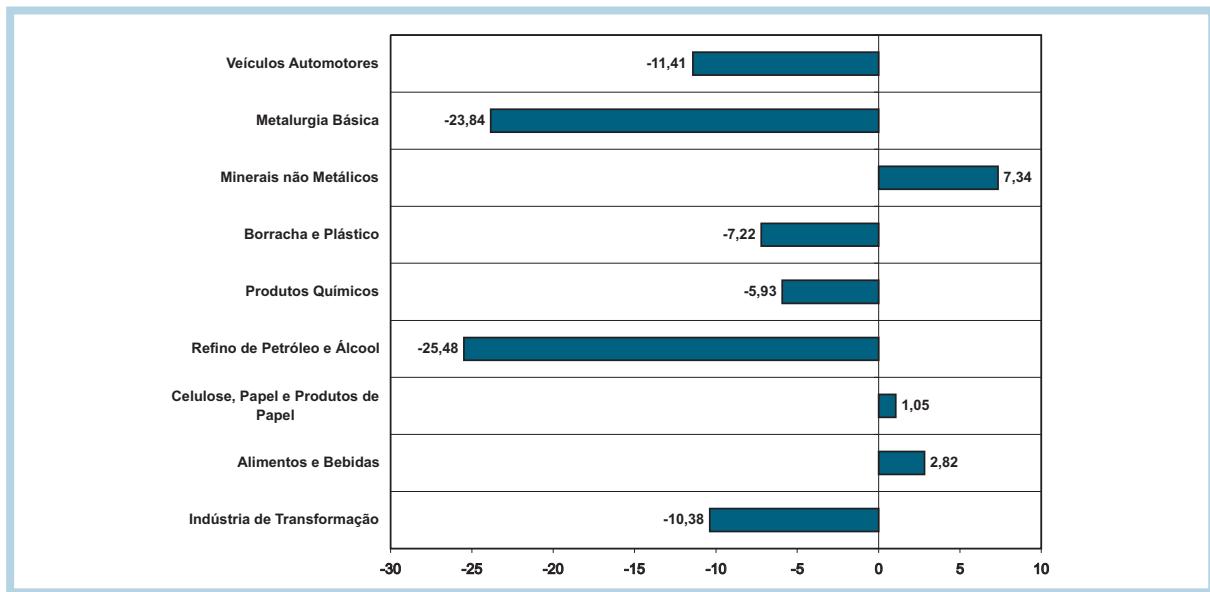


Gráfico 10 – Bahia. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação – 2009. Indicador Acumulado do Ano (%)

Fonte: IBGE, 2009d.

decorrente da melhora substancial do volume produzido e vendido no mercado interno (Gráfico 11).

No plano nacional, dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) revelam que as vendas realizadas no mercado interno, em função da melhora em alguns segmentos demandantes de produtos químicos, como o automobilístico,

foram decisivas para a redução dos níveis de estoques e maior utilização da capacidade instalada.

O índice de *quantum* da produção dos produtos químicos de uso industrial nacional assinalou aumento de 35,06% no primeiro semestre, na comparação com dados de dezembro, após significativo recuo nos últimos meses de 2008. O crescimento

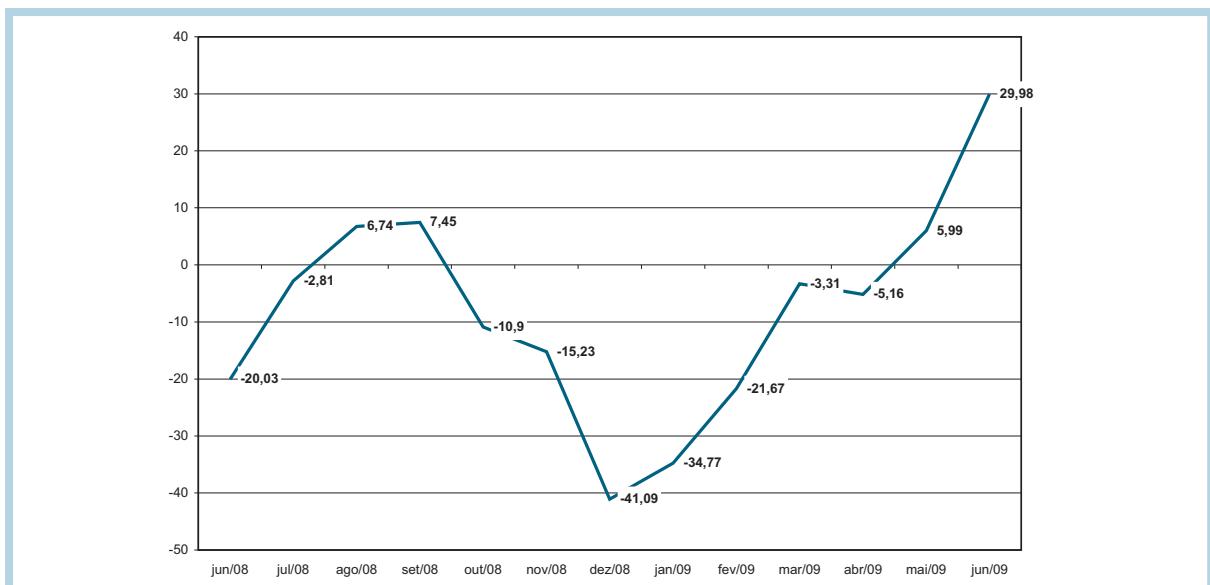


Gráfico 11 – Bahia. Produção Industrial de Produtos Químicos – Junho/2008 a Junho/2009. Indicador acumulado do ano

Fonte: IBGE, 2009d.

de 44,4% das vendas direcionadas para o mercado interno possibilitou essa recuperação da produção.

Entretanto, comparativamente ao mesmo semestre do ano anterior, o índice de produção decresceu 3,8%. Ou seja, os níveis de produção ainda são inferiores aos registrados no mesmo período de 2008.

O Ceará registrou uma queda de 1,7% na atividade fabril em junho, comparativamente ao mês anterior, a segunda taxa negativa nesse indicador, acumulando uma queda de 6% no bimestre. No indicador mensal e no acumulado do ano, registraram-se decréscimos de 9,2% e 6,8% respectivamente (Gráfico 12).

A retração no fechamento do primeiro semestre resultou dos incrementos negativos de oito dos dez ramos investigados. Os maiores recuos foram assinalados em alimentos e bebidas (-14,5%), metalurgia básica (-42,7%) e aparelhos e materiais elétricos (-22%). Por outro lado, a produção de óleo diesel foi a principal responsável pelo expressivo crescimento de 29% do segmento de refino de petróleo e produção de álcool (Gráfico 13).

O decréscimo de 14,5% em alimentos e bebidas decorre, principalmente, do menor dinamis-

mo da produção de castanha de caju torrada nos sete primeiros meses do ano. Um dos principais produtos da pauta de exportações do Ceará, a castanha beneficiada sofreu queda nas vendas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009, devido à retração de mercados consumidores importantes, principalmente o americano. A trajetória de queda do preço internacional dessa *commodity* foi fundamental para a recuperação das vendas externas a partir de março de 2009 (Tabela 2).

Na contramão do momento de ajuste das empresas do setor, a Cascaju ampliou sua capacidade de produção em 67%, evoluindo de 2.000 para 5.000 toneladas/mês, em dezembro de 2008. Atualmente a empresa, localizada em Cascavel, a 56 quilômetros de Fortaleza, é a maior indústria de beneficiamento de castanha do país, processando 60 mil toneladas/ano, cerca de 20% da produção nacional e quase a metade da produção cearense. Com três quartos da produção voltados para o mercado externo, sobretudo os Estados Unidos e o Canadá, a empresa apostou na diversificação dos mercados e no desenvolvimento de novos produtos, como forma de enfrentar a crise financeira.

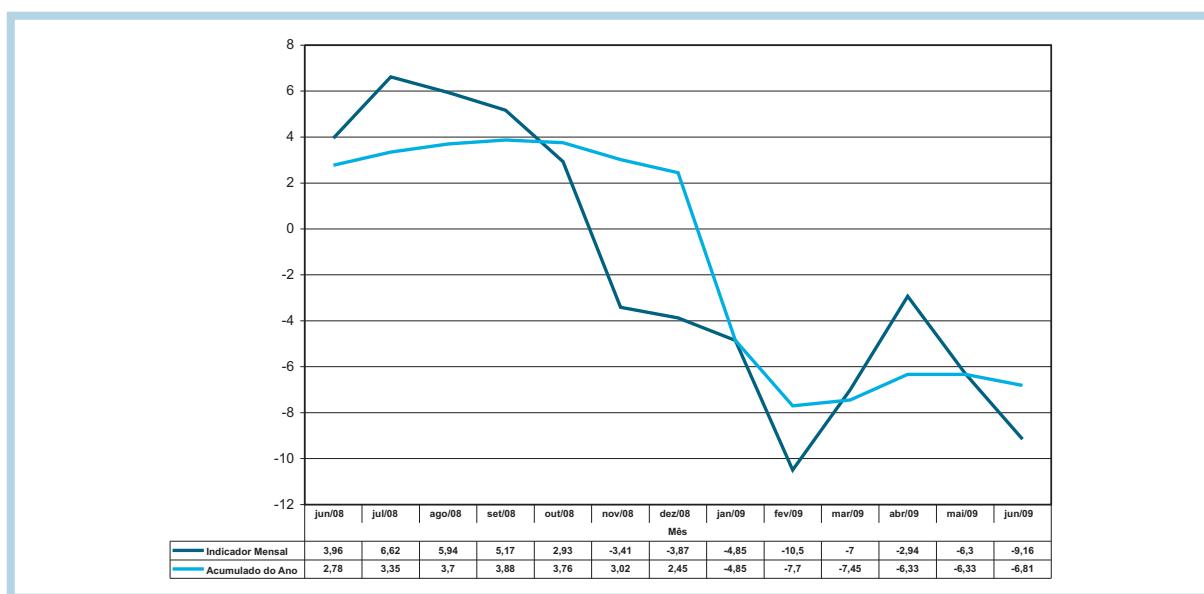


Gráfico 12 – Produção Industrial do Estado do Ceará – Junho 2008 a Junho 2009 – Indicador Mensal e Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2009d.

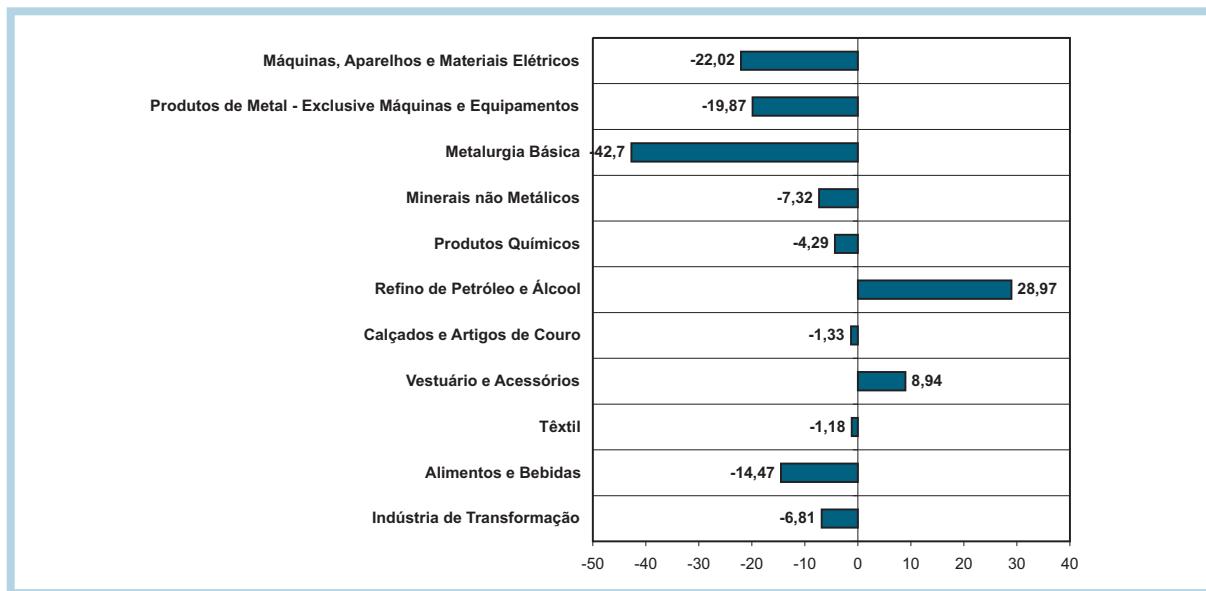


Gráfico 13 – Ceará. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação – 2009. Indicador Acumulado do Ano (%)

Fonte: IBGE, 2009d.

Tabela 2 – Ceará. Exportações de Castanha de Caju – Julho/2008 a Julho/2009

Período		US\$ FOB	Peso Líquido(Kg)	US\$/Kg
2008	Julho	14.031.034	2.305.937	6,08
	Agosto	8.004.330	1.331.566	6,01
	Setembro	5.132.436	871.751	5,89
	Outubro	6.404.103	1.056.752	6,06
	Novembro	9.373.377	1.586.829	5,91
	Dezembro	11.980.022	2.339.124	5,12
	Janeiro	11.782.946	2.200.255	5,36
2009	Fevereiro	11.554.926	2.209.677	5,23
	Março	14.747.391	3.052.427	4,83
	Abril	15.154.337	3.156.350	4,80
	Maio	17.181.216	3.713.340	4,63
	Junho	17.083.378	3.744.981	4,56
	Julho	19.442.851	3.713.340	5,24

Fonte: Brasil. MDIC, 2009a.

O ramo de calçados do Ceará também apresentou recuo de 1,3% no primeiro semestre. Apesar da queda da produção, a indústria calçadista cearense exibiu resultados mais favoráveis do que a média nacional (Gráfico 14).

Os resultados negativos refletem, principalmente, a retração das exportações. Dados do Ministério da Indústria e Comércio mostram uma desaceleração das exportações de calçados do estado no primeiro semestre de 2009. Vale destacar

que mesmo antes da crise financeira, as vendas externas da indústria de calçados já apresentavam uma trajetória descendente, em decorrência, sobretudo, da apreciação cambial.

A indústria pernambucana assinalou decréscimo de 1% em junho de 2009, no confronto com o mês anterior, após crescer 0,8% em maio, comparativamente a abril. No indicador mensal, a retração de 5,3% foi a oitava consecutiva, com

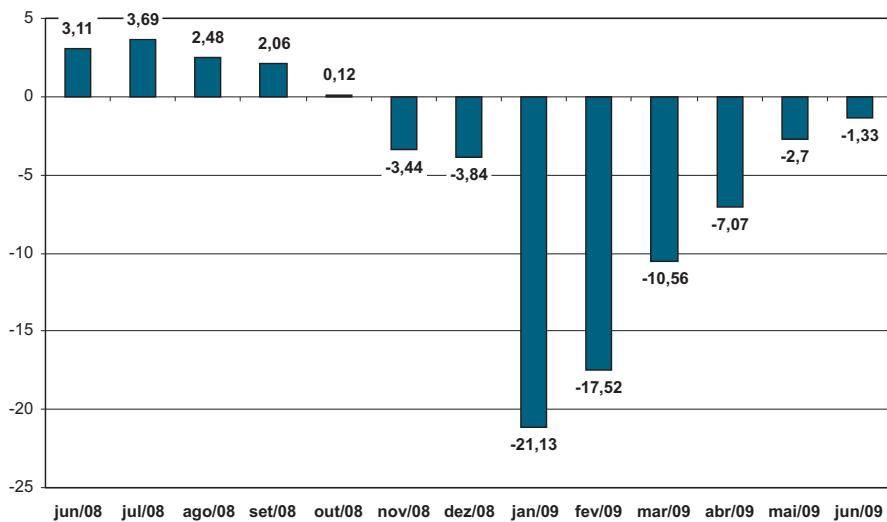


Gráfico 14 – Ceará. Produção da Indústria de Calçados e Artigos de Couro – Junho/2008 a Junho/2009 – Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2009d.

sete das onze atividades investigadas apresentando taxa negativa.

Já no acumulado do ano, a queda de 8,9% na produção industrial foi ainda mais expressiva. As principais pressões negativas vieram de metalurgia

básica (-14,6%), produtos químicos (-12,7%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-28,1%) e borracha e plástico (-22,8%). O único resultado positivo foi verificado em refino de petróleo e produção de álcool, aumento de 4% (Gráfico 15).

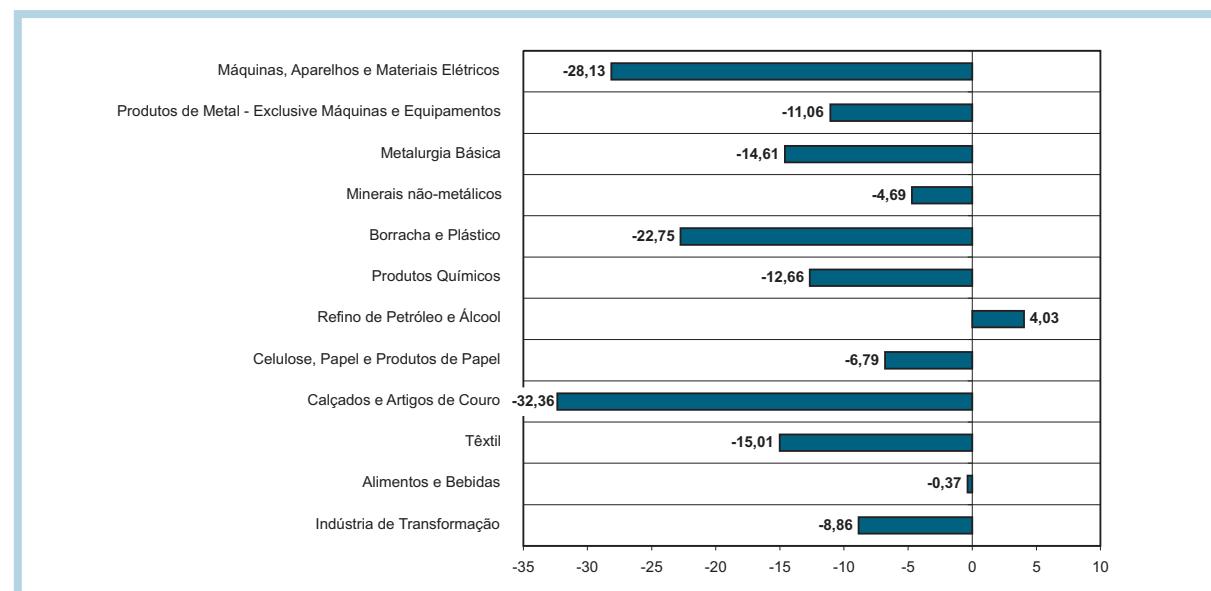


Gráfico 15 – Pernambuco. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação – 2009. Indicador Acumulado do Ano (%)

Fonte: IBGE, 2009d.

3.3 - Comércio

• •

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O

Relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgado pelo IBGE, revela que, na análise da série ajustada sazonalmente, o comércio varejista do país apresentou taxa de crescimento de 0,8% no volume de vendas em maio deste ano, em relação a abril, após dois meses de queda. A receita nominal também cresceu 0,8% no mesmo período. Vale ressaltar que nessa base de comparação, apenas a atividade equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registrou queda (-11,6%) no volume de vendas. Nas comparações sem ajustamento sazonal, o

volume de vendas do comércio varejista registrou expansão de 4% e crescimento de 8,9% na receita nominal. Nos cinco primeiros meses de 2009, o incremento desses indicadores foi mais elevado, de 4,4% e 10,3%, respectivamente (Tabela 3).

Considerando-se o comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos e motos, partes e peças e material de construção, o crescimento no volume de vendas e na receita nominal em maio de 2009, relativamente a maio de 2008, foi de 3,3% e 4,9%, respectivamente. As atividades

Tabela 3 – Brasil. Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC - (maio/09)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Maio	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Maio	Acumulado	
COMÉRCIO VAREJISTA			Jan.-Mai. /2009	12 Meses			Jan.-Mai. /2009	12 Meses
0,8	8,9	10,3	12,7	0,8	4,0	4,4	6,5	
1. Combustíveis e Lubrificantes	2,8	4,7	4,9	9,2	3,7	5,2	3,6	
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,7	12,3	14,5	15,8	0,1	6,7	6,5	
2.1. Super e Hipermercados	-0,2	12,1	14,2	15,4	0,7	6,6	6,3	
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	3,1	5,2	0,9	5,0	1,7	-2,3	-6,1	
4. Móveis e Eletrodomésticos	-0,5	-6,5	-2,6	4,6	0,1	-6,3	-2,6	
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	1,3	17,5	17,6	17,2	0,8	10,0	11,6	
6. Equipamento e Material para Escritório, Informática e Comunicação	-10,0	-0,3	7,7	14,8	-11,6	5,2	15,3	
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	2,5	11,2	12,7	12,7	2,2	6,9	9,2	
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	3,3	20,6	18,5	18,7	2,9	11,0	9,0
	9. Veículos e Motos, partes e peças	10,9	-2,5	-3,2	3,4	8,0	4,0	1,8
	10. Material de Construção	6,6	3,6	1,5	11,4	5,7	-8,2	-10,7

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (58,6%) e veículos e motos, partes e peças (39,9%) foram as que mais contribuíram para a composição da taxa global do varejo ampliado (Tabela 4).

A maior taxa de incremento (11%) no volume de vendas, na comparação de maio de 2009 com maio de 2008, foi registrada pelo segmento outros artigos de uso pessoal e doméstico, que compreende as lojas de departamento, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos, etc. O desempenho favorável da atividade deve-se à elevação da massa salarial e ao incremento das vendas impulsionado pelo Dia das Mães. No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2008, o volume de vendas cresceu 9% e, nos últimos 12 meses, 10,8%.

O segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou, em maio de 2009, crescimento de 6,7% no volume de vendas, em relação a maio de 2008. No acumulado do ano, o acréscimo registrado nas vendas foi de 6,5% e nos últimos 12 meses, 5,4%. Segundo a PMC, o aumento do poder de compra

da população e o comportamento dos preços do setor, com crescimento abaixo da inflação, justificaram esse desempenho.

O segmento artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos registrou, em maio, aumento de 10% no volume de vendas em relação a maio de 2008; de 11,6% no acumulado do ano e de 12,5% nos últimos 12 meses. A expansão real da massa salarial e do uso essencial desses produtos foi determinante para esse desempenho, segundo o relatório do IBGE.

O aumento da renda e a redução de preços dos produtos de informática e de comunicação contribuíram para que o segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação evoluísse 5,2% no volume de vendas em maio de 2009, comparativamente a maio de 2008. Nos cinco primeiros meses do ano, a variação foi expressiva, atingindo 15,3%, e, no acumulado dos últimos 12 meses, 27,4%.

A atividade veículos e motos, partes e peças, depois de apresentar variação negativa de 11,4%

Tabela 4 – Brasil. Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista, por atividade*

Atividades	Comércio Varejista			Comércio Varejista Ampliado		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
Taxa Global	4,0	4,0	100,0	3,3	3,3	100,00
1. Combustíveis e Lubrificantes	5,2	0,5	12,8	5,2	0,3	9,82
2. Hiper, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	6,7	3,1	78,1	6,7	1,9	58,59
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-2,3	-0,2	-5,3	-2,3	-0,1	-3,99
4. Móveis e Eletrodomésticos	-6,3	-1,1	-27,5	-6,3	-0,7	-20,55
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	10,0	0,6	13,9	10,0	0,3	10,43
6. Equipamento e Material para Escritório, Informática e Comunicação	5,2	0,1	2,3	5,2	0,1	1,53
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	6,9	0,1	1,3	6,9	0	0,92
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	11,0	1,0	24,4	11,0	0,6	18,10
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-	-	-	4,0	1,3	39,88
10. Material de Construção	-	-	-	-8,2	-0,5	-14,72

Fonte: IBGE, 2009.

(*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

em abril, relativamente a abril de 2008, voltou a registrar elevação de 4% no volume de vendas em maio, devido principalmente à política de redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para automóveis. Nos cinco primeiros meses do ano e nos últimos 12 meses, apresentou expansão de 1,8% e 4,3%, respectivamente.

Material de construção foi o segmento que mais regrediu em maio, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior (8,2%). No entanto, essa redução foi menor do que a de abril, quando a taxa foi de 15,8%. A redução do IPI para cerca de 30 grupos de materiais de construção contribui para a reversão desse desempenho.

Entre maio de 2009 e de 2008, móveis e eletrodomésticos (-6,3%) e tecidos, vestuário e calçados (-2,3%) também apresentaram decréscimos no volume de vendas, repetindo o resultado negativo de abril/2009. Vale salientar, no entanto, que em abril o governo reduziu por três meses, prorrogando depois até 31 de outubro, a alíquota do IPI de geladeiras (15% para 5%), de máquinas de lavar (de 20% para 10%), do tanquinho (de 10% para zero) e do fogão (de 5% para zero). Essas medidas tendem a minimizar o desempenho negativo apresentado pelo setor de eletrodomésticos.

3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

Em maio último, assim como no acumulado dos cinco primeiros meses de 2009, o comércio nordestino obteve resultados melhores do que a média brasileira.

Considerado o volume de venda entre janeiro e maio último ou deste mês isoladamente, a

maioria dos estados apresentou crescimento acima da média brasileira, com índices positivos em todos (Tabela 5).

Destacam-se os desempenhos mensais de Sergipe (14,4%), Piauí (13,6%), Alagoas (8,2%) e Ceará (7,7%), respectivamente, primeiro, segun-

Tabela 5 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Maio e Janeiro-Maio de 2009)*

Unidade da Federação	Volume de vendas		Receita nominal	
	Maio/2009	Janeiro-Maio/2009	Maio/2009	Janeiro-Maio/2009
BRASIL	3,3	2,7	4,9	5,1
Maranhão	5,1	6,4	7,1	8,6
Piauí	13,6	10,8	15,5	12,8
Ceará	7,7	6,7	9,5	9,1
Rio Grande do Norte	3,3	0,2	4,4	1,8
Paraíba	2,0	0,7	4,0	3,4
Pernambuco	3,3	2,2	5,2	5,1
Alagoas	8,2	5,5	10,3	8,3
Sergipe	14,4	10,4	14,6	11,3
Bahia	5,4	3,5	5,6	6,5

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

do, terceiro e quarto lugares entre as maiores taxas de expansão de volume de vendas no país (em comparação a maio de 2008).

No acumulado de janeiro a maio de 2009, comparado ao do mesmo período de 2008, os quatro melhores resultados da região pertencem ao Piauí (10,8%), Sergipe (10,4%), Ceará (6,7%) e Maranhão (6,4%).

Situação semelhante ocorreu quando considerada a receita nominal ampliada: seis dos nove estados nordestinos apresentaram, no acumulado de janeiro a maio, expansões superiores à brasileira (comparação com o mesmo período de 2008).

Piauí (12,8%) e Sergipe (11,3%) lideraram as expansões, seguidos por Ceará (9,1%), Maranhão (8,6%), Alagoas (8,3%), Bahia (6,5%) e Pernambuco (5,1%), sendo que Pernambuco apresentou índice semelhante ao brasileiro.

Considerada a receita nominal mensal, o Piauí obteve o maior crescimento (15,5%), seguido por Sergipe (14,6%), Alagoas (10,3%) e Ceará (9,5%).

No Piauí, destaca-se a ampliação do volume de vendas no acumulado até maio, ocorrendo, assim como no Maranhão, influência positiva da dupla de atividades veículos e motos, partes e peças e material de construção, dados os índices de 7,5% para o volume de vendas do comércio convencional e 10,8% para o volume de vendas do comércio varejista ampliado⁴.

No Ceará, o volume de vendas do comércio convencional foi mais elevado (8,4%) do que o do comércio varejista ampliado (6,7%), refletindo a redução de 3% no volume de vendas da ati-

vidade material de construção e o desempenho abaixo da média da atividade veículos e motos, partes e peças (5,2%).

Bahia, Ceará e Pernambuco

No Ceará, assim como na Bahia e em Pernambuco⁵ – diferentemente dos outros estados nordestinos –, a PMC fornece dados que possibilitam observar o desempenho das diferentes atividades comerciais. Os três estados apresentaram comportamentos semelhantes: setores intensivamente dependentes da renda tiveram *performance* acima da média, contribuindo para elevar o desempenho de todo o comércio nos cinco primeiros meses do ano.

O volume da atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo cresceu 11,3% no Ceará, 6,4% na Bahia e 3,5% em Pernambuco – acima dos respectivos índices do comércio varejista ampliado (Tabela 6).

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico, cuja variada gama de itens comercializados também depende da renda, apresentou crescimento acima da média do comércio ampliado, dada a expansão da receita nominal nos primeiros cinco meses de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior: no Ceará, crescimento de 19,7%; na Bahia, 6,5%; e em Pernambuco, 44%. Considerado o volume de vendas, apenas Pernambuco apresentou crescimento abaixo do que foi verificado no respectivo comércio ampliado.

A ampliação da oferta de emprego formal revela-se fator essencial para a obtenção de bons resultados da atividade comercial.

4 Dada a ausência de dados no relatório da PMC sobre os desempenhos específicos das atividades comerciais, pode-se recorrer a outras informações. No Piauí, o emprego formal da construção civil apresentou crescimento em relação aos meses anteriores (número de admissões maior do que o de desligamentos) (BRASIL. MTE, 2009), enquanto a frota de veículos emplacados vem se elevando mês a mês, desde fevereiro de 2009 (DENATRAN, 2009). Fundamenta-se, assim, a hipótese de que as duas atividades contribuíram para o desempenho positivo do comércio, embora não se possa especificar em que medida cada uma colaborou para isso.

5 Segundo a última Pesquisa Anual do Comércio, realizada pelo IBGE, juntos, esses três estados representam 65,8% da receita bruta auferida no ano 2007 em todo Nordeste (PESQUISA ANUAL DO COMÉRCIO, 2009).

Tabela 6 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade, nos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia (Jan.- Mai. /09)*

Atividades	Janeiro-Maio/2009					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	6,7	9,1	2,2	5,1	3,5	6,5
1. Combustíveis e Lubrificantes	18,3	15,1	11,2	9,1	1,1	3,0
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	11,3	18,1	3,5	12,2	6,4	13,9
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	1,0	9,2	-1,5	4,6	-0,4	4,1
4. Móveis e Eletrodomésticos	4,9	6,1	1,4	0,8	-3,5	-1,4
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	4,0	8,2	0,6	3,9	7,1	12,9
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-3,4	-1,1	5,4	8,1	19,9	19,2
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	6,1	1,1	-14,1	-19,3	22,8	-23,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	12,5	19,7	1,4	6,5	40,6	44,0
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	5,2	2,3	2,0	-1,5	3,4	0,2
10. Material de Construção	-3,0	8,0	-6,6	7,6	-8,0	3,0

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

*Comparação com o mesmo período do ano anterior.

O saldo positivo de empregos formais da Bahia, até junho deste ano, fornece indício de reversão do cenário do mercado de trabalho. Em janeiro, o estado apresentava saldo negativo de emprego, e já a partir de fevereiro, passou a apresentar sucessivos saldos positivos (MTE, 2009).

Situação semelhante ocorre no Ceará. Em fevereiro o saldo ainda é negativo, mas, a partir de março, inicia-se o processo de recuperação com admissões em maior número do que desligamentos. Em junho, o saldo de empregos formais anualizado do Ceará torna-se positivo, consolidando o crescimento da oferta de emprego (MTE, 2009).

Em Pernambuco, a expansão do comércio foi menos acentuada do que no Ceará e na Bahia,

provavelmente como reflexo de índices menos auspiciosos no mercado de trabalho. O saldo de empregos formais mensais tornou-se positivo somente em maio, tendo, por sua vez, essa situação se acentuado em junho (MTE, 2009).

Essa mudança de cenário no mercado de trabalho, também, é confirmada pelos números do Dieese para junho nas regiões metropolitanas dos três estados.

Outra atividade que merece destaque é o comércio de combustíveis e lubrificantes, com avanço tanto no volume quanto na receita nominal nos três estados entre janeiro e maio de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

A ampliação da participação dos veículos *flex*⁶ na frota e o comportamento dos preços dos combustíveis, particularmente do álcool⁷, são fatores de alavancagem dessa atividade comercial.

No Ceará, na Bahia e em Pernambuco, assim como no país, a redução do IPI para os produtos da linha branca ajudou a reverter o cenário de declínio que se delineava para a atividade móveis e eletrodomésticos.

No caso da atividade veículos e motos, partes e peças, a isenção fiscal influenciou claramente o comportamento do consumidor. No mês de seu anúncio, percebe-se uma elevação do volume comercializado. Entre março e abril, os índices reduziram-se, passando, novamente, a crescer em maio, quando se aproximava o final do prazo de isenção fiscal (IBGE, 2009f).

O índice de cheques sem fundo em relação aos compensados é um indicador do nível de endividamento da população, variável fundamental para o adequado funcionamento do mercado de crédito, que, por sua vez, se relaciona intensamente com o comércio de bens de maior valor unitário.

Em março nota-se uma elevação desse índice nos três principais estados (Bahia, Pernambuco

e Ceará), enquanto nos três meses subsequentes ocorrem declínios sucessivos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009a).

Um indicador do comportamento do crédito, em termos estaduais, disponibilizado pelo Banco Central, é o saldo de empréstimos pessoa física⁸. Esse segmento apresentou elevação nos três estados até abril: Bahia (21,4%), Ceará (30,7%) e Pernambuco (24,6%), comparado a abril de 2008 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b).

Nota-se, contudo, que esses saldos têm crescido de maneira cada vez menos acentuada (mês a mês), padrão que vem se delineando desde antes do período pré-crise.

A melhoria do mercado de trabalho ao longo do segundo semestre de 2009 tanto pode acentuar o consumo de bens de menor valor agregado, quanto influenciar o mercado de bens duráveis. Isso ocorre porque a demanda por crédito para consumo depende, dentre outros fatores, das expectativas dos trabalhadores em relação às condições de emprego no médio e longo prazo. Associe-se a essa esperada melhoria no mercado de trabalho a já observada tendência declinante dos juros como estímulo adicional para o consumo, no segundo semestre de 2009.

6 No acumulado de janeiro a junho, os veículos *flex* (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) já representam 81,6% da produção nacional, participação que sobe para 88,6% se considerados apenas os automóveis (ANFAVEA, 2009).

7 Nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) para os combustíveis apresentou deflação (acumulado do ano até maio), tendo em vista, particularmente, a redução de preço do álcool (IBGE, 2009f).

8 Saldo em final de período para os empréstimos, financiamentos, aditamentos e arrendamentos mercantis concedidos pelas instituições financeiras com saldo na data-base superior a R\$ 5.000,00 ou quando a responsabilidade do devedor perante a instituição for superior a R\$ 5.000,00 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009b).

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do Faturamento

N

No primeiro trimestre de 2009, o PIB do agronegócio registrou queda de 0,53%, comportamento semelhante ao observado no último trimestre de 2008, quando a crise mundial começou a afetar a economia brasileira. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), no período de outubro de 2008 a março de 2009, o PIB do agronegócio caiu 2,26% e deve fechar o ano sem crescimento, pois não há evidências que apontem para sua recuperação e o segmento enfrenta cenário de contração de crédito (CEPEA, 2009).

As duas subdivisões básicas do agronegócio – agricultura e pecuária – experimentaram compor-

tamentos distintos no acumulado do ano: enquanto o PIB da agricultura caiu 0,82%, o da pecuária cresceu 0,17%. Em março de 2009, o impacto da crise na pecuária foi menor, possibilitando evolução de 0,17%. Já a agricultura sofreu recuo mensal de 0,25% em seu PIB (Gráfico 16 e Tabela 7).

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), com exclusão de três segmentos (produção de insumos, indústria e distribuição), e focando-se a atenção apenas nas respectivas produções, percebe-se que a agricultura recuou 1,89% e a pecuária cresceu 0,77% no acumulado do ano (Tabela 7).

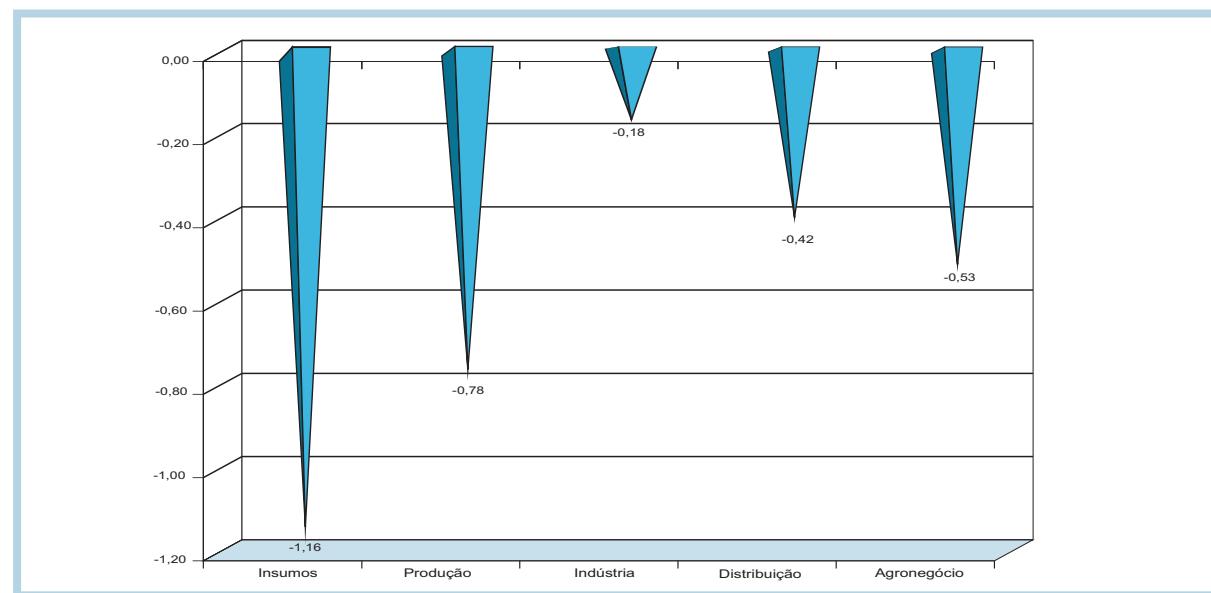


Gráfico 16 – Brasil. PIB do Agronegócio – Variação (%) Acumulada em 2009
Fonte: CNA, 2009.

Tabela 7 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2009 (%)

AGROPECUÁRIA					
2009	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	-0,20	-0,38	-0,04	-0,18	-0,19
Fevereiro	-0,47	-0,20	-0,14	-0,18	-0,21
Março	-0,49	-0,20	0,00	-0,06	-0,13
Acumulado em 2009	-1,16	-0,78	-0,18	-0,42	-0,53
AGRICULTURA					
2009	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	-0,32	-0,81	0,00	-0,25	-0,29
Fevereiro	-0,69	-0,54	-0,08	-0,21	-0,28
Março	-0,88	-0,56	0,02	-0,15	-0,25
Acumulado em 2009	-1,89	-1,91	-0,06	-0,61	-0,82
PECUÁRIA					
2009	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	0,01	0,22	-0,32	-0,03	0,03
Fevereiro	-0,09	0,27	-0,53	-0,12	-0,03
Março	0,17	0,28	-0,09	0,15	0,17
Acumulado em 2009	0,09	0,77	-0,94	0,00	0,17

Fonte: CNA, 2009b.

Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; (F) todo o agronegócio da pecuária.

Tabela 8 – Brasil. PIB da Agropecuária e do Agronegócio em 2007 e 2008 (a preços de 2008)

Atividade	Ano/Valor (em R\$ bilhões)		Variação 2008/2007	
	2007	2008	Relativa (%)	Absoluta
Agricultura	107,09	113,63	6,11	6,54
Pecuária	84,71	92,41	9,09	7,70
Agropecuária	198,35	212,17	6,97	13,82
Agronegócio	687,73	735,66	6,97	47,93
Outras	460,62	460,62	0,00	0,00

Fonte: CNA, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Parte integrante do setor, a indústria de beneficiamento de produtos agrícolas registrou a menor retração entre as atividades do agronegócio: apenas 0,06% no acumulado do ano. Esse desempenho contrasta com o registrado na última edição deste periódico, quando a agroindústria avançou 0,24%. A queda anual na pecuária foi de 0,94%. O grande destaque ficou com a indústria do açúcar, com avanço de 6,31% no trimestre, rompendo com a trajetória de 2008, quando

apresentou taxas mensais negativas e retração de 19,71% no acumulado do ano.

As estimativas para o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária para 2009 indicam recuo de 6,5% em relação a 2008, em decorrência da redução da safra de grãos e fibras, de problemas climáticos e da queda nos preços médios dos produtos agrícolas. Em 2009, o VBP correspondente ao conjunto de itens que compõem a lavoura temporária diminuiu 8,7%, enquanto o

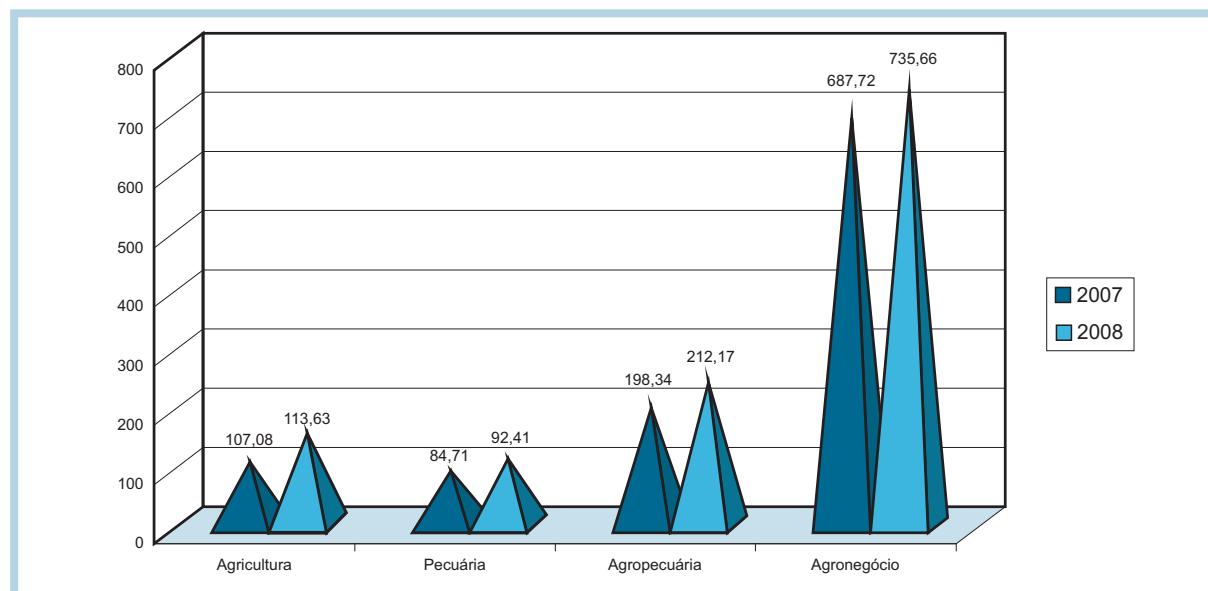


Gráfico 17 – Brasil – PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2008)

Fonte: CNA, 2009.

VBP referente ao grupo que compreende a lavoura permanente cresceu 4,6%. O aumento dos preços da maior parte dos produtos agrícolas foi insuficiente para evitar a queda no VBP: de R\$ 317,3 bilhões, em 2008, baixou para R\$ 296,7 bilhões, em 2009 (Tabela 9).

Estima-se que em 2009 o VBP da agropecuária do Nordeste cairá 3,3% em relação a 2008, passando de R\$ 39,4 bilhões para R\$ 38,1 bilhões (Tabela 10). Essa redução corresponde a menos

da metade da queda prevista pela confederação patronal para o Brasil como um todo. Conforme a CNA o VBP deve alcançar R\$ 276,2 bilhões, em 2009, 7,5% abaixo do registrado em 2008, cerca de R\$ 298,6 bilhões.

Essa diferença de comportamento está ligada, basicamente, à importância relativa dos componentes da lavoura no Brasil e no Nordeste. Com efeito, enquanto a lavoura temporária é mais importante no VBP da agropecuária do Brasil, a

Tabela 9 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2008 e 2009

R\$ Milhões de dezembro/08

Produtos	2008	2009	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	200.573	187.361	-6,6	-13.212
- lavouras temporárias (1)	168.295	153.602	-8,7	-14.692
- lavouras permanentes (2)	32.279	33.759	4,6	1.480
Pecuários	116.723	109.310	-6,4	-7.413
- carnes (3)	88.259	86.109	-2,4	-2.150
- derivados (4)	28.464	23.201	-18,5	-5.263
Total	317.296	296.671	-6,5	-20.625

Fonte: CEPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Disponível em www.cepea.esalq.usp.br; consultado em 10/07/2009.

(1) algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

Tabela 10 – Nordeste. Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2008 e 2009

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Lavoura temporária (a)							
Brasil						158.130.654	141.145.712
Nordeste						17.575.709	16.885.690
Abacaxi	Mil frutos	789.837	769.526	0,91	1,08	719.863	831.088
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.274.258	1.070.526	0,97	0,95	1.237.109	1.017.000
Alho	Tonelada	4.426	5.264	3,28	3,28	14.531	17.282
Amendoim (em casca)	Tonelada	12.536	12.094	1,00	0,77	12.543	9.312
Arroz (em casca)	Tonelada	1.174.827	1.111.050	0,79	0,78	931.083	866.619
Batata-doce	Tonelada	182.043	182.043	0,42	0,42	76.567	76.567
Batata inglesa	Tonelada	294.210	293.850	1,11	1,12	326.437	329.112
Cana-de-açúcar	Tonelada	74.075.051	71.617.597	0,04	0,04	2.809.842	2.924.863
Cebola	Tonelada	368.193	329.601	0,83	0,98	306.393	323.009
Fava (em grão)	Tonelada	14.925	14.925	1,89	1,89	28.204	28.204
Feijão (em grão)	Tonelada	1.001.038	1.043.114	2,25	2,22	2.251.132	2.315.713
Fumo (em folha)	Tonelada	26.368	22.985	3,95	2,98	104.262	68.495
Mamona (baga)	Tonelada	111.417	86.769	0,74	0,65	82.782	56.400
Mandioca	Tonelada	9.869.056	9.421.388	0,18	0,19	1.742.044	1.781.584
Melançia	Tonelada	557.992	557.992	0,38	0,39	210.056	217.617
Melão	Tonelada	474.368	474.368	0,77	0,68	366.551	322.570
Milho (em grão)	Tonelada	4.427.861	4.850.281	0,55	0,47	2.456.442	2.279.632
Soja (em grão)	Tonelada	4.830.658	4.191.485	0,65	0,64	3.158.455	2.682.550
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	142.066	169.730	0,35	0,35	49.278	58.874
Tomate	Tonelada	572.670	585.515	1,21	1,16	692.132	679.197
Lavoura permanente (b)							
Brasil						33.593.730	35.046.763
Nordeste						7.375.891	7.716.287
Abacate	Tonelada	8.254	8.254	1,01	1,23	8.340	10.152
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	243	243	0,91	0,91	220	220
Banana	Tonelada	2.934.509	2.934.509	0,46	0,40	1.349.725	1.170.310
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.620	30.620	1,26	1,26	38.587	38.587
Cacau (em amêndoas)	Tonelada	141.662	141.662	4,41	5,69	624.040	805.585
Café (beneficiado)	Tonelada	185.345	185.345	3,01	3,27	558.186	606.078
Caqui	Tonelada	58	58	2,81	2,81	163	163
Castanha-de-caju	Tonelada	281.532	281.532	0,97	0,97	273.346	273.346
Coco-da-baía	Mil frutos	1.304.243	1.304.243	0,52	0,55	671.872	717.334
Dendê (coco)	Tonelada	203.773	203.773	0,20	0,20	39.803	39.803
Figo	Tonelada	8	8	11,34	11,34	91	91
Goiaba	Tonelada	136.285	136.285	0,64	0,64	87.375	87.375
Guaraná (semente)	Tonelada	2.054	2.054	8,82	8,82	18.107	18.107
Laranja	Tonelada	1.976.439	1.976.439	0,34	0,33	663.043	654.022
Limão	Tonelada	75.500	75.500	0,99	0,81	74.795	61.155
Maçã	Tonelada	15	15	2,07	2,07	31	31
Mamão	Tonelada	1.093.838	1.093.838	0,93	0,90	1.018.604	984.454
Manga	Tonelada	970.786	970.786	0,72	0,70	702.055	679.550
Maracujá	Tonelada	421.437	421.437	0,99	1,16	417.501	488.867
Marmelo	Tonelada	150	150	2,30	2,30	344	344
Palmito	Tonelada	21.353	21.353	2,26	2,26	48.162	48.162
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.354	4.354	3,95	3,95	17.188	17.188
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	243.556	243.556	0,98	0,99	238.868	241.120
Tangerina	Tonelada	51.125	51.125	0,85	0,84	43.557	42.945
Urucum (semente)	Tonelada	2.567	2.567	2,66	2,66	6.822	6.822
Uva	Tonelada	257.821	257.821	1,84	2,81	475.068	724.477
Agricultura (c)							
Brasil						191.724.384	176.192.475
Nordeste						24.951.600	24.601.978
Pecuária (d)							
Brasil						106.829.258	100.044.326
Nordeste						14.422.502	13.461.555
Carne bovina	Tonelada	1.282.160	1.254.880	5,75	6,09	7.378.642	7.642.436
Frango	Tonelada	738.562	738.562	2,36	2,10	1.745.186	1.548.796
Leite	milhões de litros	3.398	3.398	0,79	0,65	2.682.141	2.205.746
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	9.992	9.992	2,19	1,71	728.507	568.725
Suíno	Tonelada	605.194	605.194	3,12	2,47	1.888.025	1.495.851
Agropecuária (c + d)							
Brasil						298.553.642	276.236.800
Nordeste						39.374.102	38.063.532
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						11,11	11,96
Lavoura permanente (b)						21,96	22,02
Agricultura (c)						13,01	13,96
Pecuária (d)						13,50	13,46
Agropecuária (c + d)						13,19	13,78

Fontes: Indicadores Rurais, 2009; IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (06/2009); PAM (2007) e Indicadores Rurais (2009).

(2) Os preços foram obtidos de Indicadores Rurais (2009), SIGMAN (2008 e 2009) e PAM (2007), corrigidos para jun/2009.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. as médias de 2005 a 2008, registradas por IBGE-Pesquisa Trimestral; FNP e IBGE-PPM.

lavoura permanente pesa mais no VBP da agropecuária do Nordeste. A CNA prevê uma redução de 11% no VBP da lavoura temporária do Brasil; no Nordeste, estima-se uma redução de 4%. Por sua vez, o comportamento esperado do VBP da lavoura permanente é aproximadamente o mesmo, no Brasil e na região, em relação aos VBPs assinalados ano passado. Em 2009, a lavoura temporária nordestina deverá alcançar um VBP de R\$ 16,9 bilhões (44,4% do VBP da agropecuária regional), enquanto a lavoura permanente atingirá R\$ 7,7 bilhões (20,2% do VBP da agropecuária regional).

Os VBPs das pecuárias nacional e regional deverão comportar-se de maneira quase semelhante, com contração de 6% para o Brasil e de 7% para o Nordeste. Espera-se que o VBP específico de carnes e derivados, no Nordeste, alcance R\$ 13,5

bilhões em 2009, equivalentes a 35,4% do VBP da agropecuária regional.

Quatro estados responderão por 75% do VBP regional: Bahia (42,4%), Pernambuco (11,5%), Maranhão (11,2%) e Ceará (9,9%), conforme a Tabela 11. Totalizando R\$ 28,6 bilhões, a Bahia é o estado mais importante no VBP total e em qualquer de seus quatro componentes, isoladamente (lavoura temporária, lavoura permanente, agricultura e pecuária). O Maranhão ocupa o segundo posto na pecuária e na lavoura temporária (particularmente pela presença da soja no estado). Pernambuco e Ceará alternam-se com o Maranhão nas posições 2, 3 e 4 no tocante aos outros componentes. Fugindo desse padrão, Sergipe destaca-se com o quarto maior VBP na lavoura permanente, devido ao cultivo da laranja (VBP de R\$ 259 milhões).

Tabela 11 – Nordeste. Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2009

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%	R\$ Milhões
Maranhão	1.879	11,13	73	0,95	1.953	7,94	2.321	17,24	4.274	11,23	
Piauí	1.299	7,69	99	1,28	1.398	5,68	1.041	7,73	2.439	6,41	
Ceará	1.474	8,73	740	9,59	2.214	9,00	1.560	11.59	3.774	9,91	
Rio Grande do Norte	692	4,10	244	3,16	936	3,80	558	4,15	1.494	3,92	
Paraíba	1.075	6,37	234	3,04	1.309	5,32	669	4,97	1.978	5,20	
Pernambuco	1.809	10,71	928	12,03	2.737	11,12	1.628	12,09	4.365	11,47	
Alagoas	1.344	7,96	79	1,02	1.423	5,78	555	4,12	1.978	5,20	
Sergipe	621	3,68	435	5,63	1.055	4,29	563	4,18	1.618	4,25	
Bahia	6.693	39,64	4.885	63,30	11.577	47,06	4.567	33,92	16.144	42,41	
BA+PE+CE+MA	11.855	70,21	6.626	85,87	18.481	75,12	10.076	74,85	28.557	75,02	
Demais	5.031	29,79	1.090	14,13	6.121	24,88	3.386	25,15	9.507	24,98	
Soma	16.886	100,0	7.716	100,0	24.602	100,00	13.462	100,00	38.064	100,0	

Fontes: Indicadores Rurais, 2009; IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

O agronegócio nordestino exportou US\$ 2,7 bilhões no primeiro semestre de 2009 e importou apenas US\$ 753 milhões, o que resultou em um saldo de US\$ 2 bilhões (Tabela 12 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado

– 2007 e 2008). Esses números representaram quedas de 1,1% nas exportações e de 15,5% nas importações, em relação ao primeiro semestre de 2008, resultando crescimento de 5,8% no saldo comercial entre os dois períodos considerados.

Enquanto isso, o saldo comercial do agronegócio nacional teve comportamento diametralmente oposto, redução de 6,4% entre os dois citados períodos, caindo de US\$ 28,2 bilhões para US\$ 26,4 bilhões. Adicionalmente, aumentou a participação do agronegócio nordestino nas exportações e no saldo comercial do agronegócio nacional, de 8,1% para 8,6% e de 6,6% para 7,4%, respectivamente, enquanto diminuiu a participação da região nas importações do agronegócio nacional, de 15,8% para 14,8%.

Cabe destacar ainda que no primeiro semestre de 2009 o saldo comercial gerado pelo agronegócio nordestino correspondeu a 2,5 vezes o saldo

gerado na balança comercial total da região (US\$ 786 milhões).

Quatro estados nordestinos incrementaram suas exportações no primeiro semestre de 2009, em relação a igual período de 2008: Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Apenas Maranhão e Pernambuco aumentaram as importações.

Alagoas (49,5%), Bahia (16,7%) e Ceará (11,5%) foram os três maiores exportadores do agronegócio regional no período, respondendo conjuntamente por 77,7% das exportações nordestinas (US\$ 2,1 bilhões) do setor. O maior cres-

Tabela 12 – Nordeste. Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2008 e 2009

Região/Estado	2008			2009			US\$ Milhões Dados de janeiro a junho de cada ano
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	
Brasil – Total (a)	90.644,7	79.342,6	11.302,1	69.951,5	55.967,7	13.983,9	
Brasil – Agronegócio (b)	33.785,6	5.630,4	28.155,2	31.444,2	5.087,9	26.356,4	
Nordeste – Total (c)	7.243,8	7.857,9	-614,1	5.090,9	4.305,3	785,9	
Nordeste – Agronegócio (d)	2.745,5	890,9	1.854,6	2.716,0	752,9	1.963,0	
Alagoas	1.257,3	269,1	988,2	1.344,1	243,8	1.100,4	
Bahia	532,3	20,8	511,5	454,2	17,0	437,2	
Ceará	403,7	216,8	186,9	311,8	127,8	184,0	
Maranhão	211,3	268,0	-56,7	223,4	277,0	-53,6	
Paraíba	134,0	28,9	105,2	98,4	17,4	81,0	
Pernambuco	73,4	15,5	57,8	163,3	27,6	135,7	
Piauí	57,0	40,1	16,9	34,7	26,5	8,2	
Rio Grande do Norte	40,8	1,7	39,1	68,5	0,5	68,0	
Sergipe	35,6	29,9	5,7	17,6	15,4	2,2	
Variações 2009/2008							
Brasil – Total			-22,8		-29,5	23,7	
Brasil – Agronegócio			-6,9		-9,6	-6,4	
Nordeste – Total			-29,7		-45,2	-228,0	
Nordeste – Agronegócio			-1,1		-15,5	5,8	
Alagoas			6,9		-9,4	11,3	
Bahia			-14,7		-18,4	-14,5	
Ceará			-22,8		-41,1	-1,5	
Maranhão			5,7		3,4	-5,5	
Paraíba			-26,6		-39,8	-23,0	
Pernambuco			122,5		77,7	134,6	
Piauí			-39,2		-33,9	-51,7	
Rio Grande do Norte			67,7		-71,3	73,9	
Sergipe			-50,6		-48,6	-61,1	
Relações							
b/a	37,3	7,1	249,1	45,0	9,1	188,5	
d/c	37,9	11,3	-302,0	53,4	17,5	249,8	
d/b	8,1	15,8	6,6	8,6	14,8	7,4	

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

cimento foi obtido por Pernambuco, tanto proporcionalmente (122,5%) como em termos absolutos (US\$ 89,9 milhões). O Rio Grande do Norte posicionou-se na segunda colocação em termos proporcionais (67,7%) e Alagoas em volume monetário (US\$ 86,8 milhões).

Maranhão (36,8%) e Alagoas (32,4%) destacaram-se nas importações do agronegócio no primeiro semestre de 2009, com 69,2% do total de US\$ 520,8 milhões importado pela região.

Alagoas (56,1%) e Bahia (22,3%) foram os que mais contribuíram para o superávit obtido pelo setor no Nordeste, com US\$ 1,5 bilhão.

Os quatorze principais produtos exportados, de um total de oitenta, foram responsáveis por 92% das exportações (Tabela 13). A celulose, o açúcar e a soja em grãos totalizaram US\$ 1,4 bilhão, representando, conjuntamente, 54% do valor exportado.

Em termos proporcionais, apenas quatro desses produtos registraram aumento no valor exportado no primeiro semestre de 2009 em relação a igual período de 2008: farelo de soja (83,6%);

soja em grãos (73,6%), algodão e produtos têxteis de algodão (8,3%) e celulose (0,03%). Em termos absolutos, os destaques ficaram com a soja em grãos (US\$ 161,2 milhões) e o farelo de soja (US\$ 67 milhões).

Os quatorze principais produtos da pauta de importação responderam por 94% do total importado no primeiro semestre de 2009. Os três principais itens – cereais, cacau inteiro ou partido e produtos e subprodutos da indústria de moagem –, no entanto, tiveram uma participação relativa bem maior no total importado – 68,2% – do que aquela dos três principais produtos de exportação, alcançando US\$ 514 milhões (Tabela 14).

Sete artigos dessa lista sofreram redução nas importações, em relação ao primeiro semestre de 2008: cereais; papel; algodão e produtos têxteis de algodão; peixes; óleos vegetais; borracha natural e gomas naturais; e couro e pele de bovino. Em termos absolutos, a redução mais significativa deu-se nas compras de algodão e produtos têxteis de algodão (US\$ 91,2 milhões). Com relação aos demais artigos da lista, verificou-se aumento nas importações.

Tabela 13 – Nordeste. Principais Produtos Exportados do Agronegócio, de Jan a Jun/2009

US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Princ. Exportadores
1 Celulose	555,1	20,4	20,4	BA
2 Açúcar	538,7	19,8	40,2	AL, PE
3 Soja em grãos	380,1	14,0	54,2	BA, MA
4 Algodão e produtos têxteis de algodão	153,9	5,7	59,9	BA, CE, PB
5 Farelo de Soja	147,3	5,4	65,3	BA, PI
6 Álcool	122,1	4,5	69,8	AL, PE
7 Nozes e castanhas	110,7	4,1	73,9	CE, RN
8 Produtos do cacau	106,8	3,9	77,8	BA
9 Couro e pele de bovino	87,4	3,2	81,0	CE, RN
10 Frutas frescas	84,7	3,1	84,1	CE, RN, BA
11 Produtos de couro e peleteria	77,4	2,9	87,0	CE, RN
12 Papel	58,4	2,2	89,2	BA
13 Café verde e café torrado	46,5	1,7	90,9	BA
14 Sisal e produtos de sisal	26,8	1,0	91,9	BA
15 Outros	220,1	8,1	100,0	
TOTAL	2.716,0	100,0		

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 14 – Nordeste. Principais Produtos Importados do Agronegócio, de Jan a Jun/2009
US\$ Milhões

Produtos		Valor	%	% Acum.	Princ. Importadores
1	Cereais	287,4	38,2	38,2	PE, CE, BA
2	Cacau inteiro ou partido	140,2	18,6	56,8	BA
3	Produtos e subprodutos da indústria de moagem	86,2	11,4	68,2	PE
4	Papel	33,3	4,4	72,6	PE, CE, BA
5	Algodão e produtos têxteis de algodão	31,1	4,1	76,7	PB, CE
6	Peixes	27,3	3,6	80,3	PE, BA
7	Óleos vegetais	25,7	3,4	83,7	BA, CE
8	Bebidas alcoólicas	21,7	2,9	86,6	PE
9	Carne bovina	12,6	1,7	88,3	PE
10	Borracha natural e gomas de naturais	12,1	1,6	89,9	BA
11	Couro e pele de bovino	11,7	1,6	91,5	CE
12	Produtos do cacau	7,8	1,0	92,5	BA
13	Outros produtos alimentícios	7,5	1,0	93,5	PE
14	Celulose	5,7	0,8	94,3	PE
15	Outros	42,6	5,7	100,0	
TOTAL		752,9	100,0		

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

O Décimo Levantamento de Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2009a) aponta para um suave incremento de 0,5% na área destinada à safra 2008/2009 no Brasil, com cultivo de 47,6 milhões de hectares. A produção, contudo, deverá sofrer redução de aproximadamente 7,2% ante a safra 2007/2008, limitando-se a 133,8 milhões de toneladas de grãos (Tabela 15).

A situação ocorrida no Nordeste reflete o comportamento das demais regiões brasileiras: i) para algumas culturas, na Bahia, como o algodão e feijão, no Oeste do Estado, e amendoim no Centro-Oeste, a boa quantidade de chuvas favoreceu a fase de floração e enchimento de grãos; ii) noutras regiões, como as porções nordeste e central

de Pernambuco, sul de Sergipe, leste, nordeste e sudeste da Bahia, a ausência de chuvas prejudicou o desenvolvimento de algumas culturas; iii) já no nordeste do Piauí, noroeste, sul e leste do Ceará, centro-oeste e litoral do Rio Grande do Norte, norte e noroeste da Paraíba, foi o excesso de chuvas que comprometeu a produção. Assim, apesar da variação positiva em 0,3% na área destinada ao plantio de grãos no Nordeste (8,2 milhões de hectares), a produção deverá recuar 5,1%, sendo produzidos 11,9 milhões de toneladas.

Algodão

Com a colheita praticamente concluída no Centro-Sul e em avançado estágio no Nordeste⁹, espera-se uma produção de 3,1 milhões de toneladas na safra 2008/2009 de algodão, valor

⁹ No Centro-Sul, a colheita do algodão se concentra no período de maio a julho, enquanto no Nordeste acontece no trimestre junho/agosto.

Tabela 15 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos^(*). Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	1.712,1	1.618,0	(5,5)	2.371	2.391	0,8	4.059,0	3.868,2	(4,7)
NORDESTE	8.202,0	8.230,4	0,3	1.535	1.449	(5,6)	12.570,4	11.926,3	(5,1)
Maranhão	1.352,8	1.346,8	(0,4)	1.863	1.648	(11,5)	2.520,8	2.219,8	(11,9)
Piauí	950,5	1.017,1	7,0	1.552	1.636	5,4	1.475,6	1.663,8	12,8
Ceará	1.359,6	1.371,1	0,8	833	727	(12,7)	1.133,1	996,3	(12,1)
Rio Grande do Norte	193,5	153,0	(20,9)	621	684	10,1	112,3	104,6	(6,9)
Paraíba	409,4	413,1	0,9	558	655	17,4	228,6	270,5	18,3
Pernambuco	672,5	677,5	0,7	568	630	10,9	381,9	427,0	11,8
Alagoas	183,9	163,6	(11,0)	622	656	5,5	114,4	107,4	(6,1)
Sergipe	211,6	208,2	(1,6)	2.489	2.457	(1,3)	526,6	511,5	(2,9)
Bahia	2.868,2	2.880,0	0,4	2.119	1.953	(7,8)	6.077,1	5.625,4	(7,4)
CENTRO-OESTE	15.349,4	15.173,8	(1,1)	3.287	3.145	(4,3)	50.457,5	47.715,4	(5,4)
SUDESTE	4.824,0	4.782,0	(0,9)	3.614	3.540	(2,0)	17.434,3	16.930,0	(2,9)
SUL	17.336,3	17.841,2	2,9	3.439	2.990	(13,1)	59.616,1	53.338,2	(10,5)
NORTE/NORDESTE	9.914,1	9.848,4	(0,7)	1.679	1.604	(4,5)	16.629,4	15.794,5	(5,0)
CENTRO-SUL	37.509,7	37.797,0	0,8	3.399	3.122	(8,1)	127.507,9	117.983,6	(7,5)
BRASIL	47.423,8	47.645,4	0,5	3.040	2.808	(7,6)	144.137,3	133.778,1	(7,2)

Fonte: CONAB, 2009a.

(*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1^a e 2^a safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1^a, 2^a e 3^a safras), girassol, mamona, milho (1^a e 2^a safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

24,3% inferior à safra 2007/08 (Tabela 16). Esse valor reflete a redução em 52,8% na área plantada (840,4 mil hectares na atual safra), devido à falta de crédito decorrente da crise econômica internacional e, principalmente, o baixo preço pago pelo produto. Essa conjugação de fatores na época do plantio motivou a migração de parte dos produtores para a soja. Outro fator também determinante para essa situação foi o atraso nas chuvas no período de plantio na região Centro-Sul, que responde por 64,9% da produção nacional.

Acompanhando o ritmo nacional, o Nordeste deverá reduzir em 12,1% a área de plantio, utilizando-se 328,4 mil hectares para a produção, a qual é estimada em 1,1 milhão de toneladas, volume 21% inferior ao da safra 2007/08. A queda é consequência da situação da Bahia, responsável por 91,4% da produção nordestina de algodão em caroço. A estimativa lá é de redução de 10,3% na área e de 21,1% na produção. A falta de chu-

vas verificada no período de fevereiro a março na Bahia, no Maranhão e no Piauí, bem como o excesso de chuvas em abril e maio, contribuíram significativamente para a redução de 10,1% na produtividade regional.

O último levantamento do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) aponta para um declínio de 11,2% na safra 2008/09, alcançando 23,3 milhões de toneladas, com quedas expressivas na Índia e no Brasil. Já o consumo deverá crescer 2,6%, para 24,1 milhões de toneladas, por conta da retomada do crescimento mundial. Com essas perspectivas, os estoques de algodão deverão chegar aos menores níveis desde a safra 2003/04. Essas informações embasaram o comportamento dos contratos futuros na Bolsa de Nova York (NYBOT) em julho/09. Os papéis com vencimentos para outubro e dezembro de 2009 obtiveram, no mês, altas de 11,1% e 9,7%, sendo co-

Tabela 16 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	1,6	2,8	75,0	3.726	3.375	(9,4)	6,0	9,5	58,3
NORDESTE	373,6	328,4	(12,1)	3.666	3.296	(10,1)	1.369,5	1.082,4	(21,0)
Maranhão	12,3	12,8	4,1	3.750	3.435	(8,4)	46,1	44,0	(4,6)
Piauí	14,6	10,0	(31,5)	3.396	3.300	(2,8)	49,6	33,0	(33,5)
Ceará	4,5	2,9	(35,6)	745	700	(6,0)	3,4	2,0	(41,2)
Rio Grande do Norte	7,9	9,0	13,9	776	695	(10,4)	6,1	6,3	3,3
Paraíba	4,0	5,2	30,0	821	785	(4,4)	3,3	4,1	24,2
Pernambuco	3,1	2,8	(9,7)	760	835	9,9	2,4	2,3	(4,2)
Alagoas	11,6	2,5	(78,4)	357	345	(3,4)	4,1	0,9	(78,0)
Bahia	315,6	283,2	(10,3)	3.975	3.495	(12,1)	1.254,5	989,8	(21,1)
CENTRO-OESTE	658,4	481,6	(26,9)	3.918	3.990	1,8	2.579,5	1.921,5	(25,5)
SUDESTE	37,3	22,1	(40,8)	3.609	3.654	1,2	134,6	80,8	(40,0)
SUL	6,5	5,5	(15,4)	2.656	2.430	(8,5)	17,3	13,4	(22,5)
NORTE/NORDESTE	375,2	331,2	(11,7)	3.666	3.296	(10,1)	1.375,5	1.091,9	(20,6)
CENTRO-SUL	1.405,4	509,2	(63,8)	3.890	3.958	1,7	2.731,4	2.015,7	(26,2)
BRASIL	1.780,6	840,4	(52,8)	3.812	3.698	(3,0)	4.106,9	3.107,6	(24,3)

Fonte: CONAB, 2009a.

tados a 62,35 centavos de dólar por libra de peso (cents/lb) e 63,85 cents/lb, respectivamente¹⁰.

No mercado interno, a expectativa de chegada da nova safra e a valorização do real frente ao dólar norte-americano fizeram os preços declinarem. Na primeira quinzena de julho de 2009, a arroba da pluma foi cotada a R\$ 39,35 em São Paulo, queda de 0,84% no mês. Em Barreiras (BA), o preço declinou 0,88%, sendo cotada a R\$ 37,37, enquanto em Fortaleza foi negociada a R\$ 40,34, ou 0,81% inferior à cotação do mês anterior. Entretanto, no acumulado de 2009, observa-se uma valorização dos preços nessas três praças: 8,7% em Barreiras, 8% em Fortaleza e 4,4% em São Paulo (Gráfico 18).

Feijão

O feijão deverá ser cultivado em 4,2 milhões de hectares no Brasil, durante a safra 2008/2009, avanço de 4,4% em relação à safra 2007/08. O elevado preço pago ao produtor no final da safra

passada motivou o aumento da área destinada ao plantio na primeira safra 2008/09. Com o aumento da produção e a comercialização apenas no mercado interno, sem correspondente incremento na demanda, a consequente redução de preço desestimulou os produtores no plantio da segunda e terceira safras do atual ciclo. Com a falta de chuvas no Centro-Sul a produção ficaria em pouco mais de 3,5 milhões de toneladas, 0,2% a mais sobre o ciclo anterior (Tabela 17).

O Nordeste, cuja produção se concentra nas segunda e terceira safras, deverá sofrer redução de 1,4% na área cultivada, que soma 2,2 milhões de hectares. Conforme já visto, isso foi consequência dos baixos preços praticados à época do plantio. A escassez de chuvas na Bahia e o seu excesso no Ceará deverão ocasionar redução na produtividade da cultura. A previsão de colheita é de 982,9 mil toneladas no ciclo 2008/09, volume 7,2% inferior ao do ciclo 2007/08.

10 Valores referentes a 15/07/2009.

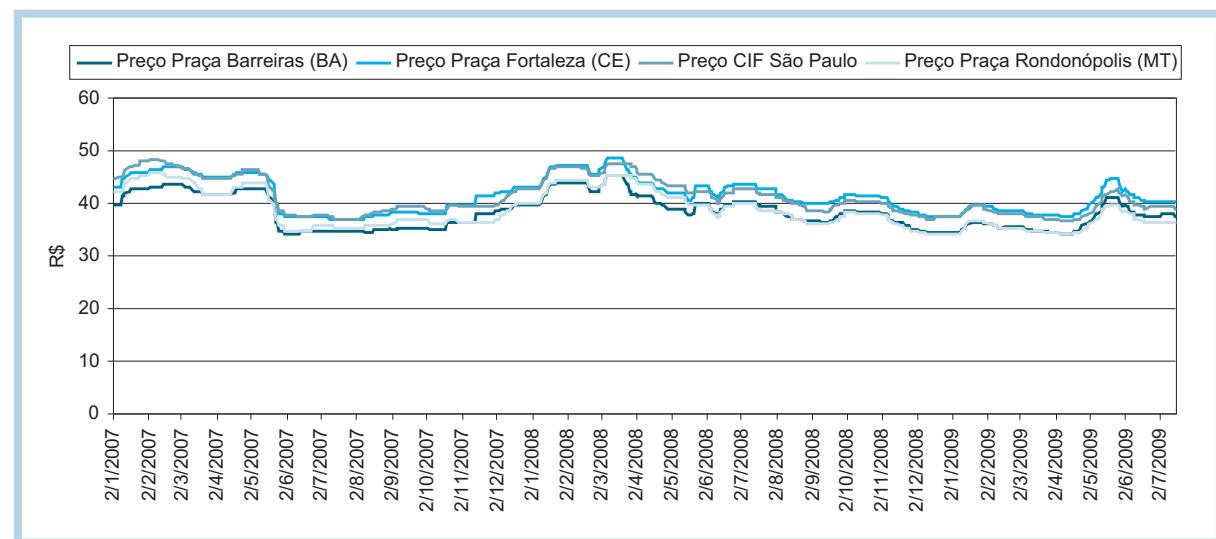


Gráfico 18 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2007 a julho/2009

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 17 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	161,8	166,4	2,8	763	848	11,1	123,4	141,2	14,4
NORDESTE	2.277,1	2.245,9	(1,4)	465	438	(5,8)	1.058,9	982,9	(7,2)
Maranhão	88,1	94,6	7,4	450	456	1,3	39,6	43,2	9,1
Piauí	238,0	246,4	3,5	274	307	12,0	65,3	75,8	16,1
Ceará	592,6	589,1	(0,6)	427	301	(29,5)	253,0	177,5	(29,8)
Rio Grande do Norte	81,4	59,2	(27,3)	412	444	7,8	33,5	26,3	(21,5)
Paraíba	203,7	205,5	0,9	427	435	1,9	87,0	89,4	2,8
Pernambuco	345,1	343,2	(0,6)	448	465	3,8	154,6	159,5	3,2
Alagoas	96,6	86,3	(10,7)	558	489	(12,4)	53,9	42,2	(21,7)
Sergipe	35,8	35,8	0,0	547	559	2,2	19,6	20,0	2,0
Bahia	595,8	585,8	(1,7)	591	596	0,8	352,4	349,0	(1,0)
CENTRO-OESTE	220,4	251,4	14,1	1.927	1.729	(10,3)	424,7	434,7	2,4
SUDESTE	626,4	632,9	1,0	1.382	1.466	6,1	865,6	927,5	7,2
SUL	707,3	872,2	23,3	1.482	1.193	(19,5)	1.048,0	1.040,8	(0,7)
NORTE/NORDESTE	2.438,9	2.412,3	(1,1)	485	466	(3,9)	1.182,3	1.124,1	(4,9)
CENTRO-SUL	1.554,1	1.756,5	13,0	1.505	1.368	(9,1)	2.338,3	2.403,0	2,8
BRASIL	3.993,0	4.168,8	4,4	882	846	(4,1)	3.520,6	3.527,1	0,2

Fonte: CONAB, 2009a.

Os preços do feijão seguem firmes no final do primeiro semestre de 2009. Além de uma produção nacional praticamente estável, outros fatores contribuem para este comportamento:

- a pouca disponibilidade do grão, especialmente dos tipos de melhor qualidade (a

oferta vem diminuindo em alguns estados, destacando-se o Paraná – maior produtor nacional – onde já foram comercializados 60% da produção);

- a intervenção governamental, por meio de seus instrumentos de comercialização (leilões de prêmio de escoamento de pro-

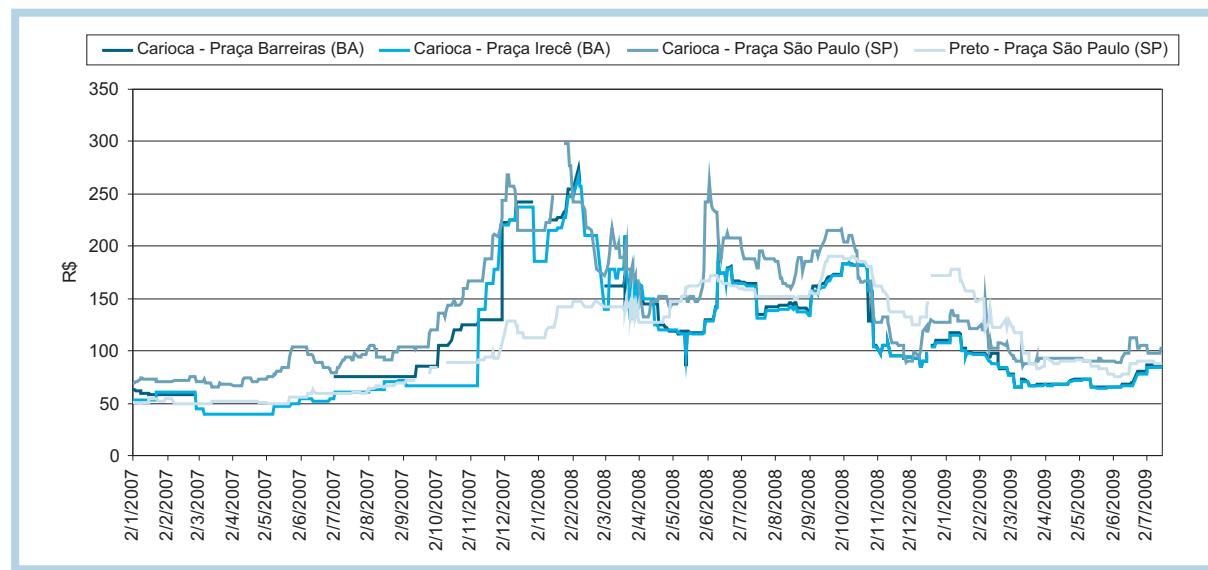


Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2007 a julho/2009

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

dução – PEP e equalizador pago ao produtor – Pepro);

- as aquisições via política de garantia de preços mínimos (AGF); e
- o clima, com estiagens no Sul e excesso de chuvas no Nordeste.

Os preços internos do feijão carioca tipo 1 na Bahia fecharam a primeira quinzena de julho/09 com expressiva alta em relação ao mês anterior, com a saca de 60 kg negociada a R\$ 86,50 em Barreiras (+26,3%), e a R\$ 84,50 em Irecê (+27,1%). Em São Paulo, os preços sofreram altas menos acentuadas, de 5,1% para o carioca tipo 1 (R\$ 97,50/saca) e 12,9% para o feijão preto (R\$ 87,50/saca)¹¹. Entretanto, esses valores ainda são inferiores aos observados no início de 2009 (Gráfico 19).

Milho

O baixo preço pago ao produtor no período de plantio da safra 2008/09 contribuiu para a redução de 4,2% da área cultivada com milho (14,1

milhões de hectares) e a migração de vários produtores para o plantio de soja. Esse fator, aliado à estiagem na fase de desenvolvimento vegetativo e floração no Centro-Sul e à geada no Paraná, contribuiu significativamente para a queda na produção desse cereal. A safra estimada é de 49,4 milhões de toneladas, volume 15,7% menor que o da safra 2007/08 (Tabela 18).

Contrariando a tendência nacional, a safra atual de milho nordestina deverá superar a anterior graças, em especial, às excelentes condições climáticas à época do plantio. A área cultivada avançou 1,7%, para cerca de três milhões de hectares, prevendo-se uma produção de 4,7 milhões de toneladas, 6,2% maior que a da safra passada. Destaque para a recuperação do Piauí e do Maranhão, que amargaram forte redução na safra 2007/2008, devido à prolongada estiagem.

Os preços do milho no mercado interno voltaram a declinar em julho de 2009, depois de leve alta observada a partir de abril. Apesar da queda esperada na safra 2008/09, o alto volu-

11 Valores referentes a 15/07/2009.

Tabela 18 – Milho Total (1^a e 2^a Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	572,3	518,2	(9,5)	2.399	2.381	(0,8)	1.372,8	1.233,9	(10,1)
NORDESTE	2.982,6	3.032,5	1,7	1.474	1.539	4,4	4.396,0	4.668,7	6,2
Maranhão	354,3	373,4	5,4	1.388	1.419	2,2	490,4	529,9	8,1
Piauí	290,9	329,0	13,1	1.110	1.605	44,6	322,9	528,0	63,5
Ceará	694,2	696,3	0,3	1.084	979	(9,7)	752,5	681,7	(9,4)
Rio Grande do Norte	79,5	71,2	(10,4)	677	588	(13,1)	53,8	41,9	(22,1)
Paraíba	193,0	194,0	0,5	666	856	28,5	128,5	166,1	29,3
Pernambuco	304,2	311,8	2,5	610	725	18,9	185,6	226,1	21,8
Alagoas	72,6	71,3	(1,8)	611	674	10,3	44,4	48,1	8,3
Sergipe	162,7	163,0	0,2	2.774	2.774	0,0	451,3	452,2	0,2
Bahia	831,2	822,5	(1,0)	2.366	2.425	2,5	1.966,6	1.994,7	1,4
CENTRO-OESTE	3.774,7	3.508,0	(7,1)	4.421	4.070	(7,9)	16.686,2	14.278,4	(14,4)
SUDESTE	2.350,9	2.243,6	(4,6)	4.857	4.815	(0,9)	11.417,6	10.802,5	(5,4)
SUL	5.086,2	4.838,6	(4,9)	4.872	3.816	(21,7)	24.779,7	18.466,1	(25,5)
NORTE/NORDESTE	3.554,9	3.550,7	(0,1)	1.623	1.662	2,4	5.768,8	5.902,6	2,3
CENTRO-SUL	11.211,8	10.590,2	(5,5)	4.717	4.112	(12,8)	52.883,5	43.547,0	(17,7)
BRASIL	14.766,7	14.140,9	(4,2)	3.972	3.497	(12,0)	58.652,3	49.449,6	(15,7)

Fonte: CONAB, 2009a.

me de estoque presente, o avanço nas colheitas da segunda e terceira safra e a baixa liquidez, devido à menor demanda para a exportação, influenciaram a redução nos preços do cereal. No mês, o preço da saca do milho manteve-se estável em Fortaleza, cotada a R\$ 29,00. Nas praças de São Paulo (preço CIF), Barreiras (BA) e Cascavel (PR), os preços declinaram, chegando a R\$ 20,00 (-11,9%), R\$ 17,00 (-5,6%) e R\$ 17,00 (-15%), respectivamente¹². Ocorrências no mercado externo, como as boas condições da lavoura norte-americana, a desvalorização do petróleo e a recuperação cambial do dólar, também impactaram negativamente o preço do milho no mercado brasileiro (Gráfico 20).

Na Bolsa de Chicago (CBOT), os preços dos contratos futuros continuam em queda, como decorrência da divulgação, em 30 de junho/2009, do último relatório do Departamento de Agricul-

tura dos Estados Unidos (USDA), dando conta de boas condições da safra norte-americana, aumento nos estoques mundiais e queda no preço do petróleo. Os contratos com vencimentos em setembro e dezembro de 2009 sofreram redução de 20,6% e 21,1% em um mês, sendo cotados a US\$ 3.23/bushel¹³ e US\$ 3.34/bushel, respectivamente. Para 2010, espera-se uma melhora nos preços, pois os contratos com vencimento em julho estão cotados a US\$ 3.66/bushel¹⁴.

Soja

Já encerrada a colheita da safra 2008/09 da soja no Brasil, observa-se um aumento de 2% na área de plantio, totalizando em 21,7 milhões de hectares. A soja foi favorecida com o baixo preço pago aos produtores de algodão e milho, muitos dos quais mesmo diante do mais alto custo de produção, em função da valorização cambial, op-

12 Valores referentes a 15/07/2009.

13 1 bushel de milho = 25,4kg.

14 Valores referentes a 15/07/2009.

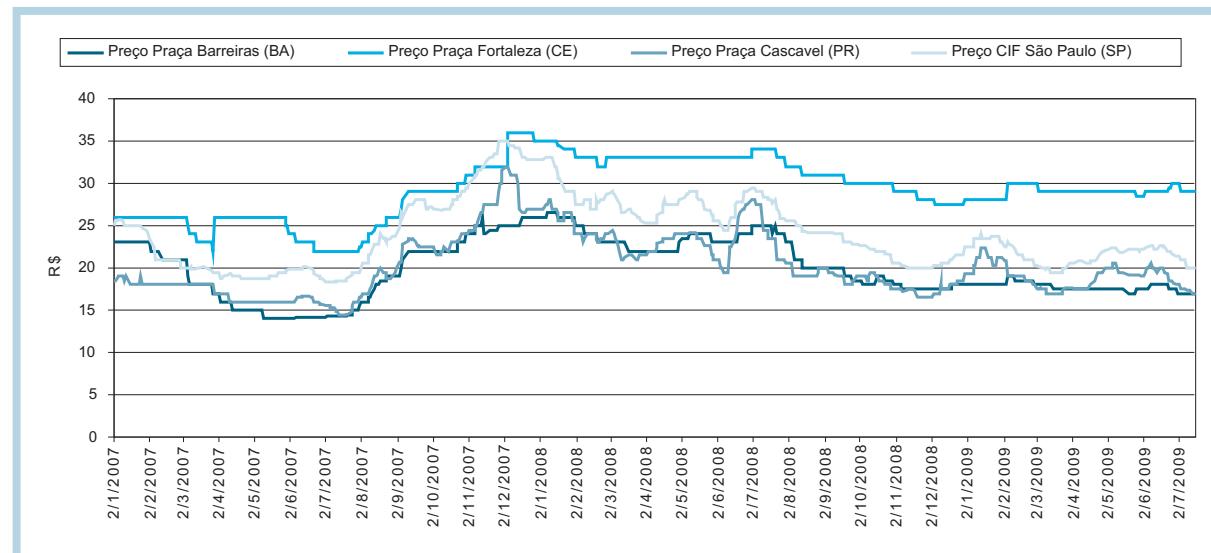


Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2007 a julho/2009

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

taram pela cultura, apostando no ganho de produtividade. Contudo, as expectativas deles foram frustradas em função da estiagem durante todo o desenvolvimento do grão, sobretudo no Centro-Sul, cuja produção corresponde a 90,2% do volume nacional. A produção deverá limitar-se a 57,1 milhões de toneladas, 4,8% abaixo do total da safra 2007/08 (Tabela 19).

No Nordeste, a área destinada ao plantio cresceu 1,8%, para 1,6 milhão de hectares. Mas a produção regional será fortemente impactada,

com redução de 13,6% sobre a safra anterior. A queda é consequência da estiagem no período de floração da planta nas regiões Oeste da Bahia e Sul do Maranhão, cujas produções correspondem a 57,9% e 23,8%, respectivamente, da produção nordestina. A estimativa da safra 2008/09 é de 4,2 milhões de toneladas.

Os preços internos da soja continuam bastante oscilantes, havendo, no entanto, a perspectiva de retomarem trajetória mais uniforme em função de previsões positivas para o setor. Apenas em ju-

Tabela 19 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	517,5	497,6	-3,8	2.845,2	2.846,0	0,0	1.472,4	1.416,1	-3,8
NORDESTE	1.580,1	1.608,8	1,8	3.056,6	2.594,0	-15,1	4.829,8	4.173,7	-13,6
Maranhão	421,5	387,4	-8,1	2.996,0	2.565,0	-14,4	1.262,8	993,7	-21,3
Piauí	253,6	273,9	8,0	3.231,1	2.789,0	-13,7	819,4	763,9	-6,8
Bahia	905,0	947,5	4,7	3.036,0	2.550,0	-16,0	2.747,6	2.416,1	-12,1
CENTRO-OESTE	9.634,8	9.900,1	2,8	3.021,8	2.943,0	-2,6	29.114,0	29.134,9	0,1
SUDESTE	1.396,0	1.446,1	3,6	2.853,4	2.764,0	-3,1	3.983,4	3.996,9	0,3
SUL	8.184,7	8.277,0	1,1	2.519,1	2.225,0	-11,7	20.618,1	18.413,3	-10,7
NORTE/NORDESTE	2.097,6	2.106,4	0,4	3.004,5	2.654,0	-11,7	6.302,2	5.589,8	-11,3
CENTRO-SUL	19.215,5	19.623,2	2,1	2.795,4	2.627,0	-6,0	53.715,5	51.545,1	-4,0
BRASIL	21.313,1	21.729,6	2,0	2.816,0	2.629,0	-6,6	60.017,7	57.134,9	-4,8

Fonte: CONAB, 2009a.

lho, observou-se novamente queda por conta da significativa valorização do real frente ao dólar norte-americano. No mês, o índice Cepea/Esalq acumulou perda de 3,1%, com a saca de 60 kg negociada a R\$ 47,77 em 15 de julho/2009. Outras praças apresentaram o mesmo comportamento, com quedas em um mês de 4,6% em Sorriso (MT), 7% em Balsas (MA) e 5,7% em Barreiras (BA), sendo a saca cotada a R\$ 39,50, R\$ 40,00 e R\$ 41,00, respectivamente.

Entretanto, desde o início de 2009, o produto apresenta valorização, com o índice Cepea/Esalq acumulando ganho de 1,7% e chegando a 10,8% em Barreiras (BA). A expectativa de redução da área plantada para a safra 2009/10 e de baixa do nível de estoque nos Estados Unidos, somadas a um aumento nas vendas externas para a China, dão suporte à manutenção dos preços (Gráfico 21).

Na Bolsa de Chicago (CBOT), os preços dos contratos futuros da soja voltaram a declinar em julho/09, com baixas em um mês de 9,6% e 10,3% para aqueles com vencimentos em agosto e setembro de 2009, cotados a US\$ 10,21/bushel¹⁵ e

US\$ 9,51/bushel, respectivamente¹⁶. A queda nos preços dos contratos na CBOT está associada à valorização do dólar e ao bom desenvolvimento da lavoura norte-americana, afetando inclusive contratos com vencimentos de longo prazo, como o de julho de 2010, com queda de 9,1% em um mês.

Café

De acordo com a Segunda Estimativa de Avaliação da Safra Agrícola Cafeeira da Conab (2009h), a produção brasileira na safra 2009 deverá alcançar 39,1 milhões de sacas, das quais 28,3 milhões (72,4%) de café arábica e 10,8 milhões (27,6%) de café robusta, como mostra a Tabela 20. Esse volume representa queda de 15% em relação à safra 2008, tendo como fatores preponderantes: i) a bienualidade negativa nas áreas de café arábica; ii) o regime de chuvas bastante irregular e temperaturas elevadas; e iii) menor investimento nos tratos culturais, devido ao elevado preço dos insumos.

A área em produção diminuiu 3,4%, comparativamente à da safra 2008, sendo o café cultivado

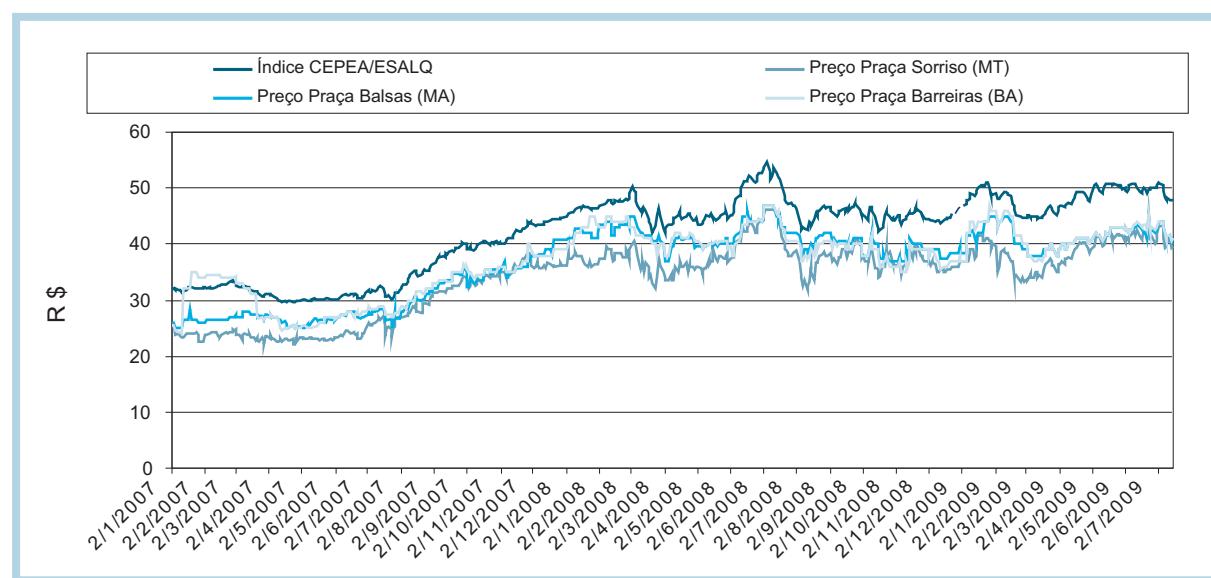


Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2007 a julho/2009

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

15 1 bushel de soja = 27,22kg.

16 Valores referentes a 15/07/2009.

Tabela 20 – Café Beneficiado. Comparativo de Área e Produção. Safras 2008 e 2009(*)

UF/Região	Área (em mil ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)								
	Safra 2008	Safra 2009	Var. %	Safra 2008			Safra 2009			Var. %		
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total			
Minas Gerais	1.048,2	994,8	-5,1%	23.545,0	36,0	23.581,0	18.965,0	271,0	19.236,0	-18,4%		
Sul e Centro-Oeste	551,5	506,6	-8,1%	12.118,0	-	12.118,0	9.388,0	-	9.388,0	-22,5%		
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	158,8	159,0	0,1%	4.534,0	-	4.534,0	3.708,0	-	3.708,0	-18,2%		
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	337,9	329,2	-2,6%	6.893,0	36,0	6.929,0	5.869,0	271,0	6.140,0	-11,4%		
Espírito Santo	489,6	486,2	-0,7%	2.867,0	7.363,0	10.230,0	2.502,0	7.553,0	10.055,0	-1,7%		
São Paulo	188,5	182,0	-3,4%	4.420,0	-	4.420,0	3.415,0	-	3.415,0	-22,7%		
Paraná	96,9	85,5	-11,8%	2.608,0	-	2.608,0	1.590,0	-	1.590,0	-39,0%		
Bahia	125,1	126,2	0,9%	1.566,0	576,0	2.142,0	1.381,0	552,0	1.933,0	-9,8%		
Oeste	13,5	12,1	-10,4%	495,0	-	495,0	516,0	-	516,0	4,2%		
Planalto	89,9	91,4	1,7%	1.071,0	-	1.071,0	865,0	-	865,0	-19,2%		
Atlântico	21,7	22,7	4,6%	-	576,0	576,0	-	552,0	552,0	-4,2%		
Rondônia	156,0	156,7	0,4%	-	1.876,0	1.876,0	-	1.706,0	1.706,0	-9,1%		
Mato Grosso	15,0	15,2	1,3%	12,0	126,0	138,0	12,0	130,0	142,0	2,9%		
Pará	12,9	12,9	0,0%	-	233,0	233,0	-	229,0	229,0	-1,7%		
Rio de Janeiro	13,6	13,9	2,2%	253,0	13,0	266,0	252,0	13,0	265,0	-0,4%		
Outros	24,1	23,7	-1,7%	213,0	286,0	499,0	206,0	296,0	502,0	0,6%		
BRASIL	2.169,9	2.097,1	-3,4%	35.484,0	10.509,0	45.993,0	28.323,0	10.750,0	39.073,0	-15,0%		

Fonte: CONAB (2009h). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica. (*) Os dados para a safra 2009 são previsões.

em 2,1 milhões de hectares, com a intensificação de práticas culturais como podas e recepas.

Estado que mais produz café na região, a Bahia deverá colher 1,9 milhão de sacas de café (9,8% menos que na safra 2008): 1,4 milhão do arábica e meio milhão do robusta. Destaque para cerrado baiano, que deverá apresentar a maior produtividade nacional para o café arábica. Com predomínio de elevado padrão tecnológico e irrigação em 100% das lavouras, a região do Oeste alcançará produtividade média de 42,6 sacas de café arábica por hectare, mais que o dobro da média nacional (18,1 sacas por hectare).

Ainda na Bahia, a região do Atlântico, cuja cafeicultura também é marcada por elevado padrão tecnológico, deverá atingir produtividade média de 24,3 sacas de café robusta por hectare, superando igualmente a média nacional, de 20,2 sacas por hectare. Já a região do Planalto baiano,

onde predominam pequenos produtores e baixo padrão tecnológico, a produtividade média de café arábica será de 9,5 sacas por hectare.

O comportamento dos preços do café no cenário internacional surpreendeu o setor. A expectativa de melhora não se confirmou e os contratos futuros de café arábica na Bolsa de Nova York (ICE Futures) com vencimentos em setembro e dezembro/2009 desvalorizaram-se em 4,4% e 4,2%, cotados a 117,95 centavos de dólar por libra de peso (cents/libra) e 120,95 cents/libra, respectivamente¹⁷. O mercado tem se apresentado estagnado, com poucas negociações, o que afeta negativamente o preço do produto. Entretanto, espera-se que o cenário melhore, uma vez que os contratos com vencimentos para 2010 apresentam valores superiores aos de 2009. Para julho de 2010, o contrato está sendo negociado a 127,65 cents/libra, enquanto para setembro de 2010, o valor chega a 129,45 cents/libra.

17 Valores referentes a 15/07/2009.

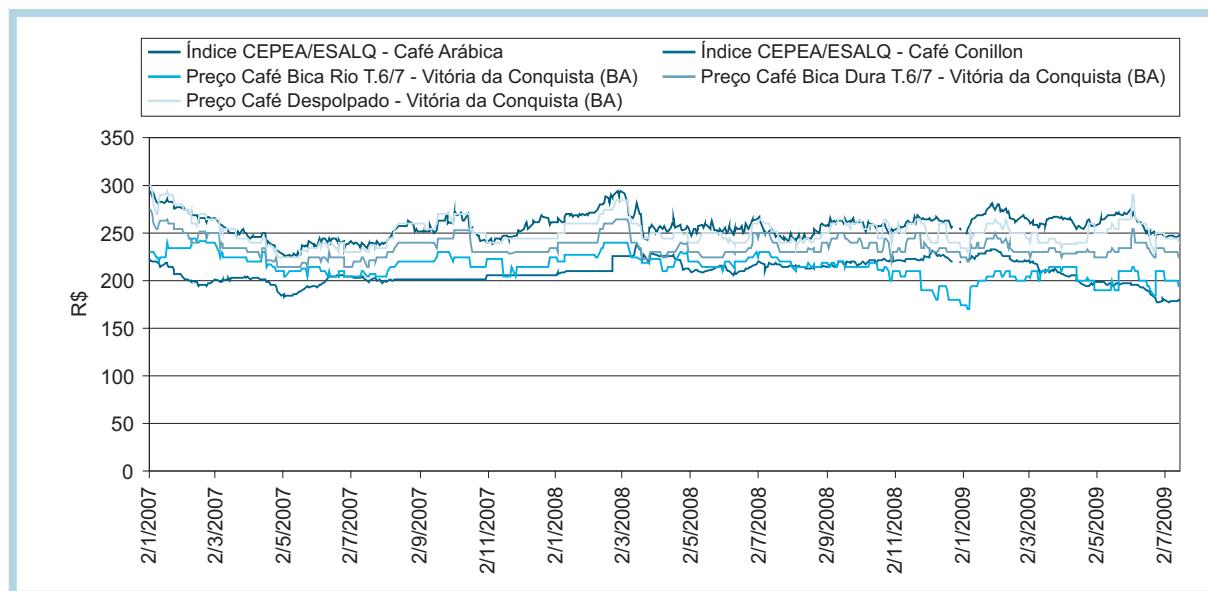


Gráfico 22 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2007 a julho/2009

Fonte: CMA, 2009; CEPEA/ESALQ, 2009d. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Em Vitória da Conquista (BA), os preços da saca chegaram a R\$ 195,00 para o café Bica Rio T.6/7 e R\$ 225,00 para o café Bica Dura T.6/7, registrando, desde o início de 2009, altas de 11,4% e 2,1%, respectivamente. O preço do café despolpado manteve-se estável, cotado a R\$ 240,00.

Os índices Cepea/Esalq apresentaram leve alta de 0,2% para o café arábica, cotado a R\$ 248,93 a saca de 60 kg, e baixa de 19,3% para o café conillon, cotado a R\$ 178,13¹⁸. Porém, os preços vêm apresentando desvalorização ao longo do mês. De junho a julho de 2009, houve queda de 2,5% para o café Bica Rio T.6/7, 6,3% para o café Bica Dura T.6/7, 7,7% no café despolpado e 0,2% e 6,3% nos índices Cepea/Esalq para os cafés arábica e conillon, respectivamente (Gráfico 22).

Cana-de-açúcar e derivados

A maior oferta de açúcar no mercado paulista fez o índice Cepea/Esalq declinar 5,3% em junho, com a saca de 50 kg cotada a R\$ 42,21. No Nordeste, o período de entressafra ocasionou

a elevação nos preços, com a saca alcançando R\$ 56,39, em Alagoas, e R\$ 55,47 em Pernambuco, altas no mês de 6,7% e 6,1%, respectivamente. Há expectativa de o mercado continuar aquecido, devido a um déficit atual de 3 a 4 milhões de toneladas de açúcar no cenário internacional (Gráfico 23).

Apesar da intensificação na moagem da cana-de-açúcar, os preços do álcool continuam se elevando. O menor direcionamento da safra 2009 para produção de álcool e o consumo aquecido justificam esse comportamento. O litro do álcool anidro foi cotado em junho/2009 a R\$ 0,99 em Alagoas, R\$ 1,00 em Pernambuco e R\$ 0,69 pelo índice Cepea/Esalq, registrando altas em um mês de 2%, 0,6% e 2,4%, respectivamente. Para o álcool hidratado, as altas foram mais significativas: 5,9%, em Alagoas, 0,7% em Pernambuco e 3,7% pelo Índice Cepea/Esalq, sendo o litro cotado a R\$ 0,90 em Alagoas e Pernambuco e R\$ 0,61 pelo índice Cepea/Esalq (Gráfico 24).

¹⁸ Valores referentes a 15/07/2009.

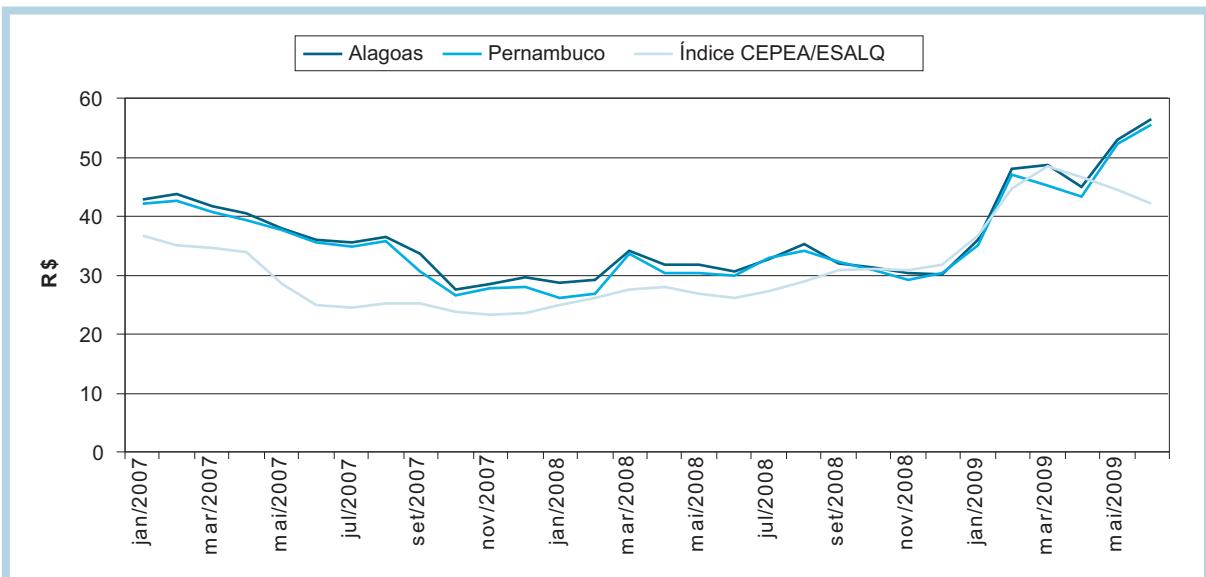


Gráfico 23 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2007 a maio/2009

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2009e. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

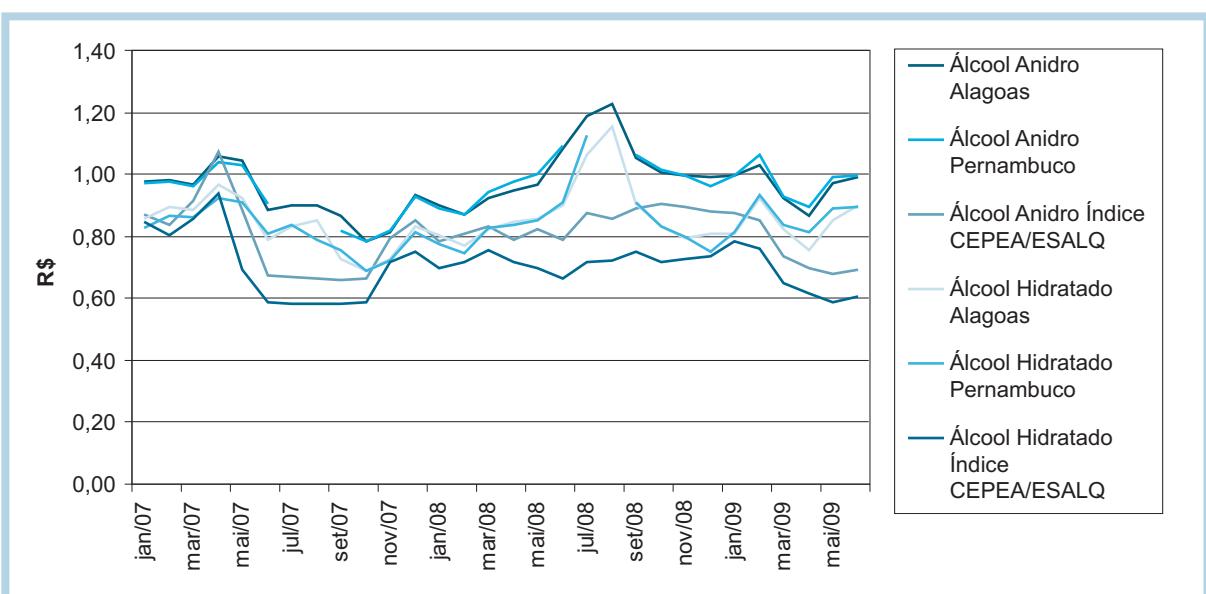


Gráfico 24 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2007 a maio/2009

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2009d. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.3 - Pecuária

Em maio de 2009, cautela foi a palavra de ordem para a pecuária nacional. O cenário ainda se mostra desfavorável aos produtores. Segundo o Cepea, em São Paulo, o preço do boi gordo acumulou uma baixa menor que a de fevereiro (0,7%),

com pecuaristas ainda pouco dispostos a negociar, limitando-se, na maioria dos casos, a ofertar pequenos lotes. A relação de troca desfavorável aos pecuaristas de recria/engorda influenciou para que esses agentes segurassem ao máximo as

vendas, mesmo dos animais com peso para abate, devido à escassez de pastagens. Os preços do bezerro (R\$ 633,71), ainda que em queda (2,76%), continuam elevados (CEPEA, 2009b).

O mercado externo continua não sendo uma boa opção: entre abril e maio, a queda em termos de volume foi de 12%, totalizando 75,1 toneladas. E em termos monetários, a recuperação do

preço em dólar em 7,3% foi praticamente anulada pela valorização do real em 6,5%. Em relação a maio de 2008, a redução em volume das exportações foi ainda maior: 23,2% para a carne bovina *in natura* e 21,3% para a industrializada, registrando-se redução em termos monetários, de 37,5% e 19,6%, respectivamente (CEPEA, 2009b; BRASIL/MDIC, 2009c).

REFERÊNCIAS

ANFAVEA. Carta da ANFAVEA, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.anfavea.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

ANFAVEA. Produção de Autoveículos por Tipo e Combustível, jul. 2008. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas/autoveiculos/tabela10_producao.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas do SPB, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ce/pedce.xml#>>. Acesso em: 30 jul. 2009a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2009b.

_____. **Sistema gerenciador de séries temporais** (Operações de crédito Pessoas físicas), abr. 2008. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 27 out. 2008.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN. Fortaleza: BNB, 2009. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

BNDES. Bancos já podem receber pedidos de financiamento para bens de capital com redução de juros. Disponível em: <<http://www.bnDES.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2009a.

BNDES. Exportação responde por mais da metade da queda da produção industrial. Visões de Desenvolvimento, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.bnDES.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2009b.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Aliceweb. Disponível em: <<http://www.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2009a.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Aliceweb. Balança Comercial Bahiana. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2009b.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Exportações brasileiras por grupo de produtos. Maio. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1246046362.doc>. Acesso em: 6 ago. 2009c.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

CAGED. **Evolução do emprego por nível setorial**, jan., fev., abr., mai., jun. 2009. Disponível em:<<http://estatistica.caged.gov.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

CEPEA. **Agronegócio não esboça sinais de melhora**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 10 jul. 2009a.

CEPEA. **Agromensal**, jun. 2009b. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

CEPEA. **Agromensal**: informações de mercado. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/Escola Superior Agrícola Luís de Queiroz/BM&FBovespa, maio de 2009c. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/05_maio/Pecuaria.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Algodoao.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009a.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de milho**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Milho.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009b.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de soja**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Soja.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009c.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Cafe.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009d.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de açúcar & álcool**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>

agromensal/2009/04_abril/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 21 jul. 2009e.

CMA (Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A). **Trading Analysis Information**. São Paulo: CMA, 2009.

CNA. **Indicadores rurais**, jun. 2009. Brasília: CNA, 2009. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Décimo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos**, julho/2009a. Brasília: CONAB, 2009.

CONAB. **Conjuntura semanal**: algodão – período 06 a 10/07/2009b. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Conjuntura semanal**: feijão – período 15 a 19/06/2009c. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Conjuntura semanal**: milho – período 06 a 10/07/2009d. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Conjuntura semanal**: soja – período 29/06 a 03/07/2009e. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Conjuntura semanal**: café – a período 22 a 26/06/2009f. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Conjuntura semanal**: cana-de-açúcar – período 22 a 26/06/2009g. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CONAB. **Acompanhamento da safra 2009 brasileira de café**: segunda estimativa, maio/2009h. Brasília: CONAB, 2009.

CONAB. **Acompanhamento da safra 2009 brasileira de cana-de-açúcar**: primeiro levantamento, abr. 2009i. Brasília: CONAB, 2009.

CONTAS Abertas. **Investimentos da União em 2009 são os maiores desde a criação do Plano**

Real. Disponível em: <<http://www.contasabertas.uol.com.br>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

DENATRAN – Sistema RENAEST. Frota de veículos Emplacados, por mês de fabricação, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, maio 2009. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/download/frota/Frota2009.zip>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Fortaleza, jul. 2009a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ce/pedce.xml#>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Recife, nov. 2009b. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrife/pedrmr0609.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Salvador, nov. 2009c. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa_2009.xml#>. Acesso em: 31 jul. 2009.

DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2009d.

FGV. In: Banco Central do Brasil. Dados Econômicos Consolidados. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

FIEB. Acompanhamento Conjuntural, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

FUNCEX/IEA. Apesar da ajuda, montadoras cortam 5.500 vagas. Disponível em: <<http://www.fucex.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009a.

FUNCEX/IEA. Exportação de açúcar cresce 53% e bate recorde. Sistema de Informações. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009b.

FUNCEX/IEA. Suzano fecha acordo com a vale para erguer fábrica no Maranhão. Sistema de

Informações Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009c.

FUNCEX/IEA. Sistema de Informações FUNCEX/IEA. Máquinas e equipamentos têm queda de 32% no ano. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009d.

FUNCEX/IEA. Endividamento já supera em 50% as receitas das usinas do Nordeste. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009e.

GLOBAL 21. China sustenta a venda de celulose brasileira em 2009. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

IBGE. Contas Nacionais 1º Trimestre 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2009a.

IBGE. Pesquisa anual do comércio, 2009b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioservico/pac/2007/pac2007.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

_____. Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - Brasil, jun. 2009c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

_____. Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF Regional, jun. 2009d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2009.

_____. Pesquisa mensal de comércio, mai. 2009e. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. SIDRA: índice de preços. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2009f.

_____. Pesquisa Mensal de Emprego, jun. 2009g. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia). **Estoques de aço plano recuam 6,3%**. Canal de Notícias. Disponível em www.ibs.org.br. Acesso em 5 ago. 2009.

IEDI. A ascensão do investimento interrompida. Carta IEDI nº 372. Disponível em: <<http://www.iedi.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2009a.

IEDI. O maior déficit da indústria durante a crise. Carta IEDI 374. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 25 jul. 2009b.

INDICADORES rurais. Disponível em <http://www.canaldoprotudor.com.br/sites/default/files/VBP_junho_2009.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

4 - Emprego e Rendimento

4.1 - Brasil

A crise econômica mundial já tem mostrado efeitos negativos no emprego no Brasil e na região Nordeste, em particular. Os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indicam que, a despeito do crescimento no estoque de empregos, o ritmo desse incremento é decrescente. Entre junho de 2009 a julho de 2008, foram criados 390 mil novos postos de trabalho com carteira assinada no país, uma alta de 1,3% no estoque de empregos no período. Em relação ao saldo gerado entre junho de 2008 e julho de 2007, houve uma queda brusca, já que nesse período houve a contratação de quase 1.900 mil trabalhadores. Esse resultado negativo deve-se, principalmente, à indústria de transformação, que eliminou 284 mil ocupações em 12 meses.

Considerando ocupações formais e informais apenas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio, Salvador e São Paulo, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE indica pequena elevação na taxa de desocupação de

junho de 2009 (8,1%), em relação a junho de 2008 (7,8%). O contingente ocupado mostrou-se praticamente estável (21 milhões de pessoas). A população desocupada, contudo, cresceu 3,3% com acréscimo de pouco mais de 60 mil pessoas em 12 meses. Houve redução na taxa de desocupação nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, e aumento nas áreas de Recife e São Paulo. Ainda segundo a PME, em junho de 2009, a população ocupada auferiu rendimento médio de R\$ 1.312,30, uma alta real de 2,9% em relação a junho de 2008.

Em termos mundiais, o panorama continua pessimista. Estados Unidos, Europa e Japão, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), terão suas taxas de desempregos elevadas a níveis incomuns, em relação à série histórica recente. Nos EUA, evoluiria de 5,8%, em 2008, para 8,8%, em 2009, e 10,1% em 2010; na União Européia, 7,5%, 10,1% e 11,5%, nos referidos anos; no Japão, 4,0%, 4,6% e 5,6%, idem. Não há projeções disponíveis para países em desenvolvimento

4.2 - Nordeste

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, referente a junho de 2009 estimou uma taxa de desocupação¹ de 10,2% para a Região Metropoli-

tana (RM) de Recife e 11,2% para a de Salvador. Em junho do ano passado, elas foram de 8,5% e 12,1%, respectivamente (Gráfico 1).

¹ Desocupação, na metodologia da PME, diz respeito a pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram trabalho nos últimos sete dias. Esse é o conceito de desemprego aberto.

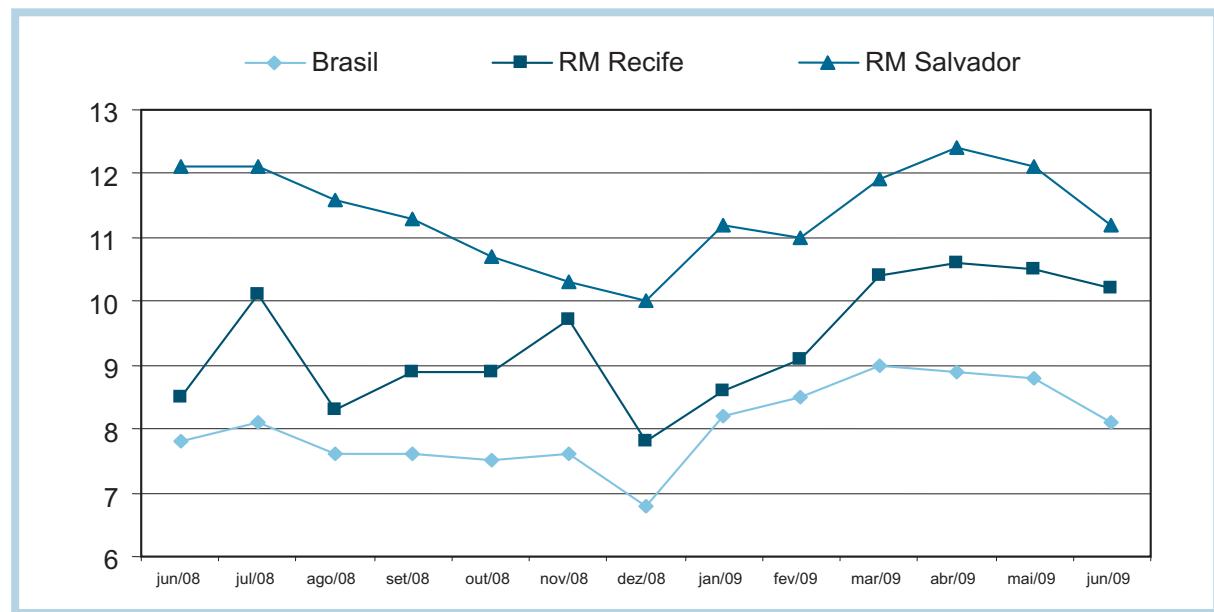


Grafico 1 – Taxa de Desocupação (%)

Fonte: IBGE, 2009a. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Interessante destacar que, como efeito negativo da crise internacional, as taxas de desocupação das regiões metropolitanas de Recife e Salvador experimentaram crescimento entre janeiro e abril deste ano reduzindo-se nos dois meses subsequentes, até junho, indicando, provavelmente, atenuação do efeito negativo da referida crise. Destaque-se, também, na região de Salvador, que a trajetória descendente da taxa de desocupação durante todo o segundo semestre de 2008 foi revertida a partir de janeiro deste ano, crescendo até abril, decrescendo em maio e junho, como já referido.

Entre junho de 2008 e junho de 2009, o Censo Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE registrou 390 mil novos postos no estoque de empregos formais² do país (alta de 1,3%), e de 110 mil ocupações na região Nordeste (alta de 2,6%). Entre os estados nordestinos, o destaque positivo ficou com o Ceará, em especial o setor de serviços relacionados ao turismo, como alojamento e alimentação, com acréscimo de 7,6 mil ocupações formais. O destaque negativo ficou com o Rio Grande do Norte, especialmente o setor

da construção civil, que eliminou 2,8 mil empregos formais, no período.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), realizada pelo IBGE, indicou que, entre maio de 2008 e maio de 2009, o emprego formal na indústria³ nos estados da Bahia e do Ceará manteve-se praticamente inalterado. Enquanto isso, Pernambuco registrou queda de 3,6%. Em âmbito nacional, o estoque de empregos formais na indústria sofreu queda de 1,1%.

Vale, ainda, observar o comportamento do rendimento nas duas principais regiões metropolitanas da região Nordeste em junho de 2009, segundo a PME e a Pimes. A RM de Recife registrou rendimento médio de R\$ 850,00, praticamente inalterado, em 12 meses. Na RM de Salvador, assinalou R\$ 1.081,00, registrando queda de 3,7%, também em 12 meses, segundo a PME (ver Gráfico 2). De acordo com a Pimes, que considera os salários pagos na indústria, os valores reais médios cresceram 6,4% no Ceará, 4,2% na Bahia e 2,7% em Pernambuco. Em âmbito nacional, registrou-se crescimento de 3%.

2 Empregos com carteira assinada.

3 Empregos com carteira assinada na indústria

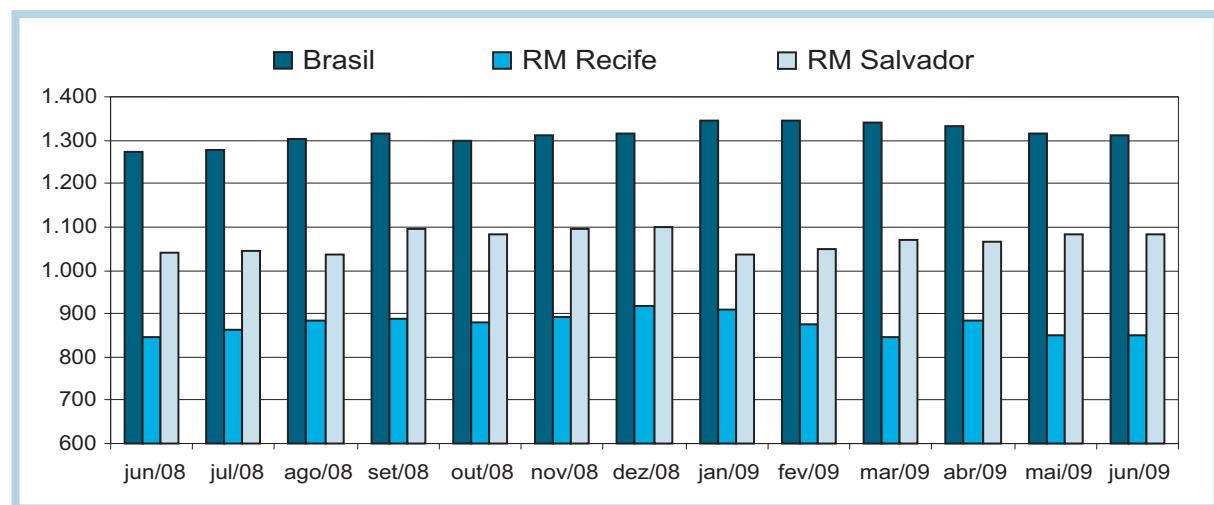


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$)

Fonte: IBGE, 2009a. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O emprego formal nas RMs de Recife e Salvador cresceu 2,6%, o dobro do ritmo médio nacional (1,3%), segundo o Caged. Especificamente no caso dos empregos formais na indústria, a Pimes mostra queda, nacional e regionalmente, neste último caso, devido principalmente ao desempenho negativo verificado em Pernambuco. Os números de desemprego indicam redução na taxa de desocupação na RM de Salvador e alta na RM de Recife, mas permanecem em patamares superiores à média nacional, segundo a PME. Quanto ao rendimento do trabalho, a PME mostra, em geral, números mais favoráveis no país do que no Nordeste, enquanto a Pimes, que considera apenas os empregos na indústria, revela que o crescimento nacional foi acompanhado pelo regional.

Vale salientar que esses números sobre os aspectos conjunturais do emprego na região devem ser analisados à vista das características estruturais de seu mercado de trabalho.

O Nordeste contabilizou aproximadamente 6,5 milhões de empregos formais ou 17,5% dos empregos formais do país⁴, dos quais 34% vinculavam-se à administração pública, 26,5% a serviços, 16,1% ao comércio e 13,7% à indústria de transformação e 3,5% ao setor agrícola. Bahia, Pernambuco e Ceará respondem por 62,2% dos empregos formais do Nordeste, com 27,2%, 18,9% e 16,1% do total, respectivamente.

A análise desse quadro muda quando acrescidos os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), também de 2007. Aí, considerando-se as ocupações formais e informais, o setor agrícola passa a ter grande relevância no Nordeste: responde por 33,8% da população ocupada ante uma participação de apenas 19,3% para o Brasil.

O Nordeste também se caracteriza pela precariedade do emprego, já que os trabalhadores com carteira assinada respondem por apenas 27% da população ocupada na região ante 40% no Brasil.⁵

⁴ Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é um registro administrativo do MTE, de periodicidade anual, com cobertura de 97% dos estabelecimentos formais do país. Suas características possibilitam o conhecimento da estrutura do mercado formal de trabalho no país. A última versão da Rais reúne dados referentes a 2007.

⁵ A população ocupada é formada por empregados, conta própria, empregadores e não-remunerados, segundo o IBGE.

REFERÊNCIAS

FMI. World economic outlook database. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/weodata/index.aspx>>.

Acesso em: 30 jul. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/caged/estatistica/Textos/2009/Junho/Sumario.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2009a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação anual de informações sociais: referência 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2009b.

IBGE. Pesquisa industrial mensal de emprego e salário. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>>. Acesso em: 30 jul. 2009a.

_____. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 30 jul. 2009b.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 30 jul. 2009c.

5 - Setor Externo



O desaquecimento da economia mundial repercutiu no desempenho do setor externo brasileiro. As exportações nacionais, acumuladas no período de janeiro a julho de 2009 em US\$ 69.952 milhões, foram 22,8 % inferiores ao valor registrado no mesmo período de 2008. O saldo positivo da balança comercial no primeiro semestre de 2009 (US\$ 13.997 milhões) pôde ser alcançado graças ao menor valor das importações que refluuiu 29,5%, somando US\$ 55.954 milhões, como reflexo do desaquecimento da economia nacional, conforme constatado no capítulo 3 – Nível de Atividade – de Conjuntura.

A diminuição da demanda externa por produtos brasileiros revelou-se mais acentuada nos Estados Unidos, que reduziram suas compras em 43,7%, seguindo-se Mercosul (-40,7%) e Europa Oriental (-40,6%). Dentre os países que são destinos das exportações brasileiras, cumpre ressaltar o crescimento da participação da China nas vendas externas, que se expandiram em torno de 41%, relativamente ao primeiro semestre de 2008.

O declínio das exportações brasileiras teria sido mais expressivo, não fora a desvalorização da taxa de câmbio efetiva real, no comparativo de junho de 2009 com junho do ano anterior. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), a desvalorização não se distribuiu uniformemente para todos os parceiros

comerciais brasileiros. No caso da taxa R\$/US\$, por exemplo, a desvalorização alcançou 6,8%. Na análise da taxa R\$/€, registrou-se desvalorização de apenas 1,4%.

É importante salientar que ocorreu decréscimo das exportações tanto no *quantum*, quanto no preço das vendas externas. Praticamente todos os setores da Cnae¹ perderam terreno na quantidade exportada, especialmente os de manufaturados e semimanufaturados. Os produtos da agricultura e da pecuária tiveram crescimento de 29% na quantidade exportada até junho de 2009, o que pode ser explicado por sua baixa elasticidade-renda² e pela involução de 10% em seus preços.

Esse quadro de retração de demanda e de preços no comércio internacional levou a novas projeções da Funcex para as exportações (US\$ 163 bilhões) e importações (US\$ 137 bilhões) brasileiras em 2009. Esses números seriam representativos de uma baixa de 17,6% nas exportações do país e de 20,9% nas suas importações, comparativamente a 2008. Pesquisa junto a instituições financeiras, relatada no documento Focus, do Banco Central, aponta para uma retração ainda maior: expectativa de US\$ 156 bilhões para as exportações e US\$ 133 bilhões para as importações.

A análise regionalizada dos dados de comércio exterior revela que os setores exportadores

¹ Classificação Nacional de Atividades Econômicas

² A elasticidade-renda da demanda é a medida da variação da quantidade demandada relativamente a mudanças na renda. Produtos agrícolas possuem baixa elasticidade-renda, razão pela qual o desaquecimento da economia dos países compradores não implica significativos impactos na demanda por esses produtos.

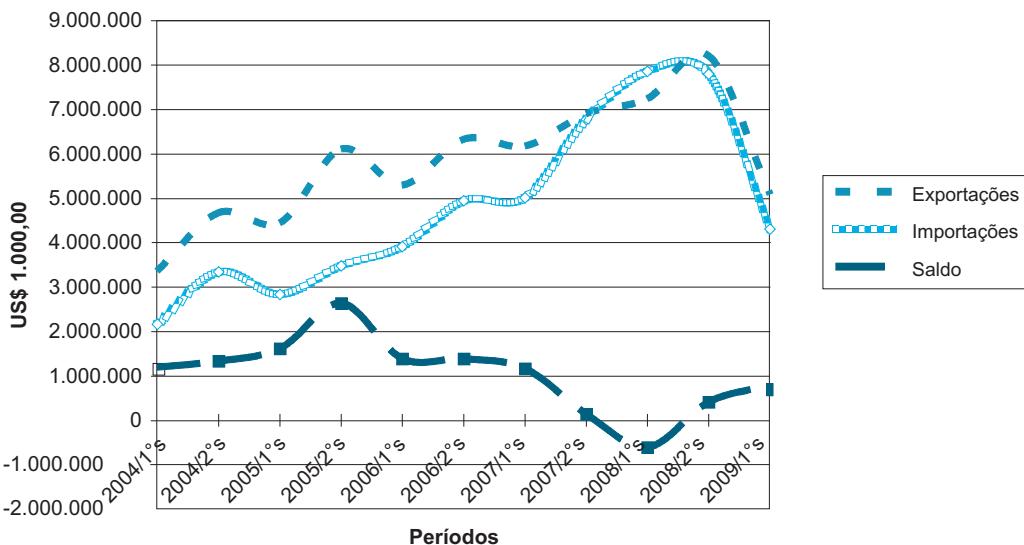


Gráfico 1 – Nordeste. Evolução do Comércio Exterior – 2004/2009

Fonte: Brasil.MDIC. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

do Nordeste sofreram maior impacto que os do Brasil. As exportações regionais caíram 29,7%. O *quantum* declinou 27,3% e o preço médio não ponderado, 3,3%.

A ocorrência desse fato deve-se à maior participação dos produtos industrializados na pauta nordestina, uma vez que os industrializados são mais sensíveis à involução da renda nos países compradores. Os produtos manufaturados e semimanufaturados representaram 77% das exportações da região no primeiro semestre de 2009. No Brasil, essa participação ficou em 56%. As exportações dos produtos industrializados nordestinos regrediram 34,2%, comparando-se janeiro a junho de 2009 com igual período de 2008. Os produtos manufaturados recuaram mais ainda (38,8%). A evolução do comércio exterior regional é apresentada no Gráfico 1.

As exportações de produtos básicos, que têm menor valor agregado, diminuíram apenas 4,7%, aumentando, portanto, sua participação no total da pauta. Entre o primeiro semestre de 2008 e o de 2009, passou de 15,8% para 21,4%.

Quanto ao destino das exportações nordestinas, em valores monetários, 62% do total con-

centraram-se em três blocos: União Européia, 24,2%, Ásia (exclusive Oriente Médio), 20%, e Estados Unidos, 17,8%. Assim como ocorreu com relação ao total exportado pelo Brasil, é importante destacar que a China mais do que duplicou sua participação nas exportações nordestinas: de 6%, no primeiro semestre de 2008, para 13%, no primeiro semestre de 2009. Hoje, o país já é o segundo maior parceiro das exportações nordestinas, atrás dos Estados Unidos.

Dentre os dez principais destinos das exportações do Nordeste, as cinco maiores quedas observadas no período 1º Sem.-2008/09 foram: Holanda (65,3%), Itália (59,1%), Alemanha (48,8%), Estados Unidos (41,7%) e Argentina (40,3%). Outros três destinos registraram crescimento nas compras de produtos oriundos da região: China (50,7%), Reino Unido (13,2%) e Suíça (63%).

A avaliação da trajetória de longo prazo da balança comercial nordestina revela a ocorrência de sucessivos superávits desde 2003. Essa tendência foi revertida por um curto período no primeiro semestre de 2008. Já no segundo semestre de 2008 a região começou a apresentar pequenos saldos positivos. A comparação entre o saldo do primeiro semestre de 2009 e o do segundo semestre de

2008 revela crescimento de 90,6%. A razão desse fato, contudo, não é auspíciosa: deve-se a um recuo acentuado de 44,8% nas importações, ao mesmo tempo em que as exportações tornaram-se menores em 38% (Gráfico 1).

O desempenho das exportações regionais no primeiro semestre de 2009 torna-se mais compreensível no exame do desempenho dos principais capítulos da pauta nordestina. Dos dez principais capítulos, que respondem por 61,1% da pauta, apenas “sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.” e “plásticos e suas obras” tiveram incremento, de 72,8% e 21% respectivamente. Sementes e frutos oleaginosos, que representavam 3,1% das exportações no primeiro semestre de 2008, elevaram sua participação para 7,6% nesse primeiro semestre (Gráfico 2).

Assim, o perfil do comércio internacional nordestino apresentou algumas modificações este ano. Do décimo segundo lugar, o capítulo sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. passou para o terceiro maior em valor exportado (US\$ 385 milhões), no primeiro semestre de 2009. Por sua vez, o capítulo combustíveis minerais, óleos

minerais, ceras minerais, etc. desceu do primeiro para o décimo primeiro lugar.

No tocante às exportações regionais, houve retrocesso de 29,7% no período em análise (jan.-jun./09 a jan.-jun./08). O Piauí foi o único estado com expansão no período (58,2%). Os maiores decréscimos ocorreram no Maranhão (-36,9%), na Bahia (-34,2%) e na Paraíba (-28,6%).

No caso das importações a baque foi de 44,8%. A maior regressão verificou-se nas importações do Maranhão (-70,9%), seguido por Alagoas (-54,4%) e Bahia (-43,2%). A Paraíba foi o único estado que experimentou crescimento significativo nas importações (19,3%).

Devido ao fato de não haverem ocorrido mudanças estruturais recentes na matriz industrial da região, suas exportações no período permanecem concentradas no segmento de insumos industriais, com 75,4% do total exportado, sendo 54,4% para bens intermediários e 3,3% para combustíveis e lubrificantes³. Dessa maneira, o Nordeste revela-se, em nível internacional, no mesmo papel que ocupa na matriz produtiva nacional: o de produtor

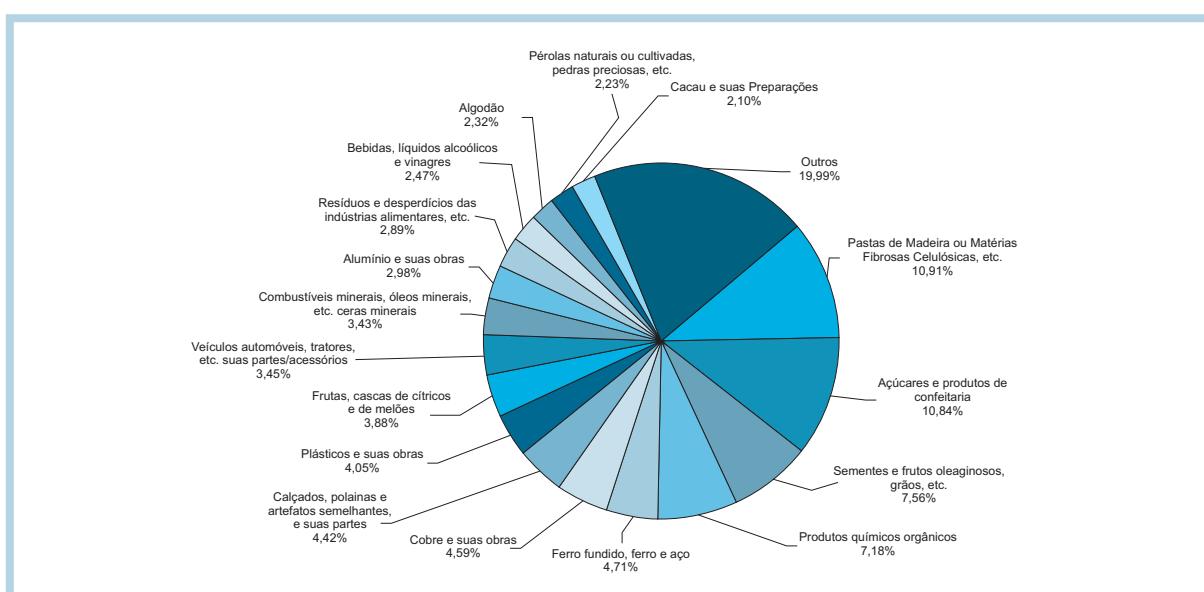


Gráfico 2 – Nordeste. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

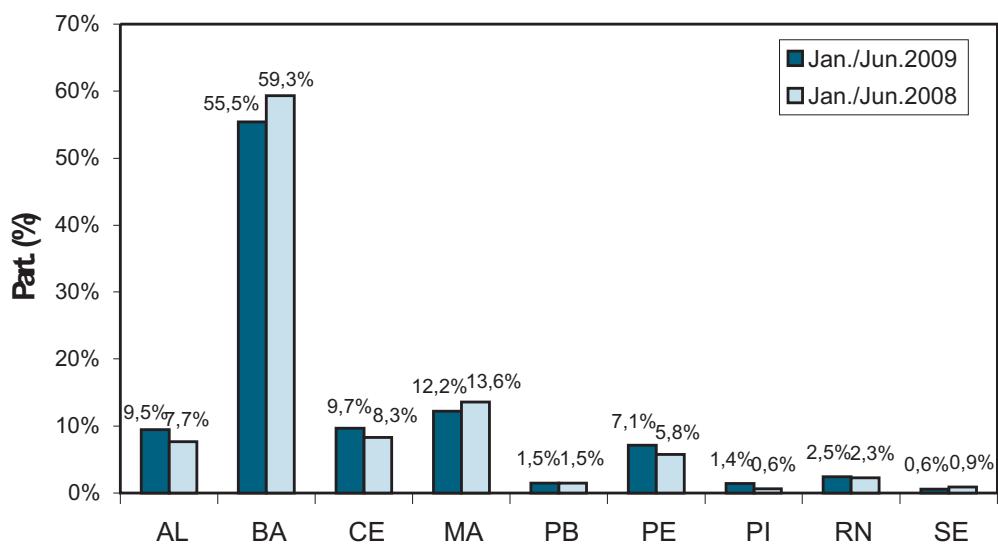


Gráfico 3 – Participação Proporcional (%) dos Estados no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

de bens intermediários. A exportação de bens de capital da região permaneceu inexpressiva, com menos de 1% do total exportado. A participação estadual na pauta está no Gráfico 3.

Na análise por estado, a Bahia continuou a deter a maior participação nas vendas externas regionais. Foram US\$ 2.823 milhões, correspondendo 55,5% das exportações nordestinas. Constatou-se que o valor exportado retrocedeu 34,3%, comparado com o do mesmo período de 2008. Dentre os estados nordestinos, a Bahia é o que apresenta a pauta exportadora mais diversificada e foi um dos que apresentaram maiores variações no fluxo de comércio, no período em análise. Dos cinco principais capítulos, dois tiveram decréscimos significativos e apenas um cresceu, o de sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (+ 59,7%). Os demais caíram: combustíveis, óleos e ceras minerais (- 81%); cobre e suas obras (- 54,5%); e veículos, automóveis, tratores, ciclos, etc. (- 45,1%), conforme detalha o Gráfico 4.

No Maranhão, segundo maior exportador regional, houve queda de 36,9% nas vendas do primeiro semestre de 2009 (US\$ 623 milhões) relativamente ao mesmo período de 2008 (US\$ 988 milhões). A pauta exportadora maranhense é bastante concentrada. Apenas cinco capítulos detêm 95,7% das exportações do estado, dos quais o de sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. registrou o expressivo avanço de 122% quando comparados o primeiro semestre de 2009 com o de 2008. Nos outros quatro capítulos a redução foi a seguinte: ferro fundido, ferro e aço, 34,3%; alumínio e suas obras, 53,5%; minérios, escórias e cinzas, 67%; e produtos inorgânicos, etc., 48,1% (Gráfico 5).

Tanto o Maranhão como a Bahia apresentaram expressivos incrementos na venda externa de sementes e frutos oleaginosos, capítulo em que preponderou a exportação de soja. Essas exportações foram favorecidas pela quebra de safra de grãos na Argentina e pela crescente demanda da China. O Maranhão foi desfavorecido nas exporta-

³ Combustíveis e lubrificantes representavam 8,9% da pauta de exportação da região em 2008.

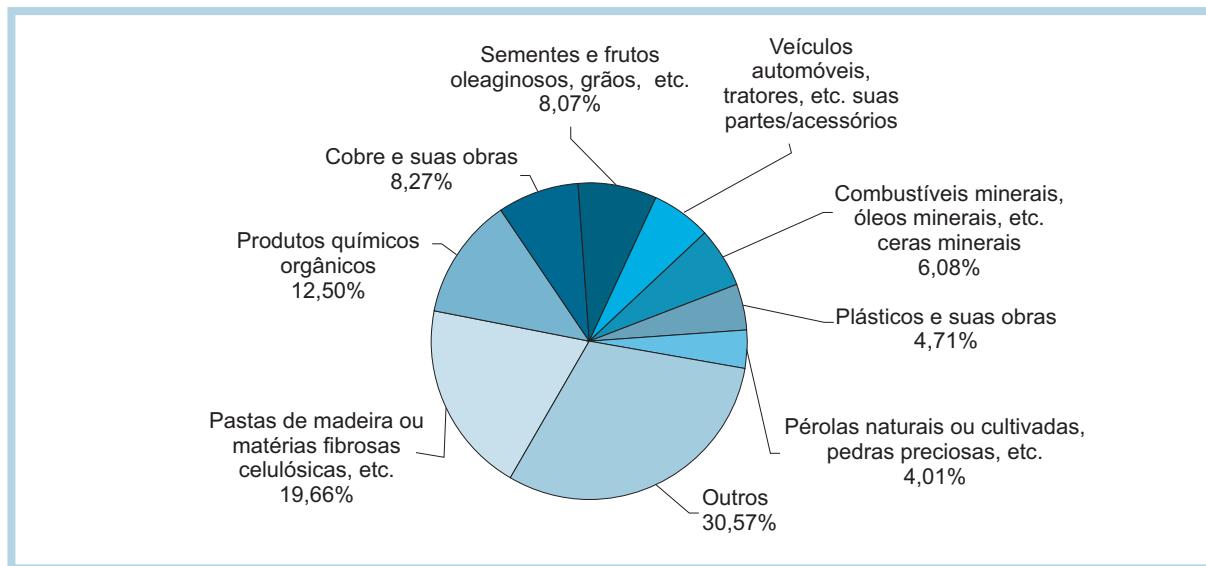


Gráfico 4 – Bahia. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

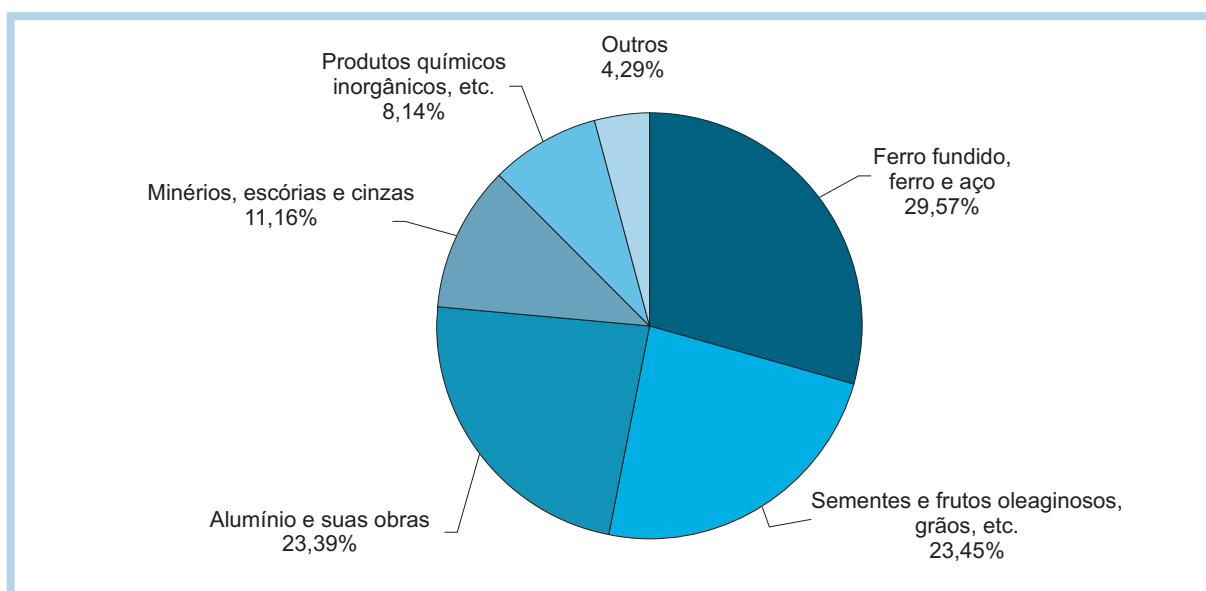


Gráfico 5 – Maranhão. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

ções de minérios, em virtude de esse insumo ser demandado pela produção de máquinas e equipamentos e pela construção civil – atividades que sentiram forte impacto da crise mundial.

O Ceará ocupou o terceiro lugar nas exportações nordestinas do primeiro semestre de 2009,

com vendas de US\$ 494 milhões, redução de 17,8% na comparação com o primeiro semestre de 2008, quando foi exportado o equivalente a US\$ 601 milhões. A situação refletiu o comportamento negativo observado nos quatro principais capítulos, que, juntos, representam 68,6% do total exportado: peles, exceto a peleteria (peles com

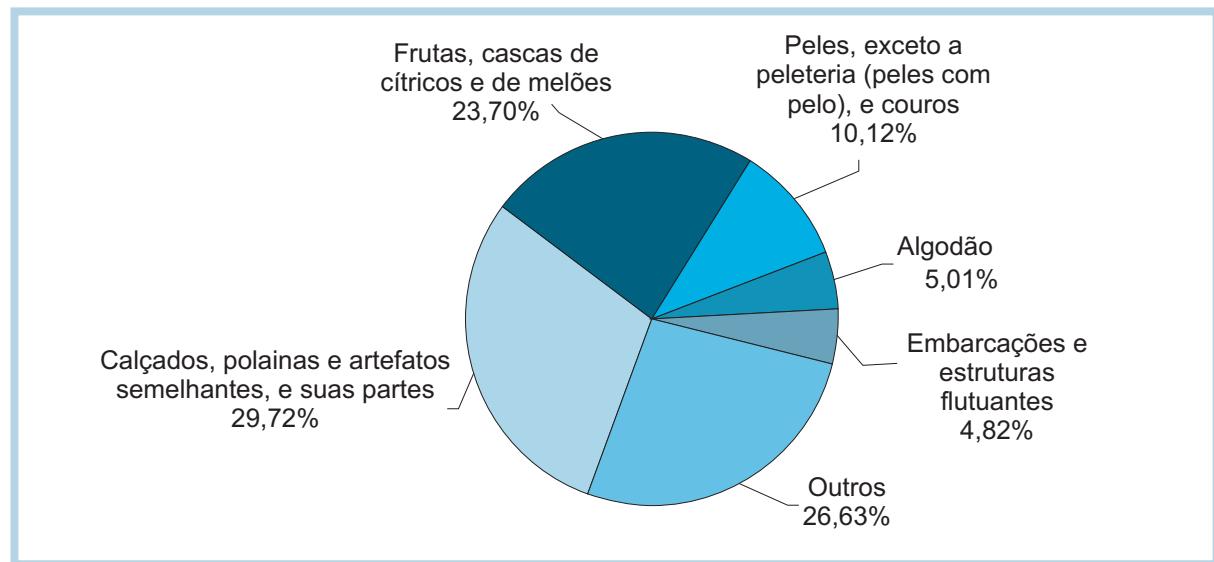


Gráfico 6 – Ceará. Participação dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

pelo), e couros (-52%); algodão (-48%); calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes (-10%); e frutas, cascas de cítricos e de melões (-7,5%). Cabe ressaltar o desempenho do capítulo embarcações e estruturas flutuantes, com exportações no montante de US\$ 23,9 milhões, registrando o expressivo crescimento de 376% entre os dois períodos comparados (Gráfico 6).

A liderança do capítulo calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes, com quase um terço de todo o valor exportado pelo Ceará, constitui fenômeno da presente década. A importância que o setor calçadista vem adquirindo pode ser avaliada por sua participação no valor de transformação industrial do estado (em torno de 22%) e também na geração de empregos formais.

Pernambuco ocupou o quinto lugar nas exportações nordestinas do primeiro semestre de 2009, com US\$ 364 milhões em vendas para o exterior, 12,9% abaixo dos US\$ 418 milhões obtidos no primeiro semestre de 2008. Foi o estado a ter o menor impacto no período.

A pauta pernambucana é ainda mais concentrada que a do Ceará, com cinco capítulos respon-

dendo por 77,6% do total. Os principais a assinalar expansão no primeiro semestre de 2009 foram plásticos e suas obras, com avanço de 58,9%, e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (álcool), com 82,3%. Os capítulos máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc. e transações especiais decresceram 46,2% e 50%, respectivamente. Os demais capítulos, que representam 22,4% do total exportado, caíram 46,7% entre os dois semestres comparados. O Gráfico 7 mostra a participação dos capítulos no total das exportações do Pernambuco.

No Piauí, o crescimento de 58,2% das exportações no período janeiro a junho de 2009, comparado ao primeiro semestre de 2008, pode ser justificado pela importância de três capítulos exportadores. O capítulo resíduos e desperdícios das indústrias alimentares (bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja), fora da pauta estadual no primeiro semestre de 2008, respondeu por 50,9% do valor exportado no primeiro semestre de 2009, totalizando US\$ 37 milhões. No segundo semestre de 2008 essa cifra foi de US\$ 8 milhões.

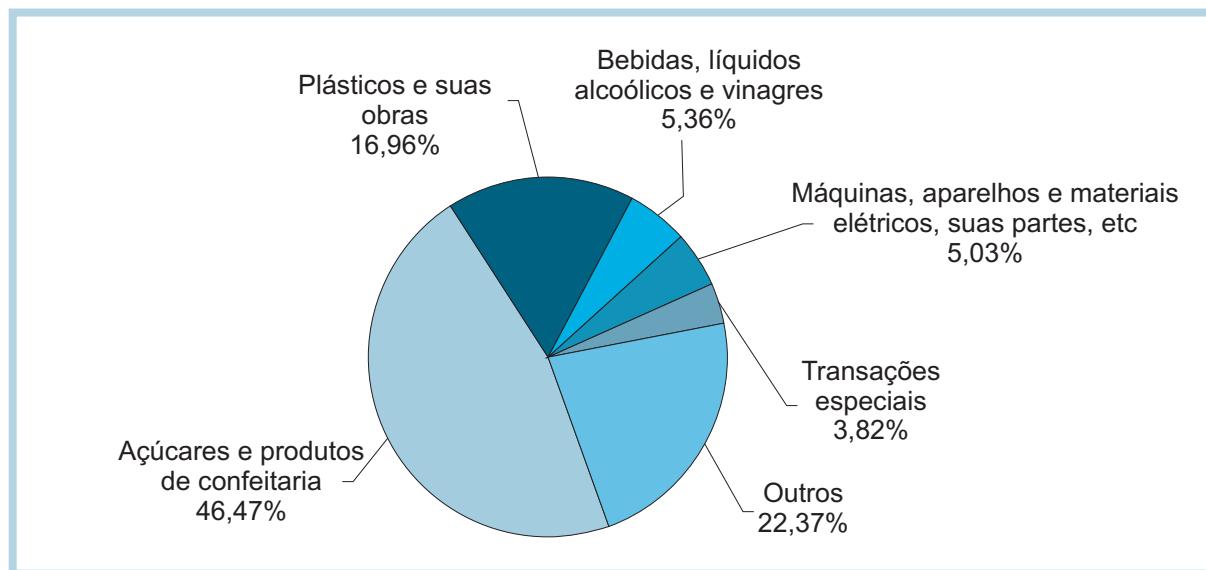


Gráfico 7 – Pernambuco. Participação dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O capítulo leite e laticínios, ovos de aves e mel natural, etc. cresceu 81,8% entre os dois semestres analisados, chegando a gerar uma exportação de US\$ 4 milhões. O capítulo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (álcool etílico não desnaturalizado, com teor alcoólico maior ou igual a 80%) também não chegou a fazer parte da pauta estadual no primeiro semestre de 2008. No segundo semestre de 2008, seu volume exportado foi de

US\$ 1,5 milhão contra US\$ 1,4 milhão no primeiro semestre de 2009. Mais detalhes no Gráfico 8.

Sergipe exportou o correspondente a US\$ 30 milhões no primeiro semestre de 2009. Com a perda de dinamismo a participação estadual no conjunto das exportações regionais baixou de 0,9% para 0,6%. A pauta sergipana concentrou-se basicamente em quatro capítulos: açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 11,5 milhões), preparação de produtos

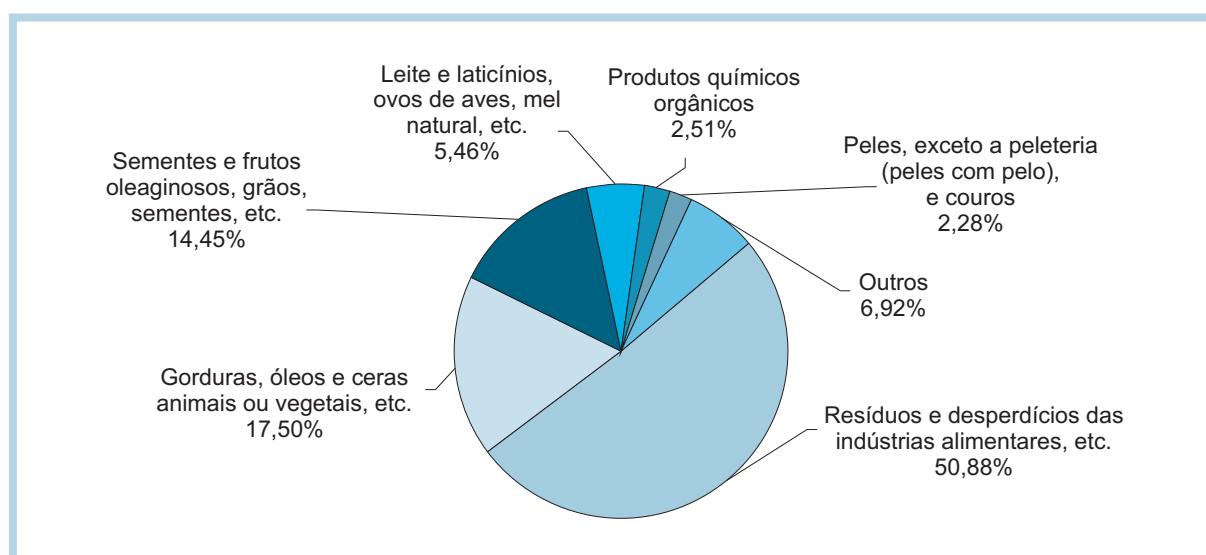


Gráfico 8 – Piauí. Participação dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

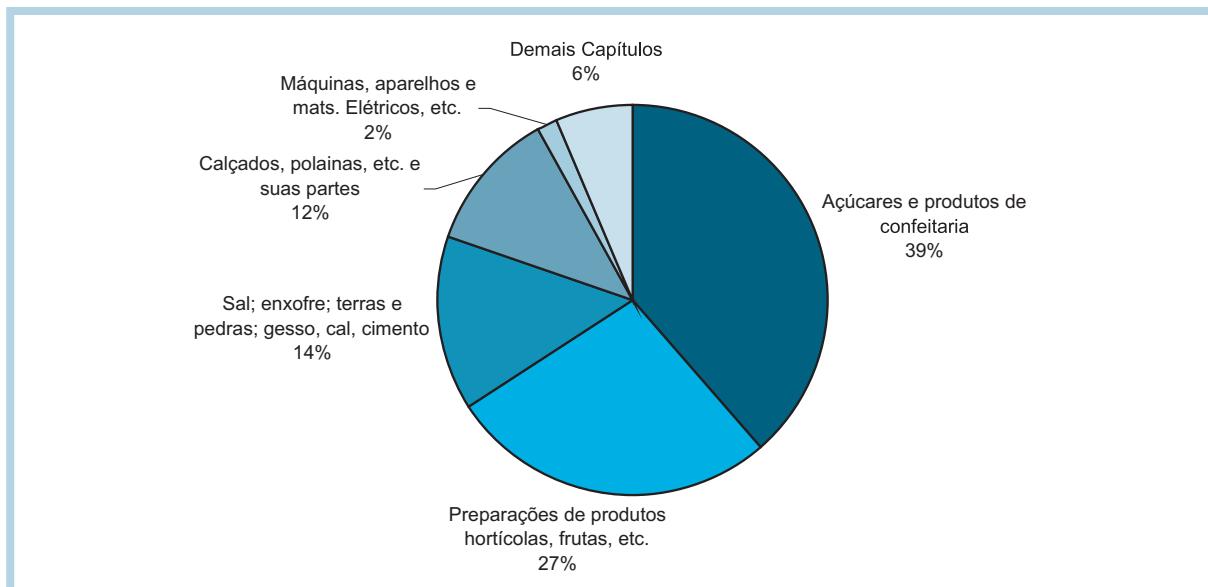


Gráfico 9 – Sergipe. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

hortícolas, frutas, etc. (sucos), com vendas de US\$ 8 milhões; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento (cimentos e quartzitos), com US\$ 4,3 milhões; e calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes (calçados que cobrem o tornozelelo, parte superior de borracha ou plástico), com vendas de US\$ 3,4 milhões. Juntos, esses quatro capítulos responderam por 92% das exportações do estado no primeiro semestre de 2009 (Gráfico 9).

No primeiro semestre de 2009, Alagoas exportou US\$ 483 milhões, diminuição de 13,1% ante os US\$ 556 milhões do primeiro semestre de 2008 – foi um dos estados onde as exportações caíram menos. O capítulo açúcares e produtos de confeitoria respondeu por 73,3% do total da pauta, seguido por bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, com 20,1%. Cabe ressaltar que o capítulo produtos químicos inorgânicos, cujo montante negociado

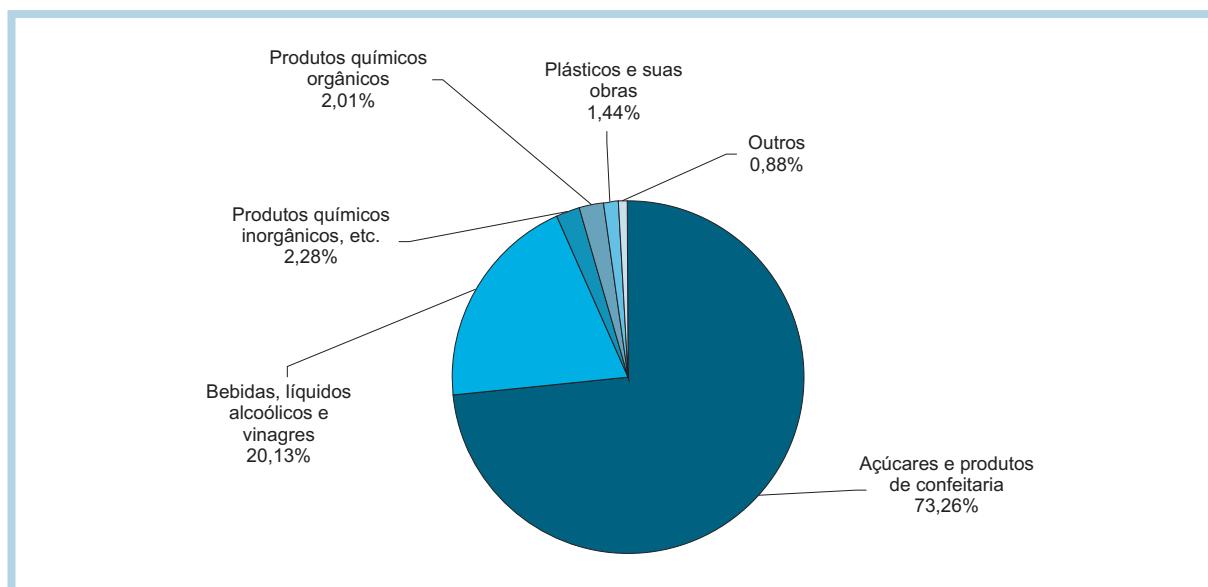


Gráfico 10 – Alagoas. Participação dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

correspondeu a 2% das exportações do primeiro semestre de 2009, não chegou a participar da pauta do primeiro semestre de 2008 (Gráfico 10).

As vendas do Rio Grande do Norte para o exterior alcançaram US\$ 125 milhões no primeiro semestre de 2009, volume 24,3% inferior ao obtido em idêntico período de 2008. O grande destaque continua sendo o capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (melões frescos, castanha de caju e bananas frescas ou secas), cujas vendas alcançaram US\$ 49 milhões. Esse grupo de produtos respondeu sozinho por 39,6% das exportações no primeiro semestre de 2009. Somado a outros três (açúcares e produtos de confeitaria; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento) representam, juntos, 77,3% do total das exportações do Rio Grande do Norte (Gráfico 11).

Na Paraíba, as exportações chegaram a US\$ 77 milhões no primeiro semestre de 2009, com recuo de 28,6% sobre o valor obtido no primeiro semes-

tre de 2008. O capítulo calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes, com US\$ 36,5 milhões em vendas, é o mais representativo da pauta paraibana, respondendo por 47,6% do seu total. Os três principais capítulos exportadores do estado concentram 85,8% do volume vendido. O Gráfico 12 ilustra a participação desses grupos nas exportações da Paraíba.

Uma visão prospectiva das exportações nordestinas aponta para um recuo das exportações em 2009, comparativamente a 2008, estimada em pelo menos 23%. Um dos produtos que mais cresceram em vendas no primeiro semestre de 2009 (83,6% no caso do farelo e 73,6% no caso do grão), a soja não deve repetir o mesmo desempenho no segundo semestre de 2009. As elevadas vendas do grão, no início do ano, reduziram o estoque brasileiro do produto (THE SOY, 2009). A demanda por soja, no mercado mundial, ainda deverá permanecer aquecida (GRAINS, 2009), comandada pelos países asiáticos, especialmente a China, cujo PIB poderá subir 8% no corrente ano.

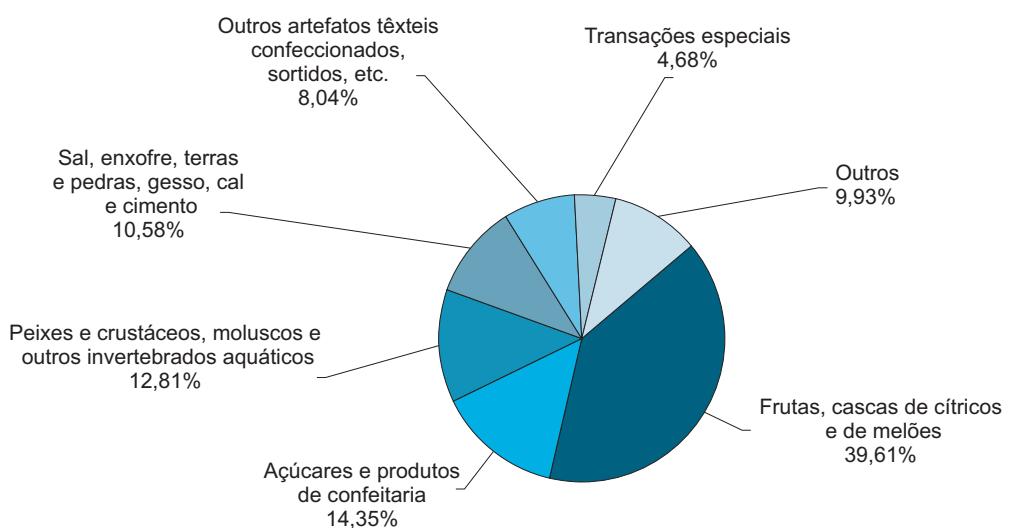


Gráfico 11 – Rio Grande do Norte. Participação dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

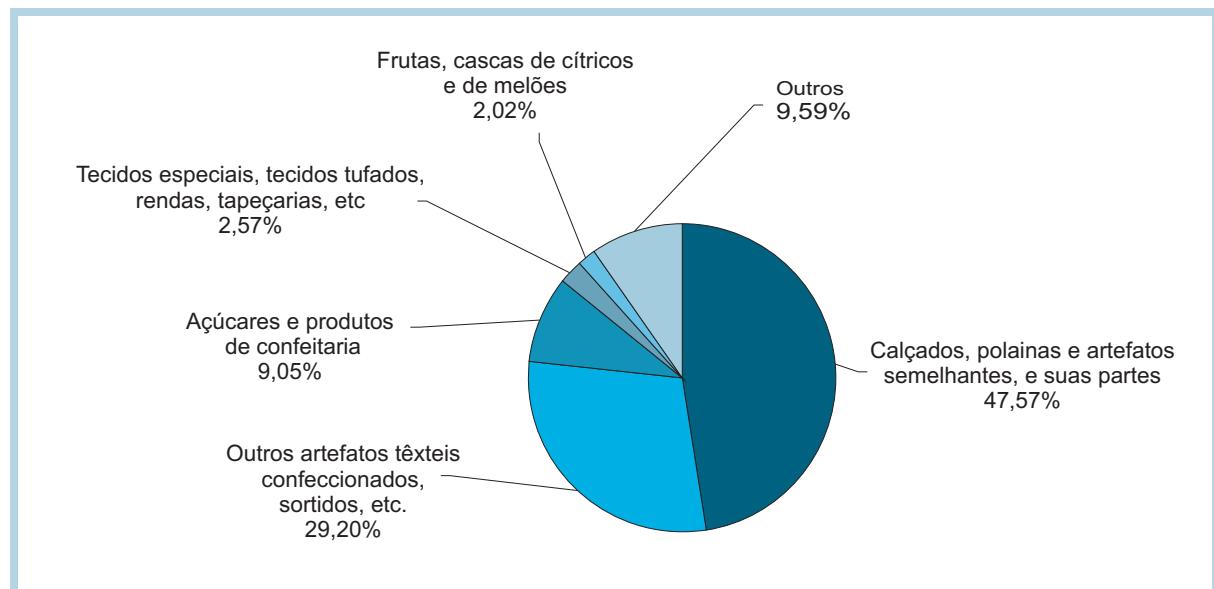


Gráfico 12 – Paraíba. Participação dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2009

Fonte: Brasil.MDIC, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central do Brasil.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2009.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2009a.

BRASIL. MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2009b.

FUNCEX. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2009.

THE SOY Export Weekly Update, july 27, 2009. Disponível em: <<http://www.grains.org/asa-we>

ekly-update/1806-the-soy-export-weekly-update-july-27-2009. Acesso em: 19 ago. 2009.

GRAINS-Soy extends gains after 7 pct export-driven rally. Disponível em: <http://www.forbes.com/feeds/reuters/2009/07/31/2009-07-31T060951Z_01_SYD396183_RTRIDST_0_MARKETS-GRAINS-UPDATE-1.html> . Acesso em: 19 ago. 2009.

MORGAN Stanley forecasts 2009 China GDP growth of 7% to 8%.

Disponível em: <http://www.chinaknowledge.com/Newswires/News_Detail.aspx?type=1&NewsID=23604>. Acesso em: 19 ago. 2009.

6 - Finanças Públicas

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

C

Com o objetivo de minimizar os impactos da crise financeira global sobre a economia brasileira, o Governo Federal adotou uma política fiscal anticíclica, caracterizada pela redução de impostos, aumento dos investimentos públicos, ajudas diretas a empresas e setores produtivos que enfrentam maiores dificuldades e até aquisição de participações societárias de governos estaduais em instituições financeiras com problemas de liquidez/solvência. Com esse conjunto de medidas, pela primeira vez desde 1999, o Governo utiliza a política fiscal para amortecer flutuações no nível da atividade econômica.

Como consequência, em junho deste ano a União registrou déficit primário de R\$ 643,8 milhões, mais que o dobro do observado em maio (R\$ 302,9 milhões). Por outro lado, no acumulado do ano (até junho), o superávit do Governo Central alcançou R\$ 18,6 bilhões, equivalente a 1,28% do PIB, contra R\$ 61,4 bilhões (4,4% do PIB) no mesmo período do ano passado. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 1,8% no período, enquanto as despesas cresceram 17,1% (Tabela 1).

Dentre as razões para esse crescimento dos gastos públicos no período, destacam-se: a maior

dinâmica das despesas discricionárias, que se elevaram em R\$ 11,2 bilhões, influenciadas, principalmente, pelos gastos na área de saúde, que avançaram R\$ 5,8 bilhões em relação ao primeiro semestre de 2008; o aumento de 17,2% no déficit da Previdência Social, evoluindo de R\$ 18,2 bilhões para R\$ 21,3 bilhões entre o primeiro semestre de 2008 e de 2009; e o aumento de 21,8% nos gastos públicos com investimentos.

O aumento da arrecadação líquida da Previdência Social é explicado, principalmente, pelo avanço da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas tiveram maior expansão devido à elevação de 11,4% no valor médio dos benefícios entre o primeiro semestre de 2008 e 2009. Essa alteração foi consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos no período citado.

Com relação às despesas do Tesouro Nacional, observou-se um aumento nominal de 20,3% (R\$ 25,9 bilhões) no primeiro semestre de 2009, com expansão mais significativa dos gastos com pessoal e encargos sociais, que cresceram 21% em relação ao primeiro semestre de 2008. As

Tabela 1 – Brasil. Resultado Primário do Governo Central(*) – 2008-2009 – Primeiro Semestre
(Valor em R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro-Junho		Variação 2009/2008
	2008	2009	
I.RECEITA TOTAL	344.946	341.299	-1,06
I.1.Receitas do Tesouro	270.638	258.334	-4,55
I.2.Receitas da Previdência Social ⁽²⁾	73.503	81.965	11,51
I.3.Receitas do Banco Central	805	999	24,09
II.TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	63.239	64.664	2,25
III.RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	281.707	276.635	-1,80
IV.DESPESA TOTAL	220.329	258.071	17,13
IV.1.Despesas do Tesouro	127.697	153.608	20,29
IV.1.1.Pessoal e Encargos Sociais ⁽¹⁾	59.602	72.137	21,03
IV.1.2.Custeio e Capital	67.712	80.940	19,54
IV.1.3.Transferências do Tesouro ao Banco Central	383	531	38,67
IV.2.Despesas da Previdência Social (Benefícios)	91.659	103.241	12,64
IV.3.Despesas do Banco Central	973	1.222	25,60
V.FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0	0	0,00
VI.RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV-V)	61.378	18.564	-69,76
VII.RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	4,4%	1,3%	-70,91

Fonte: Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

(1) A apuração do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo MPS, segundo metodologia própria.

(2) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização-FFIE, conforme previsto na Lei no. 11.887/2008, na MP no. 452/2008 e no Decreto no.6.173/2008

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar no.110/2001.

despesas do Tesouro corresponderam a 10,6% do PIB, proporcionalmente superiores, portanto, aos 9,2% registrados no mesmo período do ano anterior. Já os gastos de custeio e capital cresceram 19,5% (R\$ 13,2 bilhões) no primeiro semestre de 2009, em comparação com o primeiro semestre de 2008, destacando-se as despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT, as quais, conjuntamente, tiveram incre-

mento de 41,3%, passando de R\$ 7,5 bilhões, no primeiro semestre de 2008, para R\$ 10,6 bilhões no acumulado de janeiro a junho de 2009.

As transferências constitucionais para os estados e municípios alcançaram R\$ 49 bilhões no período janeiro-junho de 2009, com queda de, aproximadamente, 3%, explicada pela redução da arrecadação dos tributos compartilhados (Imposto de Renda e IPI).

6.1.2 – Dívida Pública Federal

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) aumentou 3,3% em termos nominais entre maio e junho deste ano, indo de R\$ 1.388,3 bilhões para R\$ 1.434,6 bilhões. A dívida mobiliária interna, que representa 92% da dívida pública total, cresceu 3,7%, fechando jun./09 em R\$ 1.321,9 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 36,1 bi-

lhões e à apropriação positiva de juros, no valor de R\$ 11,5 bilhões.

No caso da Dívida Pública Federal Externa (DPFe) houve redução de 1,2% em junho sobre maio, totalizando R\$ 112,7 bilhões, sendo R\$ 87,5 bilhões (US\$ 44,9 bilhões) referentes à

dívida mobiliária e R\$ 25,2 bilhões (US\$ 12,9 bilhões) alusivos à dívida contratual. Essa redução pode ser atribuída à apreciação cambial ocorrida no período, bem como ao resgate líquido verificado em junho.

Apesar desse aumento da dívida, as condições de solvência do setor público melhoraram bastante desde 2003. A relação dívida/PIB encontra-se em franca trajetória de queda, devido aos superávits obtidos ao longo dos anos, à queda das taxas de juros que incidem sobre a dívida pública e, mais recentemente, à desvalorização do real frente ao dólar, num contexto em que o setor público é credor em câmbio.

Além disso, o perfil do endividamento público também melhorou ao longo dos últimos quatro anos, aumentando a participação da dívida pré-fixada, cujos juros são definidos de forma antecipada, e reduzindo a parcela da dívida atrelada à taxa Selic. A proporção dos papéis pré-fixados elevou-se de 28,2%, em maio, para 30%, em junho, enquanto a participação dos títulos indexados à taxa Selic reduziu-se de 36% para 34,8%. Da mesma forma,

os papéis corrigidos por índices de preços tiveram sua participação reduzida de 26,1%, em maio, para 25,9%, em junho de 2009 (Tabela 2).

O prazo médio da dívida pública do Tesouro sofreu ligeira queda: de 3,56 anos, em maio, para 3,53 anos, em junho. Nesse mês, a estrutura de vencimentos da dívida mobiliária em mercado apresentava a seguinte distribuição: R\$ 161,3 bilhões (12,2% do total) com vencimento em 2009, R\$ 285,2 bilhões (21,6%) com vencimento em 2010 e R\$ 875,3 bilhões (66,2%) com vencimento em 2011.

A dívida líquida do setor público atingiu R\$ 1.259,1 bilhões (43,1% do PIB) em junho, meio ponto percentual a mais em comparação a maio. Esse aumento pode ser explicado pelo déficit nominal registrado em junho, bem como pela valorização cambial de 1,09%, que afetou os ativos líquidos vinculados ao dólar. A dívida bruta do Governo Central (Governo Federal, Banco Central, INSS, governos estaduais e governos municipais) alcançou R\$ 1.859,8 bilhões (63,7% do PIB) em junho, ou seja, 2,6% acima do valor registrado em maio (R\$ 1.813,1 bilhões).

Tabela 2 – Brasil. Composição da Dívida Pública Federal (DPF) em Poder do Público – Maio e Junho de 2009

DPF	Valores em R\$ Bilhões					
	Maio/09		Junho/09			
	1.389		100,0%	1.435		100,0%
Pré-fixados	391		28,1%	431		30,0%
Índice de preços	361		26,1%	372		25,9%
Selic	501		36,1%	499		34,8%
Câmbio	115		8,2%	113		7,9%
TR	20		1,5%	20		1,4%
DPMF	1.274	100%	91,8%	1.322	100%	92,1%
Pré-fixados	380	29,8%	27,4%	420	31,7%	29,3%
Índice de preços	362	28,4%	26,1%	372	28,2%	25,8%
Selic	501	39,3%	36,1%	499	37,8%	34,8%
Câmbio	11	0,9%	0,8%	11	0,8%	0,8%
TR	20	1,6%	1,4%	20	1,5%	1,4%
DPFe	115	100,0%	8,2%	113	100,0%	7,9%
Dólar	90	78,5%	6,4%	89	78,6%	6,2%
Euro	13	11,1%	0,9%	12	10,9%	0,8%
Real	11	9,4%	0,8%	11	9,6%	0,8%
Demais	1	1,0%	0,1%	1	0,9%	0,1%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Junho/2009.

6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

As necessidades de financiamento do setor público totalizaram valor equivalente a 3,02% do PIB no primeiro semestre de 2009. O Governo Central apresentou déficit de R\$ 50,2 bilhões, ou 3,5% do PIB, enquanto os governos regionais (estados e municípios) tiveram superávit nominal de R\$ 7,1 bilhões, correspondentes a 0,5% do PIB. O destaque foi o comportamento das contas públicas estaduais, que registraram um superávit nominal de R\$ 7,9 bilhões ante déficit de R\$ 809 milhões dos municípios e de R\$ 1,4 bilhão das empresas federais. Já as companhias estaduais e municipais alcançaram saldos nominais positivos de R\$ 534 milhões e R\$ 425 milhões, respectivamente.

O resultado das contas do setor público no primeiro semestre de 2009 foi o pior já observado na série histórica do Banco Central, iniciada em 2001. De certa forma, esses números revelam uma reorientação da política fiscal do governo, no sentido de afetar o nível da atividade econômica.

Segundo a lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, a meta de superávit primário para 2009 está fixada em 3,8%, mas esse resultado deve ser flexibilizado por conta da exclusão dos investimentos do Projeto Piloto de Investimentos (PPI) do item relativo aos gastos primários do Governo Central. Com esse recurso, a meta de superávit primário, para fins legais, ficará em 3,3% do PIB. Além disso, há ainda o uso pelo Tesouro Nacional dos R\$ 14,2 bilhões transferidos em 2008 ao Fundo Soberano. Uma vez que já foram contabilizados como gastos no ano passado, esses recursos poderão ser utilizados em 2009, sem a necessidade de serem contabilizados como gastos.

Dessa forma, portanto, é possível que o superávit primário contabilizado corresponda a 3,3% do PIB, embora o resultado efetivamente realizado venha a ser de 2,8% do PIB. Nesse caso, a política fiscal contará com esse componente anticíclico, contribuindo para amortecer a queda do nível da atividade econômica em 2009.

Tabela 3 – Necessidades de Financiamento do Setor Público – 2007/2008/2009 – Primeiro Semestre

Discriminação	Valor em R\$ Milhões			Proporção (%) do PIB		
	Jan-Jun/07	Jan-Jun/08	Jan-Jun/09	Jan-Jun/07	Jan-Jun/08	Jan-Jun/09
Nominal	15.093	7.180	43.682	1,2	0,51	3,02
Juros Nominais	79.732	88.893	78.937	6,35	6,37	5,46
Primário	-64.639	-81.713	-35.255	-5,15	-5,86	-2,44
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-44.116	-60.677	-20.949	-3,51	-4,35	-1,45
Empresas Estatais	-949	-1.820	1.015	-0,08	-0,13	0,07
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-19.574	-19.216	-15.321	-1,56	-1,38	-1,06

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

Qualquer análise do desempenho fiscal dos governos estaduais e municipais no primeiro semestre de 2009 será fortemente influenciada pelos impactos da crise financeira internacional no Nordeste, cujo desempenho macroeconômico foi afetado em consequência da redução das atividades industriais, restrições de crédito e queda das exportações. Esse quadro contribuiu para fragilizar o resultado das contas públicas dos vários governos, que se viram na contingência de promover ajustes orçamentários, com reprogramação das ações planejadas, de modo a adaptarem-se ao novo contexto pós-crise financeira.

De qualquer maneira, as expectativas quanto ao comportamento da economia regional para os próximos meses delineiam-se bastante favoráveis, em função de fatores como o perfil da indústria regional, mais sensível às condições do mercado interno; a manutenção, e mesmo ampliação, dos atuais mecanismos de transferência de renda, que terminam beneficiando mais fortemente o Nordeste; e o prosseguimento dos grandes investimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao lado disso, o país pode dispor da sua própria estrutura de financiamento público da produção por meio

de seus bancos públicos, como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNB.

Do ponto de vista financeiro, observa-se a melhoria das condições dos estados nordestinos desde meados da década de noventa, quando o país vivenciou a transformação do ambiente macroeconômico, por meio de ferramentas como o saneamento do sistema financeiro nacional, a renegociação das dívidas de estados e municípios e a consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como marco regulador para a condução das finanças públicas.

Não há dúvida que a LRF representou um valioso instrumento de saneamento das contas públicas. Mas é preciso lhe outorgar maior poder de coerção sobre aqueles entes federados que vierem a descumpri-la, impedindo, por exemplo, que recebam recursos da União, especialmente das transferências voluntárias. Vale salientar que o art. 25 da LRF vedava transferências voluntárias (convênios) a estados e municípios que não aplicarem o mínimo exigido pela Constituição em educação (25% da receita) e saúde (15% para municípios e 12% para estados). Há apenas três exceções previstas: convênios relativos à saúde, educação e assistência social.

6.2.1 - Arrecadação do ICMS

Qos efeitos recessivos da crise financeira mundial terminaram por afetar a arrecadação do ICMS em praticamente todos os estados do Nordeste, a única região do país a registrar redução nominal (3,1%) das receitas provenientes desse imposto nos primeiros cinco meses de 2009, relativamente ao mesmo período do ano passado.

Essa queda pode ser explicada pelo pígio desempenho da arrecadação do ICMS na Bahia, 24% abaixo quando se compara os dois períodos, consequência do declínio no nível de atividades dos setores de petróleo e petroquímica. Aliás, desde dezembro de 2008, observa-se queda na arreca-

dação do tributo na Bahia, tendo sua participação na geração do ICMS nacional caído de 5,2%, em 2004, para 3,6%, em maio de 2009. Quanto aos demais estados nordestinos, houve algum crescimento, porém ainda limitado pelos impactos macroeconômicos da crise financeira internacional.

Os maiores incrementos de receitas de ICMS no período janeiro-maio de 2009, quando comparadas com o arrecadado nos cinco primeiros meses de 2008, foram observados nas menores economias da região: Piauí (+11,3%) e Sergipe (+10,6%). Por outro lado, duas outras economias mais densamente industrializadas, no caso as do Ceará e Pernambuco, apresentaram crescimento positivo, mas relativamente tímido, ao redor de 6,5%. É importante observar que as receitas de ICMS representam uma importante fonte de arrecadação para os estados com maiores dotações econômicas, como Ceará e Pernambuco, enquanto nos estados de economias menores, como Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe, as transferências constitucionais são bem mais significativas do que a arrecadação proveniente do ICMS.

Em termos setoriais, observou-se incremento na geração de ICMS no período janeiro-maio/2009, apenas em áreas relacionadas com os setores primário (aumento nominal de 4,5%) e terciário (+0,7%). Nos segmentos de energia elétrica, se-

cundário e de petróleo, combustíveis e lubrificantes a arrecadação caiu 8,5%, 0,7% e 9,8%, respectivamente. Essa pequena redução das receitas de ICMS no setor secundário em âmbito regional pode ser explicada pela queda acentuada de arrecadação ocorrida na Bahia (-18%) e em Alagoas (-11%).

Nesse período foi expressivo o incremento de receitas de ICMS da indústria de petróleo, combustíveis e lubrificantes no Rio Grande do Norte (258,5%). Isso se explica pelo desempenho do Pólo Industrial Guamaré construído pela Petrobras para beneficiar o óleo e o gás natural dos campos marítimos de Ubarana e Agulha, e dos campos terrestres de todo o estado, os quais, por si, já movimentam bastante a economia do município. Em função dessa atividade da Petrobras, aumentou significativamente a circulação de gás de cozinha, derivados de petróleo e gasolina no estado. Além disso, a estatal prevê investimentos de US\$ 2,4 bilhões no Rio Grande do Norte no período 2009/13, beneficiando os segmentos de produção de biodiesel e etanol.

No setor secundário, observam-se os efeitos defasados da crise financeira internacional sobre a indústria regional, uma vez que sua estrutura de produção é mais orientada para o mercado nacional. Isso explica, de certo modo, a redução de 0,7% na arrecadação do ICMS nesse setor, nos primeiros cinco meses deste ano, relativamente ao

Tabela 4 – Nordeste. Arrecadação de ICMS por Estado, Nordeste e Brasil – Janeiro a Maio – 2008/2009

Estado/ Nordeste/Brasil	Janeiro - Maio		Variação (%)	participação em 2008 (%)	participação em 2009 (%)
	2008	2009			
Maranhão	907.835	975.260	7,4	7,1	7,9
Piauí	544.226	605.727	11,3	4,3	4,9
Ceará	1.811.007	1.935.721	6,9	14,2	15,7
Rio Grande do Norte	891.237	946.455	6,2	7,0	7,7
Paraíba	776.351	815.125	5,0	6,1	6,6
Pernambuco	2.437.687	2.600.885	6,7	19,2	21,1
Alagoas	642.182	690.481	7,5	5,1	5,6
Sergipe	519.340	574.584	10,6	4,1	4,7
Bahia	4.180.190	3.175.148	-24,0	32,9	25,8
Nordeste (*)	12.710.055	12.319.386	-3,1	14,6	13,9
Brasil	86.846.684	88.347.889	1,7	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Fazenda, Confaz. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Participação do Nordeste na arrecadação total do Brasil.

Tabela 5 – Nordeste. Participação Relativa (%) dos Três Setores Econômicos e Principais Itens na Arrecadação do ICMS – Por Estado e Total – Janeiro a Maio 2008/2009

Estado/Total	Setor/Item/Ano/Participação (%)									
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes		Energia Elétrica	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Maranhão	1,3	1,6	6,6	7,5	6,6	7,0	9,7	11,6	5,8	6,1
Piauí	15,3	16,6	3,0	3,6	3,8	4,1	5,8	7,0	4,4	5,5
Ceará	0,7	0,8	13,7	16,1	13,9	15,2	14,3	15,5	15,8	15,6
Rio Grande do Norte	54,4	59,0	7,5	8,8	8,1	7,9	1,3	5,3	5,8	6,8
Paraíba	1,3	1,4	5,8	6,1	6,5	6,8	6,2	7,1	6,2	7,2
Pernambuco	0,8	0,9	16,1	17,1	22,9	24,7	15,2	17,3	21,6	23,3
Alagoas	0,1	0,1	5,5	5,0	5,9	6,5	3,2	3,8	4,8	6,4
Sergipe	6,1	7,1	4,0	4,6	4,3	4,7	3,3	4,5	4,0	4,3
Bahia	19,9	12,3	37,8	31,2	28,0	23,0	41,0	27,9	31,6	24,9
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Fazenda, Confaz – Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe).

mesmo período de 2008, o que foi fortemente influenciado pela queda das receitas observadas nas indústrias baiana (redução de 18%) e alagoana (-11%). No Ceará, no entanto, a indústria, que representa 20,1% do total arrecadado com o tributo, foi o setor que mais contribuiu para o crescimento do ICMS no período. O desempenho positivo contabilizado por essa atividade ultrapassou, inclusive, o registrado pelos combustíveis, que até então lideravam o *ranking* dos maiores recolhedores de ICMS no estado.

No Nordeste, a Bahia foi o único estado a sofrer queda de arrecadação de ICMS no período

ora analisado, com perda de receitas em todos os setores que compõem a sua economia. A mais expressiva verificou-se na indústria de petróleo, combustíveis e lubrificantes, com redução em torno de 39% no ICMS arrecadado. O setor primário amargou queda de 35% no recolhimento desse imposto. Isso explicaria o fraco desempenho da arrecadação do ICMS no Nordeste nos cinco primeiros meses de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008, dada a importância econômica do estado e, consequentemente, sua participação na geração do tributo em âmbito regional (aproximadamente 26%).

6.2.2 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais para os estados e municípios representam a parcela de recursos arrecadados pelo Governo Federal transferida para os governos regionais conforme estabeleci-

do na Constituição Federal, por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹. No caso do Nordeste, que recebe em torno de 52,4% do FPE e

¹ Atualmente, as transferências via FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Emenda Constitucional n. 55, de 22/09/2007, alterou o art. 159 da Constituição Federal, determinando que anualmente deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e do IPI, a ser entregue no primeiro decêndio de dezembro. Desde março de 2007, 16,7% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

35,2% do FPM, essas transferências representam um instrumento valioso para a viabilização de investimentos públicos, sendo que para a grande maioria dos municípios nordestinos, o FPM é a mais relevante fonte de receita. A lógica de distribuição dos dois fundos consiste em privilegiar as regiões mais desprovidas de recursos próprios para financiar seu desenvolvimento.

Com relação aos recursos repassados por meio do FPE, observando-se a destinação desses recursos entre as cinco regiões do país (Gráfico 1), é fácil constatar que a distribuição espacial apresenta-se socialmente justa, porquanto o Nordeste, que abriga quase 30% da população brasileira e detém os piores níveis de desenvolvimento social do país, chega a receber 52% do total dos recursos. Quando se agrupa a região Norte, o montante eleva-se para 73%, no acumulado janeiro-junho de 2009.

Apesar da importância relativa desse tipo de transferência para os estados do Nordeste, a política anticíclica adotada pelo Governo Federal, especialmente as desonerações de tributos incidentes em setores estratégicos, tem afetado negativamente as receitas estaduais. Além dis-

so, a queda da atividade econômica também vem impactando a base tributária sobre a qual incide o percentual dessas transferências, prejudicando, ademais, a própria arrecadação tributária dos governos no período analisado. Estima-se que a arrecadação federal no primeiro semestre de 2009 apresente uma queda real de 7% em relação ao mesmo período de 2008, usando-se o IPCA como deflator. Vale notar que essa avaliação é feita comparando-se um ano de bom desempenho econômico (2008 – crescimento de 5,1% do PIB), com um de recessão mundial com repercussões locais importantes.

No âmbito regional a evolução das transferências constitucionais via FPE teve uma queda de 4,5% no primeiro semestre de 2009, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Do total de R\$ 9.778,7 milhões transferidos para o Nordeste, a Bahia recebeu R\$ 1.751,6 milhões, correspondentes a 17,9% do total regional. Os outros estados com maior participação foram Ceará, com R\$ 1.367,7 milhões (14%), Maranhão, com R\$ 1.345,6 milhões (13,8%) e Pernambuco, com R\$ 1.286,3 milhões (13,2%). Conjuntamente, portanto, esses quatro estados respondem por 58,9% do total transferido para o Nordeste.

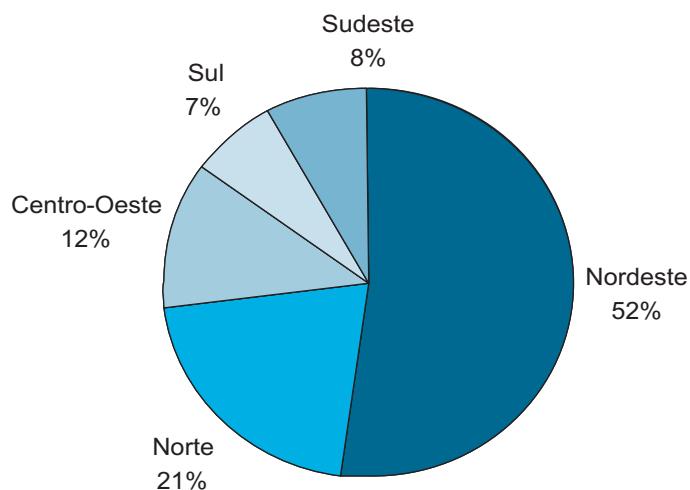


Gráfico 1 – Fundo de Participação dos Estados – Distribuição Proporcional (%) por Região – Janeiro a Maio 2009

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 6 – Nordeste. Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Distribuição por Estado, Nordeste e Brasil – 2008/2009 – Primeiro Semestre

ESTADOS	FPE			FPM		
	Jan-Jun/2008	Jan-Jun/2009	% NE	Jan-Jun/2008	Jan-Jun/2009	% NE
Maranhão	1.404.897.153	1.345.614.386	13,8%	849.955.764	811.527.179	11,7
Piauí	841.085.390	805.593.917	8,2%	506.682.837	495.389.833	7,1
Ceará	1.428.000.045	1.367.742.400	14,0%	1.063.239.602	1.015.128.583	14,6
Rio Grande do Norte	813.155.609	778.842.696	8,0%	513.694.794	482.825.853	7,0
Paraíba	932.076.138	892.745.108	9,1%	657.676.335	629.078.101	9,1
Pernambuco	1.343.003.981	1.286.332.935	13,2%	1.024.560.918	977.640.113	14,1
Alagoas	809.691.149	775.524.426	7,9%	484.069.749	462.548.655	6,7
Sergipe	808.756.912	774.629.611	7,9%	303.592.481	282.854.155	4,1
Bahia	1.828.806.992	1.751.636.405	17,9%	1.848.774.889	1.774.925.892	25,6
Nordeste	10.209.473.369	9.778.661.883	52,5%	7.252.247.367	6.931.918.364	35,5
Brasil	19.463.261.667	18.641.965.955		20.368.530.773	19.519.591.815	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Transferências Constitucionais e Voluntárias.

Quanto às transferências constitucionais para os municípios via FPM, o Nordeste ficou com 36% do total nacional, mas há uma diferença em termos de distribuição espacial, comparativamente ao FPE, pois os municípios das regiões Norte e Nordeste receberam, no primeiro semestre de 2009, uma parcela menor de recursos do FPM (42,9%), quando comparada com as transferências para os municípios do Sul e do Sudeste (48,5% do total nacional). As maiores dotações de FPM na região Nordeste couberam aos municípios da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, que

receberam R\$ 3.767,7 milhões, equivalentes a 54,4% do total regional.

De maneira geral, observa-se, nos primeiros seis meses de 2009, uma redução das transferências constitucionais da União² em relação ao mesmo período do ano anterior. Os estados nordestinos que mais receberam transferências constitucionais da União foram a Bahia, o Ceará, o Maranhão, a Paraíba e Pernambuco, os quais, conjuntamente, absorveram cerca de 30% do total nacional.

6.2.3 - Transferências Voluntárias

 As transferências voluntárias são definidas, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como as entregas de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou

os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas transferências representam um importante instrumento de repasse de recursos públicos, sobretudo para os estados e municípios mais pobres, os quais as utilizam na complementação de receitas para implementação de políticas públicas.

² Compreendem recursos do FPE, FPM, Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados (IPI-EXP), Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), IOF-ouro, Imposto Territorial Rural e recursos para compensar a perda de ICMS com a exportação de produtos primários e semielaborados (LC n. 87/1996).

No período de janeiro a maio de 2009, o Nordeste recebeu 32% das transferências voluntárias da União para os estados e municípios, enquanto o Sudeste ficou com 34%. Os repasses para os estados nesse período representaram 38%, enquanto os municípios receberam 62% do total (Tabela 7).

Analizando-se as transferências voluntárias por estado no Nordeste (Tabela 8), observa-se que as maiores parcelas de recursos foram destinadas à Bahia, ao Maranhão e a Pernambuco, que conjuntamente responderam por 59% do total transferido nos cinco primeiros meses de 2009. Numa comparação com o mesmo período do ano passado, observa-se considerável expansão desse tipo de transferência em quase todos os estados nordestinos, excetuando-se apenas Alagoas e

Paraíba, que registraram queda de 10,4% e 24,9%, respectivamente, na comparação dos cinco primeiros meses de 2009 e idêntico período em 2008. Chama a atenção o crescimento expressivo das transferências voluntárias da União para o Maranhão, cujo aumento alcançou 571%.

Analizando-se as transferências da União para os estados, nos primeiros cinco meses de 2009, é fácil observar que 74% vêm de apenas três ministérios (Educação, Transportes e Integração Nacional). Já para os municípios, os recursos têm origem, predominantemente, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Ministério da Educação, que, juntos, destinaram 84% do total transferido de janeiro a maio de 2009.

Tabela 7 – Brasil. Transferências Voluntárias da União – Distribuição por Região – Janeiro a Maio 2009

Região/ País	Modalidade / Valor (Em R\$ Mil) / Proporção Região/País					
	Estados e Dis- trito Federal (a)	Proporção Região/ País	Municípios (b)	Proporção Região/ País	Total das Transferências (a+b)	Proporção Região/ País
Centro-Oeste	54.068	7,1	96.381	7,6	150.449	7,4
Nordeste	157.289	20,7	494.682	39,3	651.971	32,3
Norte	81.280	10,7	127.998	10,2	209.278	10,4
Sudeste	311.794	41,0	392.657	31,1	704.451	34,8
Sul	155.946	20,5	149.320	11,8	305.266	15,1
Total	760.377	100,0	1.261.038	100,0	2.021.415	100,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Transferências Constitucionais e Voluntárias.

Tabela 8 – Brasil. Transferências Voluntárias da União para o Nordeste – 2008 e 2009 – Janeiro a Maio

Estado	Entes Beneficiados / Ano / Valor (Em R\$ mil) / Variação					
	Estados			Municípios		
	2008	2009	Variação 2009/2008 (%)	2008	2009	Variação 2009/2008 (%)
Alagoas	6.439	4.835	-24,9	19.345	26.289	35,9
Bahia	13.797	28.694	108,0	87.250	103.673	18,8
Ceará	4.752	15.506	226,3	58.849	81.123	37,8
Maranhão	4.812	32.293	571,1	49.056	69.382	41,4
Paraíba	14.590	13.068	-10,4	25.742	43.642	69,5
Pernambuco	15.062	31.682	110,3	57.394	87.385	52,3
Piauí	3.449	7.663	122,2	23.597	32.790	39,0
Rio Grande do Norte	5.184	11.736	126,4	23.642	29.924	26,6
Sergipe	2.781	11.812	324,7	14.530	20.473	40,9

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Transferências Constitucionais e Voluntárias

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores/asp>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

_____. Transferências constitucionais e voluntárias. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

7 - Intermediação Financeira

C

Como decorrência da crise financeira global, importantes fontes internacionais projetam para 2009 uma recessão econômica em âmbito mundial. O FMI, por exemplo, trabalha com uma estimativa de queda de 1,4%, mas projeta para o próximo ano uma volta do crescimento, que poderá alcançar 2,5%, devido à recuperação dos principais indicadores econômicos e à retomada mais acelerada nos países emergentes.

A partir de abril, houve uma freada no declínio de indicadores relevantes da economia mundial, como produção industrial, vendas no varejo, exportações de mercadorias e compras do setor manufactureiro. Apesar de ainda apresentarem resultados negativos, referidos indicadores começam a registrar uma reversão de tendência da curva, sugerindo que o “fundo do poço” já foi atingido. A dúvida é se não vai haver uma nova queda. Ademais, uma questão de fundo mantém um sinal de alerta: a instabilidade continuará, enquanto os bancos permanecerem com ativos “tóxicos” em seus balanços (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009).

A propósito, convém lembrar que a retração do crédito foi um dos principais canais de transmissão da crise financeira internacional para a economia global. Apenas para quantificar esse vetor, informações fornecidas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) indicam que as linhas de crédito do sistema financeiro internacional experimentaram um encolhimento da ordem de US\$ 6 trilhões, no período de 12 meses terminado em junho último, apesar dos esforços dos governos para recuperar os bancos, mediante

implementação de programas de saneamento e injeção de elevadas somas de recursos públicos. (BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS, 2009).

No Brasil, começam a surgir sinais de recuperação, indicando que a economia pode voltar a crescer já no segundo trimestre deste ano, conforme pode ser observado pelo comportamento de importantes indicadores econômicos e pela melhoria das expectativas empresariais e dos consumidores. O sistema bancário nacional manteve-se sólido diante da crise. Embora tenha apresentado alguma retração no final do ano passado, voltou a ampliar suas operações de crédito, notadamente pela ação dos bancos públicos.

Convém destacar que a retração da oferta de crédito bancário no país foi provocada quase exclusivamente pelos bancos privados (nacionais e estrangeiros) e atingiu mais fortemente as empresas ligadas ao comércio exterior e as de menor porte. As grandes empresas, por seu turno, conseguiram substituir, embora parcialmente, as linhas de crédito externas por fontes internas, especialmente as provenientes dos bancos oficiais.

Para minimizar essa restrição, no final de agosto o BNDES estará lançando o Fundo Garantidor de Investimento (FGI), com o objetivo contornar os problemas de garantia de crédito enfrentados pelas micros, pequenas e médias empresas, e pelas pessoas físicas, como, por exemplo, os caminhoneiros. O FGI concederá um aval de até 80% do valor dos empréstimos concedidos por seus agentes financeiros a essas quatro categorias. Para ter acesso a esse instrumento, cada agen-

te financeiro repassador de recursos do BNDES deve tornar-se cotista do FGI, alocando quantia equivalente a 0,5% do valor que pretende ter de cobertura de aval do fundo.

O FGI terá o BNDES como gestor e administrador, mas seu perfil será de fundo privado. O Tesouro Nacional entrará como cotista, para o que já apontou R\$ 538 milhões. O BNDES deve alocar outros R\$ 100 milhões, totalizando um capital inicial de R\$ 638 milhões, isso sem computar a contribuição futura dos agentes financeiros. Segundo estimativas do BNDES, o FGI terá uma alavancagem correspondente a 12 vezes o seu patrimônio, o que, num primeiro momento, vai gerar um montante de recursos da ordem de R\$ 7,6 bilhões (80% do valor dos empréstimos), podendo chegar a R\$ 9,5 bilhões em créditos, considerando-se os 100% das operações (VALOR ECONÔMICO, 2009).

De qualquer sorte, os impactos da crise financeira global sobre o mercado de crédito no país foram amortecidos pela pronta ação do Governo Federal, mediante implementação de tempestivas

e eficientes políticas monetárias (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros) e da ação dos bancos oficiais, que ampliaram sobremaneira suas operações de crédito, compensando quase que totalmente a redução da oferta dos bancos privados, que respondem por quase dois terços dos empréstimos bancários no país.

De outra parte, um fato que merece destaque, é que no âmbito do Nordeste a intermediação financeira praticamente não foi afetada pela crise financeira internacional. Regionalmente, os bancos públicos, que respondem pela maior fatia das operações de crédito (cerca de dois terços), passaram ao largo da crise global, ampliando seus empréstimos e contribuindo, assim, de maneira efetiva, para a manutenção dos canais de crédito para o financiamento das atividades econômicas da região. A boa notícia é que os bancos privados, depois de uma pequena retração no final do ano passado, voltaram a expandir suas operações de crédito no Nordeste.

7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

Decorridos mais de nove meses sob forte influência da crise financeira global, iniciada em setembro do ano passado, a poeira da tempestade começou a baixar, sendo perceptíveis seus efeitos sobre o sistema bancário nacional. Algumas conclusões podem ser tiradas:

- a) seu impacto foi reduzido, com pequenas quedas no saldo das operações de crédito e de depósitos bancários, especialmente no final do ano passado, começando a recuperar-se em fevereiro deste ano;
- b) no grupo do crédito referencial, foram atingidas mais fortemente as operações des-

tinadas a pessoas jurídicas, que sofreram uma leve redução em 2009. As operações destinadas a pessoas físicas não foram afetadas pelos efeitos da crise, continuando em expansão, devido ao comportamento ascendente do crédito consignado;

- c) repercutiu de forma assimétrica sobre a natureza do capital dos bancos (redução das operações de crédito dos bancos privados e ampliação nos bancos públicos) e sobre a orientação do mercado das empresas (as ligadas ao comércio exterior tiveram mais dificuldades em obter linhas de crédito);

- d) o sistema bancário nacional mostrou-se vigoroso diante da crise, ao exibir moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco e controles eficientes exercidos pelo Banco Central;
- e) a pronta e eficiente política monetária adotada pelo Governo Federal (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros) amorteceu o impacto da crise financeira global sobre o sistema bancário nacional.

Na verdade, o conjunto de indicadores relevantes sistematicamente divulgados pelo Banco Central sugere que o sistema bancário brasileiro praticamente já superou as principais dificuldades causadas pela crise financeira internacional. O volume de crédito total deu continuidade à sua trajetória de crescimento, puxado em grande medida pelo desempenho dos bancos públicos, que vêm aumentando sua representatividade no total das operações de crédito, e pelo comportamento da taxa média de juros cobrada em operações para pessoas físicas e jurídicas, que vem registrando quedas sistemáticas desde o começo do ano, influenciada pela redução da taxa básica de juros da economia. Nada obstante, foram anotadas pequenas deteriorações na qualidade do crédito.

dito concedido, determinadas por elevações nas taxas de risco, inadimplência e provisões.

De acordo com informações divulgadas pelo Banco Central (Tabela 1), no final de maio, o saldo dos depósitos bancários ultrapassou o montante de R\$ 2 trilhões, representando um aumento real de 11,5% em relação à posição verificada em maio de 2008. A boa notícia é que os bancos privados, que até recentemente vinham apresentando quedas reais no saldo dos depósitos, voltaram a registrar aumentos para essa variável, cravando uma elevação de 10,2% no período analisado. Os bancos públicos, por seu turno, registraram desempenho ainda melhor, exibindo crescimento real de 14,4% no volume dos depósitos captados.

Como informação adicional, convém destacar que a participação do saldo total dos depósitos em relação ao PIB também tem sido crescente, evoluindo de 59,7%, em maio do ano passado, para 68,4%, em maio último. De outra parte, os bancos privados, nessa última posição, detinham 67,1% dos depósitos totais, enquanto os bancos públicos respondiam por 32,9%.

O saldo das operações de crédito (Tabela 2) atingiu R\$ 1.259,5 bilhões, no final de maio de 2009, acumulando um aumento real de 3,9% este

Tabela 1 – Brasil. Saldo de Depósitos Bancários, por Categoria/Instituição – Maio de 2008 e Maio de 2009

Instituição Financeira	Maio 2008	Maio 2009	Variação Real % (¹)	Participação Maio/2009, em %	Em R\$ Milhões Correntes	
					Maio/2008	Maio/2009
Banco do Brasil	271.822	344.007	19,5	17,1	9,6	11,7
Caixa Econômica Federal	190.846	233.641	15,6	11,7	6,7	8,0
Bcos. Federais, exceto BB	8.856	6.748	-28,0	0,3	0,3	0,2
Bancos Estaduais	73.164	75.293	-2,8	3,8	2,6	2,6
Bancos Privados	1.152.044	1.344.273	10,2	67,1	40,5	45,9
Total	1.696.732	2.003.962	11,5	100,0	59,7	68,4
Bancos Públicos	544.688	659.689	14,4	32,9	19,2	22,5
Bancos Privados (³)	1.152.044	1.344.273	10,2	67,1	40,5	45,9

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b e 2009d. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

(³) Nacionais e estrangeiros.

ano e de 14,9% nos últimos 12 meses. Em função desse desempenho, a relação operações de crédito/PIB também foi crescente, evoluindo de 36,1%, em maio de 2008, para 43%, em maio do corrente ano.

Nessa última base de comparação, o maior incremento foi registrado pelos créditos concedidos ao setor público (38,4%), com destaque para o aumento de 129,6% para a esfera federal e de 15,5% para estados e municípios. Vale destacar, no entanto, que o setor público detém uma parcela muito pequena (2,3%) do total dos empréstimos.

O setor privado, para o qual é destinada a quase totalidade das operações de crédito (97,7%), apresentou um crescimento real de 14,4% nos empréstimos, no período de 12 meses findo em maio último. Dos R\$ 1.231,3 bilhões absorvidos pelo setor, a maior parcela, cerca de um terço, foi destinada a empréstimos para pessoas físicas, que assinalou uma expansão real de 14,2% no período considerado. Entretanto, o maior crescimento foi apresentado pelo crédito imobiliário (33,7%), influenciado pelo programa Minha Casa, Minha Vida e pela redução do IPI incidente sobre ma-

teriais de construção. Em seguida, aparecem os aumentos verificados pelos créditos concedidos à indústria (16,8%), a outros serviços (14,9%), ao comércio (7,3%) e ao setor rural (6,2%).

O comportamento das operações de crédito pode também ser analisado quanto às fontes dos recursos, conforme explicitado na Tabela 3. Nesse contexto, o saldo dos empréstimos concedidos com recursos livres alcançou, em maio último, R\$ 886,5 bilhões, representando a maior parcela (70,4%) do total das operações de crédito concedidas no país, o que resulta num crescimento real de 13,3%, no período de 12 meses. As operações realizadas com recursos direcionados (constituídos por recursos compulsórios ou governamentais) atingiram R\$ 373 bilhões (29,6% do total), exibindo expansão de 19%, no período analisado, resultado em certa medida associado ao desempenho dos bancos públicos. Nesse último grupo, cabe sublinhar as operações concedidas com recursos oriundos do BNDES, que responderam por 58,3% das operações concedidas com recursos governamentais, vindo em seguida os empréstimos destinados aos setores rural (21,1%) e imobiliário (18,1%).

Tabela 2 – Brasil. Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Saldo para os Setores Público e Privado – Maio de 2008 e 2009

Destino do Crédito	Maio 2008	Maio 2009	Variação Real % ⁽¹⁾	Participação Maio/2009, %	Oper./PIB ⁽²⁾ Maio/2008, %	Oper./PIB ⁽²⁾ Maio/2009, %	R\$ Milhões Correntes
Setor Público (a)	19.588	28.435	38,4	2,3	0,7	1,0	
Governo Federal	3.927	9.461	129,6	0,8	0,1	0,3	
Governos Estaduais e Municipais	15.661	18.974	15,5	1,5	0,5	0,6	
Setor Privado (b)	1.025.309	1.231.061	14,4	97,7	35,4	42,0	
Indústria	241.514	295.839	16,8	23,5	8,3	10,1	
Habitação	51.018	71.541	33,7	5,7	1,8	2,4	
Rural	96.234	107.251	6,2	8,5	3,3	3,7	
Comércio	106.976	120.429	7,3	9,6	3,7	4,1	
Pessoas Físicas	351.412	421.163	14,2	33,4	12,1	14,4	
Outros Serviços	178.155	214.838	14,9	17,1	6,2	7,3	
Total Geral (a + b)	1.044.897	1.259.496	14,9	100,0	36,1	43,0	

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

⁽²⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE.

Tabela 3 – Brasil. Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Saldo com Recursos Livres e Direcionados ⁽¹⁾ – Maio de 2008 e 2009

Fonte de Recursos	Maio 2008	Maio 2009	Variação Real, % ⁽²⁾	Participação Maio/2009, %	Em R\$ Milhões	
					Oper. Crédito/PIB, em % ⁽³⁾	Maio/2008
Livres	746.076	886.515	13,3	70,4	25,8	30,3
Direcionados	298.821	372.981	19,0	29,6	10,3	12,7
Total	1.044.897	1.259.496	14,9	100,0	36,1	43,0

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. **Elaboração:** Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Refere-se a operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais.

⁽²⁾ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

⁽³⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE.

Voltando ao BNDES, vale informar que se encontram em carteira R\$ 111,7 bilhões em consultas no primeiro semestre do corrente ano, representando um indicador precedente de investimento, volume 40,3% superior ao registrado no primeiro semestre de 2008. Do referido total, 49,8% são oriundos da indústria, com ênfase para a demanda de petróleo. Outra parcela (45,3%) representa solicitações do setor de comércio e serviços, com destaque para a procura dos segmentos de construção, eletricidade, gás e transporte terrestre (BACEN, 2009c).

Embora o nível global das operações de crédito no país tenha praticamente se normalizado em maio, o cenário internacional da crise financeira ainda continua a inspirar certa cautela, indicando que o retorno da confiança permanece frágil e ainda sujeito a reversões. Esse cenário adverso do ambiente externo, mais dificuldades internas de liquidez, observadas de forma mais evidente no final do ano passado, e mais dois trimestres subsequentes de resultados negativos para a atividade econômica contribuíram para uma certa deterioração na qualidade dos créditos concedidos pelo sistema bancário nacional, conforme pode ser constatado na Tabela 4.

Assim, a inadimplência, que diz respeito às operações vencidas há mais de 90 dias, subiu de 2,8%, em setembro do ano passado, para 4,3%, em maio do corrente ano. No mesmo período, as operações de crédito com risco 1, ou seja, com

atraso de pagamento de 61 a 180 dias, cresceram de 4,7%, para 6%. O mesmo aconteceu com as operações de risco 2, isto é, com atraso de pagamento superior a 180 dias, que evoluíram de 2,8%, para 3,5%. Os índices de provisões também foram ampliados, passando de 5,1%, para 7%. Vale recordar que esses índices foram obtidos comparando-se o volume monetário de cada uma das citadas variáveis com o volume total dos créditos concedidos pelo sistema bancário nacional em maio (R\$ 1.259,5 bilhões).

Convém destacar, ademais, que a crise financeira internacional determinou resultados diferentes sobre a qualidade do crédito, segundo a origem do capital das instituições financeiras. De um modo geral, os bancos públicos foram menos atingidos do que os bancos privados nacionais. Em maio, os bancos públicos exibiam um nível de inadimplência correspondente a 2,8%, bem abaixo, portanto, do índice de 5,2% apresentado pelos bancos privados nacionais, e pelos bancos estrangeiros, também de 5,2%. Essa diferenciação também ocorreu, embora em menor magnitude, com as operações de crédito com risco 1, caso em que os bancos públicos assinalaram um nível um pouco mais baixo (5,5%) do que os dois grupos de bancos privados (6,3% e 6,2%, respectivamente). Quanto às operações de crédito com risco 2, os níveis foram praticamente idênticos para os três grupos.

Tabela 4 – Brasil. Sistema Bancário Brasileiro Total. Público, Privado Nacional e Estrangeiro – Proporção (%) das Operações Classificadas por Nível de Risco e em Inadimplência e das Provisões em Relação ao Volume Total de Crédito – 2008/2009

Meses/Discriminação	Risco Normal (a)	Risco 1 (b)	Risco 2 (c)	Inadimplência (d)	Provisões (e)
1) Sistema Financeiro Total:					
2008 Janeiro	91,8	5,2	3,0	3,2	5,6
Março	92,0	5,1	2,9	3,0	5,4
Maio	92,1	5,0	2,9	3,1	5,4
Julho	92,2	5,0	2,8	2,9	5,2
Setembro	92,5	4,7	2,8	2,8	5,1
Dezembro	92,2	4,8	2,9	3,1	5,3
2009 Janeiro	91,9	5,1	3,0	3,2	5,5
Março	90,9	5,8	3,3	3,7	6,6
Maio	90,5	6,0	3,5	4,3	7,0
2008 Setembro:					
2) Sistema Financeiro Público	91,4	5,5	3,1	1,9	5,3
3) Sistema Financeiro Privado Nacional	93,4	4,2	2,4	3,3	5,1
4) Sistema Financeiro Estrangeiro	92,4	4,5	3,1	3,3	4,9
2009 Maio:					
2) Sistema Financeiro Público	91,1	5,5	3,4	2,8	6,3
3) Sistema Financeiro Privado Nacional	90,0	6,3	3,6	5,2	8,0
4) Sistema Financeiro Estrangeiro	90,2	6,2	3,5	5,2	6,2

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Segundo o Bacen, a qualidade do crédito obedece à seguinte classificação:

(a) Operações classificadas nos níveis de risco AA a C (operações em dia e com atraso de pagamento até 60 dias);

(b) Operações classificadas nos níveis de risco D a G (atraso de pagamento de 61a 180 dias);

(c) Operações classificadas no nível de risco H (atraso de pagamento superior a 180 dias);

(d) Total de crédito vencido há mais de 90 dias;

(e) Provisões são exigidas a partir do nível de risco A.

Outra informação relevante evidencia que, no período de nove meses terminado em maio deste ano, cobrindo assim a fase mais crítica da crise financeira global, os indicadores de qualidade do crédito dos bancos públicos apresentaram apenas uma leve deterioração. Para os bancos privados nacionais a perda de qualidade foi bem mais acentuada, chegando a alcançar um índice quase quatro vezes superior ao dos bancos públicos. Enquanto isso, Os bancos estrangeiros apresentaram índice correspondente à média dos dois citados grupos nacionais.

O conjunto de medidas implementado pelas autoridades monetárias para minimizar os efeitos

negativos da crise financeira internacional, como redução da taxa básica de juros, diminuição dos depósitos compulsórios e aumento do redesconto, já começa a produzir resultados sobre as atividades de intermediação financeira do país.

Esses resultados favoráveis foram sentidos particularmente sobre as operações de crédito referenciais¹. Assim, entre dezembro do ano passado e maio último, observou-se uma expressiva queda na taxa de juros, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, e no *spread* (diferença entre a taxa de aplicação e a de captação de recursos), esse último com redução mais acentuada para pessoa física. O prazo médio das operações, con-

¹ Identificadas pela Circular No. 2.957, de 30.12.1999. Em maio de 2009, essas operações haviam alcançado R\$ 673,2 bilhões, correspondendo a 53,5% do total das operações de crédito realizadas no país.

tado em dias corridos, foi um pouco diminuído para pessoa jurídica e levemente aumentado para pessoa física. A taxa de inadimplência, contudo, elevou-se no período analisado, particularmente nas operações com pessoas jurídicas. Essas informações estão detalhadas na Tabela 5.

No conjunto correspondente ao crédito referencial, as operações voltadas a pessoas físicas atingiram um saldo de R\$ 290 bilhões no final de maio, acusando uma expansão real de 7,7% sobre os números registrados no final de dezembro último. Convém informar que o crédito pessoal representa quase a metade do valor das operações realizadas por pessoas físicas, tendo registrado um crescimento real de 12,7% no período analisado. No grupo do crédito pessoal, as operações de crédito consignado representam a parcela majoritária, tendo aumentado 14,5% em 2009, favorecidas pela trajetória declinante das taxas de juros e, a partir de maio, pela elevação da margem consignável de aposentados e pensionistas do INSS. As demais modalidades do crédito

a pessoas físicas foram representadas pelas operações destinadas à aquisição de bens (basicamente veículos), com 31,3% do total, vindo em seguida o cartão de crédito (8,8%) e o cheque especial (6,1%).

As operações destinadas a pessoas jurídicas compuseram o outro segmento do crédito referencial, atingindo em maio um saldo de R\$ 383,2 bilhões, o que revela uma queda real de quase 1% no período, resultado oposto ao assinalado pelas operações realizadas com pessoas físicas (crescimento de 7,7%). As operações de capital de giro responderam por 47,7% do total do grupo, sendo praticamente a única modalidade a registrar crescimento no período. As demais modalidades reuniram operações de conta garantida, com 12,4% do total, operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), com 11,4%, financiamento de importações (3,8%), aquisição de bens (3,7%) e desconto de duplicatas (3,7%), todas registrando resultado negativo no período de dezembro último a maio do corrente ano.

Tabela 5 – Brasil. Operações de Crédito Referenciais para Taxa de Juros¹

Períodos	Resumo								
	Taxa de juros (% a.a.)		Spread (p.p.)		Prazo Médio (dias corridos)		Inadimplência ² em (%)		
	PJ	PF	PJ	PF	PJ	PF	PJ	PF	
2008									
Média jan/ago 2008	26,4	49,2	14,3	35,7	301	458	1,8	7,2	
Setembro	28,3	53,1	14,7	38,6	310	486	1,6	7,3	
Outubro	31,8	54,8	17,7	39,7	310	491	1,7	7,7	
Novembro	31,4	58,3	18,4	43,2	304	482	1,7	7,9	
Dezembro	30,7	58,1	18,4	45,2	302	490	1,8	8,0	
2009									
Janeiro	31,0	55,1	18,8	43,6	297	484	2,0	8,3	
Março	28,9	50,1	18,0	39,8	281	488	2,6	8,4	
Maio	28,5	47,3	18,7	37,4	270	495	3,2	8,6	

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Recursos livres identificados pela Circular nº 2.957, de 30.12.1999. Em maio de 2009, essas operações alcançaram R\$ 673,2 bilhões, correspondendo a 53,5% do saldo total dos créditos no país.

² Proporção do saldo em atraso a mais de 90 dias em relação ao saldo total dos empréstimos.

PJ = Pessoa Jurídica. PF = Pessoa Física

7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito²

0

Os efeitos da crise financeira global sobre o sistema bancário foram mais intensos no agregado do Brasil do que especificamente no Nordeste. Em termos regionais, a queda foi menor, durante a fase de retração, ocorrida na passagem de novembro para dezembro do ano passado, e o aumento tem sido maior, agora no período de recuperação.

O fator mais importante para esse resultado foi a atuação dos bancos públicos, que vêm desempenhando papel estratégico, estabelecido pelo Governo Federal, objetivando minimizar os efeitos negativos da crise financeira. Ao ampliar sua atuação, os bancos públicos passaram a substituir, parcialmente, os bancos privados, que começaram a operar de forma muito cautelosa diante das incertezas, chegando a criar, em certos momentos, um “empoçamento da liquidez”, ou mesmo reduzindo a oferta de crédito.

Vale recordar que, no Nordeste, cerca de dois terços da intermediação financeira é feita pelos bancos públicos, enquanto em âmbito nacional a situação se inverte, com dois terços da intermediação realizados pelos bancos privados. Essa diferença de participação explica, em grande medida, o fato de o sistema bancário nordestino ter sido menos atingido pelos efeitos da crise global do que em âmbito nacional.

Conforme comentado em tópico anterior, o sistema bancário brasileiro praticamente já superou as dificuldades causadas pela crise financeira internacional. No caso particular do Nordeste,

então, essa constatação é ainda mais robusta. Os resultados apresentados pelas principais variáveis da intermediação financeira regional têm sido sistematicamente superiores aos nacionais, em termos proporcionais.

De acordo com informações fornecidas pelo Banco Central, o saldo dos depósitos bancários no Nordeste alcançou, no final de abril, o montante de R\$ 102,4 bilhões, correspondendo a um aumento real de 24% em relação a abril de 2008, mais que o dobro do resultado obtido em âmbito nacional (11,5%). É importante salientar que, no Nordeste, a maior expansão no saldo dos depósitos foi alcançada pelo grupo dos bancos privados, da ordem de 31,3%, enquanto os bancos públicos assinalaram crescimento de 20,2%. No âmbito dos bancos oficiais, o maior incremento no saldo dos depósitos coube ao Banco do Brasil (26,4%), seguindo-se a Caixa Econômica Federal (15,3%), os bancos estaduais (12,4%) e o BNB (8,6%).

De outra parte, a relação saldo de depósitos/PIB no Nordeste tem sido crescente nos últimos anos. No final de janeiro de 2008, registrou-se índice de 22,4%, evoluindo para 26,4%, em abril do corrente ano, segundo estimativas feitas pelo BNB/Etene. Apesar disso, o índice regional ficou muito abaixo da média nacional, que havia alcançado a marca de 68,4%, nessa última posição.

Por outro lado, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste alcançou R\$ 68,5 bilhões, no final de abril, acusando um crescimento real de 23% sobre a posição de abril de 2008,

2 A análise desenvolvida neste tópico baseia-se em informações obtidas junto ao SISBACEN, até abril/2009. Para o Brasil, havia disponibilidade de informações até maio. Embora estivessem disponíveis informações sobre operações do Banco do Nordeste do Brasil até maio ou junho, o corte temporal deste capítulo ocorreu no mês de abril, por questão de comparabilidade com as informações dos demais bancos. Os comentários deste capítulo foram finalizados em 31/07/2009.

Tabela 6 – Nordeste. Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira Abril de 2008 e 2009

Modalidade/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	R\$ Milhões
			BNB (b)	Total				Total(c)
Depósitos								
Abril de 2008	25.772	20.508	2.988	3.505	1.666	51.451	26.520	77.971
Abril de 2009	34.507	25.049	3.436	3.948	1.983	65.487	36.888	102.375
Variação real, em % (a)	26,4	15,3	8,6	6,4	12,4	20,2	31,3	24,0
Participação Abr/09	33,7	24,5	3,4	3,9	1,9	64,0	36,0	100,0
Operações de Crédito								
Abril de 2008	17.617	9.580	3.456	5.132	732	33.061	19.483	52.544
Abril de 2009	22.996	14.813	4.753	6.485	920	45.214	23.246	68.460
Variação real, em % (a)	23,3	46,0	29,9	19,3	18,7	29,1	12,7	23,0
Participação Abril 2009 (%)	33,6	21,6	6,9	9,5	1,3	66,0	34,0	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009d. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(a) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas nos nove estados da região, excluídas as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

resultado bem acima do índice registrado em âmbito nacional (7,4%). A boa notícia é que, no Nordeste, os bancos privados voltaram a ampliar suas linhas de crédito, retornando às posições assinaladas antes da eclosão da crise financeira. No período sob análise, os empréstimos desse grupo na região aumentaram 12,7%, enquanto no país registraram redução de 3,2%. Os bancos públicos, que respondem por dois terços dos empréstimos no Nordeste, ampliaram suas operações em 29,1%, sendo responsáveis por 83,5% de todo o crescimento das operações de crédito da região.

No âmbito dos bancos oficiais, a maior expansão no saldo das operações de crédito ficou por conta da Caixa Econômica Federal (46%), seguindo-se o BNB (29,9%), o Banco do Brasil (23,3%) e os bancos estaduais (18,7%).

A participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB do Nordeste também tem sido crescente nos últimos períodos, evoluindo de 15,1%, em janeiro de 2008, para 17,7%, em abril do corrente ano, de acordo com estimativas do BNB/Etene. Nada obstante, esse coeficiente

ainda pode ser considerado bastante baixo, se levar em conta que, para o Brasil, essa relação alcançou a marca dos 43%, em maio último. Esse baixo quociente regional comporta pelo menos duas leituras: a intermediação financeira ainda pode crescer muito dentro da economia nordestina e existe um amplo espaço de mercado a ser ocupado pelos bancos privados.

Convém informar, ainda, que no final de abril do corrente ano, um pouco mais da metade do saldo dos empréstimos realizados pelo sistema bancário nordestino correspondia a operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados). As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais, agroindustriais e imobiliários) responderam por 34,4% do total, ficando a parcela restante (14%) com outros créditos. Em termos de crescimento real, no período de 12 meses terminado em abril deste ano, a maior variação foi alcançada pelos financiamentos enquadrados como outros créditos (79,3%), seguindo-se os financiamentos imobiliários (41,8%) e os empréstimos e títulos descontados (18,3%), conforme visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 – Nordeste. Discriminação das Principais Operações de Crédito – Abril de 2008 e de 2009

Discriminação	Abril 2008	Abril 2009	Variação Real, em % (*)	Saldos em R\$ Milhões Correntes
				Participação Abril/2009, em %
Operações de Crédito	52.544	68.460	23,0	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	28.226	35.372	18,3	51,7
Financiamentos	7.697	8.632	5,9	12,6
Financiamentos Rurais	5.588	6.095	3,0	8,8
Financiamentos Agroindustriais	257	186	-31,7	0,3
Financiamentos Imobiliários	5.743	8.621	41,8	12,6
Outros Créditos	5.033	9.554	79,3	14,0

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009d. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

7.3 - BNB - Depósitos, Taxas de Juros e Operações de Crédito

No final de abril deste ano, o saldo dos depósitos captados pelo BNB na região havia alcançado o montante de R\$ 3,4 bilhões, registrando-se um aumento real de 8,6% em relação a abril de 2008, índice equivalente a pouco mais de um terço do crescimento da média nordestina (24%). Em função desse resultado, a participação dos depósitos do BNB no total regional, que era de 3,8%, em abril do ano passado, caiu para 3,4%, em abril do corrente ano. Nessa última posição, a maior fatia de depósitos captados no Nordeste ficou por conta dos bancos privados (36%). Dentre os bancos oficiais, destacaram-se as parcelas obtidas pelo Banco do Brasil (33,7%) e Caixa Econômica Federal (24,5%).

Convém recordar, a propósito, que o desempenho do BNB é mais realçado pela sua capacidade de realizar operações de crédito do que

de captar depósitos. Nesse particular, trata-se do único banco na região a registrar uma relação depósitos/operações de crédito³ inferior à unidade (0,72). Nos demais bancos que atuam no Nordeste, essa relação é maior que um, sugerindo que apenas uma parte da poupança captada na região é aqui aplicada, sendo a parcela restante transferida, via sistema bancário, para ser investida em outras regiões, destacando-se o Sudeste como o seu maior destino. Na Caixa Econômica Federal, por exemplo, essa relação chega a 1,69 (para cada R\$ 1,69 de depósito captado, apenas R\$ 1 é aplicado no Nordeste), seguindo-se os bancos privados, com 1,53, e o Banco do Brasil, com 1,50.

Além dessa característica descrita anteriormente, o BNB também se destaca, em âmbito nacional, por cobrar taxas de juros bem abaixo

³ Essa relação mostra um balanço entre a captação de poupança dos agentes econômicos superavitários (depósitos) e a aplicação de recursos por parte dos agentes econômicos deficitários (operações de crédito). Quando maior que a unidade, essa relação mostra que, em âmbito espacial, está havendo transferência de recurso de uma determinada região para outras, ocorrendo o oposto, quando o índice for menor que um. Na verdade, o referido indicador é mais apropriado quando, no numerador, são considerados apenas os depósitos à vista, a prazo e de poupança. Nesse caso, a relação para o BNB passa de 0,72, para 0,53, em abril/09.

da média do mercado e vir apresentando uma melhora na sua classificação nos últimos seis meses, nas operações realizadas com pessoas jurídicas. De acordo com informação fornecida pelo Banco Central, na semana compreendida entre os dias 30/06 e 06/07/2009 a taxa de juros cobrada pelo BNB no desconto de duplicata foi a quarta mais baixa do país, o mesmo acontecendo nas operações de capital de giro pré-fixado, ficando ainda no 11º lugar nas operações de conta garantida. Para pessoas físicas, a taxa de juros cobrada pelo BNB no cheque especial foi a 16ª mais baixa, enquanto no crédito pessoal ocupou a 42ª posição.

Essa iniciativa do Banco Central de divulgar semanalmente as taxas de juros é bastante louvável. Além de proporcionar mais informações e transparência ao mercado de crédito, ela induz uma maior competição entre os bancos, podendo ainda contribuir para a redução das taxas de juros praticadas nas suas operações de crédito.

No final de abril deste ano, o saldo das operações de crédito realizadas pelo BNB na região alcançou o montante de R\$ 4,8 bilhões, significando um incremento real de 29,9%, comparativamente à posição verificada em abril do ano passado, resultado um pouco acima do crescimento médio experimentado pela região (23%), ficando abaixo apenas do aumento assinalado pelas operações de crédito da Caixa Econômica Federal (46%). Em função desse resultado, a participação do BNB no total dos empréstimos concedidos na região apresentou uma pequena melhora, evoluindo de 6,5%, para 6,9%, entre as duas posições consideradas.

Acrescentando-se ao saldo das operações de crédito do BNB as aplicações feitas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o saldo dos empréstimos concedidos à região alcançou R\$ 26,7 bilhões, em abril deste ano, dos quais 77,8% correspondiam a operações

Tabela 8 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro

Modalidade da Operação/ Períodos	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	No. de Bcos. Pesquisados		
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado				
a) Período: 30/06 a 06/07/2009								
Pessoa Física								
Cheque especial	6,33	6,35	1,72	9,01	16º	37		
Crédito pessoal	2,78	5,16	1,00	20,95	42º	93		
Pessoa Jurídica								
Desconto de duplicata	1,66	2,93	0,08	5,83	4º	52		
Capital de giro prefixado	1,10	2,43	0,91	6,12	4º	78		
Conta garantida	2,43	3,76	1,41	9,60	11º	50		
b) Período: 19/01 a 23/01/2009								
Pessoa Física								
Cheque especial	7,09	6,89	1,97	10,13	15º	35		
Crédito pessoal	2,85	5,70	1,02	25,44	40º	97		
Pessoa Jurídica								
Desconto de duplicata	2,27	3,32	1,57	6,73	5º	52		
Capital de giro prefixado	1,74	2,91	1,00	5,48	9º	70		
Conta garantida	2,85	3,86	1,03	8,78	12º	45		

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009e. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

de longo prazo. Ademais, o conjunto formado pelo BNB + FNE foi responsável por 29,5% de todo o crédito concedido no Nordeste. De modo particular, referido grupo foi responsável, ainda, por 53,5% de todos os financiamentos concedidos à indústria, comércio e serviços e por 71,4% de todo o crédito rural aplicado na região.

Convém registrar, ainda, o resultado obtido pelo Crediamigo, programa de microcrédito produtivo gerido pelo BNB, direcionado a micros e pequenos empreendimentos. No período de janeiro a maio deste ano, foram realizadas 463 mil operações de crédito (aumento de 24,6%), correspondendo a um ingresso de novos recursos na economia nordestina da ordem de R\$ 535,3 milhões (aumento real de 35,6%), com um valor médio de R\$ 1.154,91 por operação. O Crediamigo atende a uma clientela predominantemente feminina (65%) e conta ainda com uma das mais baixas taxas de inadimplência (1,4%). Desde a sua criação, em 1998, até maio de 2009, foram realizados cerca de 5,5 milhões de operações, totalizando empréstimos acumulados da ordem de R\$ 5,1 bilhões, resultados que fazem do Crediamigo o maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo maior da América Latina.

De outra parte, como o Crediamigo atende famílias pobres e extremamente pobres, cerca de metade da sua clientela é oriunda do Bolsa Família. A meta do BNB é fazer com que 70% dos tomadores do Crediamigo sejam do Bolsa Família. Devido a sua bem-sucedida experiência, o BNB pretende levar o programa para outras áreas fora do Nordeste. Atualmente, o Crediamigo já opera

Tabela 9 – Nordeste. Discriminação das Principais Operações de Crédito – Saldos em Abril de 2008 e 2009

Discriminação	BNB ⁽¹⁾ (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	R\$ Milhões Correntes	
						a/d	c/e
Abril de 2008							
Total das Operações de Crédito	3.456	18.365	21.821	52.544	70.909	6,6	30,8
Empréstimos e Títulos Descontados	686	1.032	1.718	28.226	29.258	2,4	5,9
Financiamentos	1.047	5.650	6.697	7.697	13.347	13,6	50,2
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	1.413	10.730	12.167	5.845	16.832	24,2	72,3
Outros Créditos	310	953	1.239	10.776	11.472	2,9	10,8
Abril de 2009							
Total das Operações de Crédito	4.753	21.937	26.690	68.460	90.397	6,9	29,5
Empréstimos e Títulos Descontados	1.747	2.531	4.278	35.372	37.903	4,9	11,3
Financiamentos	1.327	7.090	8.417	8.632	15.722	15,4	53,5
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	1.312	11.073	12.385	6.281	17.354	20,9	71,4
Outros Créditos	367	1.243	1.610	18.175	19.418	2,0	8,3
Variação Real⁽³⁾ em %, Abr-09/Abr-08	29,9	12,8	15,5	23,0	20,4		
Total das Operações de Crédito	29,9	12,8	15,5	23,0	20,4		
Empréstimos e Títulos Descontados	140,5	131,6	135,1	18,3	22,3
Financiamentos	19,7	18,5	18,7	5,9	11,2
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	-12,3	-2,5	-3,9	1,5	-2,6
Outros Créditos	11,8	23,2	22,7	59,3	59,8

Fontes: Banco Central do Brasil 2009d e BNB. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) Operações realizadas nos nove estados da região. O total do BNB, incluindo as operações extrarregionais, foi de R\$4.220 milhões em abril de 2008 e de R\$6.346 milhões em abril de 2009

(2) Inclui também os financiamentos agroindustriais.

(3) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Nota: Por possuir um sistema contábil independente do BNB, o FNE não figura nos levantamentos do Sisbacen.

no Rio de Janeiro, em parceria com a prefeitura local. Nos próximos dois anos, o programa será estendido à região Centro-Oeste.

Apesar desses auspiciosos resultados, o BNB enfrenta limitações que dificultam a ampliação de suas aplicações, pois vem operando no limite do permitível pelo Acordo de Basileia II⁴.

Para contornar essa dificuldade, o BNB está contraindo junto ao FNE uma dívida subordinada de R\$ 600 milhões, que será computada para o aumento do patrimônio de referência (PR), de maneira a possibilitar a continuidade da expansão do volume de suas operações de crédito, que poderão alcançar, em 2009, algo entre R\$ 18 bilhões e R\$ 20 bilhões.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 144^a reunião do Copom**, 30 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2009a.

_____. **Boletim do Banco Central**, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2009b.

_____. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro**. Nota para imprensa, 28 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2009c.

_____. **SISBACEN**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009d.

_____. **Taxas de juros de operações de crédito**, período de 30 jun. a 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2009e.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Nordeste – conjuntura mensal, Boletim Eletrônico, n. 6, jun. 2009a.

_____. **Informações gerenciais do programa Crediamigo**, maio 2009b.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. BIS quarterly review, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.bis.org>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Carta de conjuntura, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. World economic outlook, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

VALOR ECONÔMICO. Fundo do BNDES vai garantir crédito, 27 jul. 2009.

⁴ Acordo que objetiva o estabelecimento de critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras, para fins de requerimento de capital regulamentar. Está assentado em três pilares: 1) Capital Mínimo Requerido; 2) Revisão no Processo de Supervisão e 3) Disciplina de Mercado.

